Relatório da Administração

SOBRE A BRASILSEG

A Brasilseg atua no mercado de seguros de varejo e atacado e é líder nos segmentos em que atua. A Empresa possui carteiras de Pessoas (Vida e Prestamista), Agronegócios e Massificados (Residenciais e Empresariais), e consolida sua relevância ao responder por 17,2% de participação de mercado.

Com sede em São Paulo (SP) e uma Central de Relacionamento e Negócios em Franca (SP), a Empresa também possui uma equipe comercial distribuída em todo o Brasil. A Companhia conta com aproximadamente 1.900 colaboradores, todos dedicados a cuidar de pessoas e proteger o que é valioso para elas. Recentemente, a Brasilseg obteve pelo 3º ano consecutivo o reconhecimento de Melhores Empresas para se Trabalhar, do Great Place To Work (GPTW).

Com produtos comercializados principalmente nas agências do Banco do Brasil e em seus canais digitais, a Companhia está presente em 33.843 pontos de atendimento, em todo o território nacional. O Grupo Brasilseg, composto pelas seguradoras Brasilseg Companhia de Seguros e Aliança do Brasil Seguros S.A., subsidiárias integrais da holding BB MAPFRE Participações S.A., faz parte do conglomerado da BB Seguros, holding que concentra os negócios de seguridade do Banco do Brasil.

RESULTADOS

Em 2021, a Brasilseg emitiu R$ 12,06 bilhões em prêmios, um crescimento de 16,2% em relação ao ano anterior. A boa performance foi impulsionada pelos segmentos de agronegócio e de vida, com crescimento de 35,5% e 17,1%, respectivamente.

Além da manutenção da liderança de mercado nos ramos em que atua, tal desempenho permitiu à Empresa manter também a posição de destaque em suas principais linhas de negócios: a Companhia segue líder absoluta em seguros para o agronegócio, com 55,5% do mercado; considerando os ramos de vida e prestamista, a Brasilseg é líder no segmento com participação de 14,9%.

Em 2021, o lucro líquido da seguradora atingiu R$ 1,44 bilhão, um recuo de 1,65% em relação a 2020, valores representativos no resultado da holding BB Seguros. Mesmo em meio a um cenário de pandemia, estes são resultados que demonstram a solidez do negócio e o foco da administração na geração de valor aos acionistas.

CLIENTES

Para seguir proporcionando a melhor experiência aos seus clientes, a Brasilseg apostou na transição das etapas de acionamento de assistência e abertura de sinistro para o aplicativo do Banco do Brasil, serviço que oferece autonomia, agilidade e conveniência. Além disso, foi lançado o novo portal da BB Seguros, com um visual moderno e intuitivo, com uma nova Central de Ajuda que prioriza o autoatendimento, oferecendo mais autonomia e simplicidade na resolução de dificuldades e dúvidas.

Para clientes do seguro rural, o novo portal BB Seguros adicionou informações cambiais e integração com o conteúdo oferecido na plataforma Broto, para agilizar o vaivém das commodities e ajudar a aprimorar os negócios dos agricultores. Outro ponto de destaque é a adoção de uma solução que capta ligações para a Central de Atendimento e às transforma em atendimento digital, direto na tela do smartphone. O recurso tem gerado alto engajamento entre os clientes, por sua praticidade e eficiência.

Na linha de produtos, continuaremos com o foco no aprimoramento contínuo do nosso portfólio, buscando benefícios e serviços que façam a diferença no dia a dia dos clientes e reflitam o propósito da Companhia de cuidar de pessoas e proteger o que é valioso para elas.

SUSTENTABILIDADE E GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Brasilseg é certificada pela ISO 14001, que especifica os requisitos para a implementação de um sistema de gestão ambiental nos seus negócios, produtos e serviços. Para promover a conscientização ambiental e o cumprimento da norma ISO 14001, mais de 2.000 colaboradores e prestadores de serviços foram treinados dentro das exigências do Sistema de Gestão Ambiental, com as Diretrizes de Meio Ambiente.

A Companhia é signatária dos Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI), e também do Pacto Global, iniciativa da ONU para engajar Empresas e organizações na adoção dos princípios universais de Direitos Humanos, Meio Ambiente e Combate à Corrupção. É reconhecidamente uma das seguradoras mais sustentáveis pelo Guia Exame de Sustentabilidade 2019. A Brasilseg aderiu ao Programa GHG Protocol, possibilitando o Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa e compensação de 531 toneladas de CO_2 por meio do Programa Amigo do Clima. Além disso, em 2021, a Companhia publicou seu segundo Relatório de Sustentabilidade, seguindo as diretrizes da GRI (Global Reporting Initiative) - metodologia mundial mais utilizada.

A Brasilseg organiza e promove atividades que envolvem seus colaboradores em favor da comunidade. Todas as ações de voluntariado estão alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A Empresa também patrocina projetos nas áreas de cultura, educação, esporte e saúde, com prioridade para projetos gratuitos que contribuam para incentivar o crescimento sociocultural do país. Em 2021, foram patrocinados 20 projetos de 19 instituições em todo o Brasil, beneficiando mais de 64.000 mil pessoas. Observando as boas práticas de governança corporativa, a estrutura da Brasilseg tem como premissas o comprometimento com a transparência, a prestação de contas, a equidade e a responsabilidade socioambiental, alinhando a gestão da organização aos interesses dos acionistas e da sociedade.

A Empresa possui um Código de Ética e Conduta que dispõe sobre os padrões de comportamento e orientações de atuação para seus colaboradores e fornecedores, no relacionamento interno e externo. O Código prevê, entre outros temas, a disponibilização de um canal de ouvidoria interna para acolher opiniões, críticas, reclamações e denúncias, contribuindo para inibir o uso de informações privilegiadas e combater fraudes e atos de corrupção, o que reforça o comprometimento de todos com a Companhia.

AGRADECIMENTOS

Em um ano de transformações, com foco no relacionamento com o cliente em todas as etapas de sua jornada, a administração da Brasilseg agradece a todos que permitiram que esses avanços acontecessem, em especial aos acionistas, pela confiança na gestão e na estratégia de negócios; aos colaboradores, nosso maior orgulho e os principais responsáveis pelo crescimento da organização, pela resiliência e comprometimento; à rede do Banco do Brasil, uma parceria fundamental para a distribuição de nosso portfólio e para a relação de total confiança com nossos segurados; aos clientes, nossa razão de existir; e às entidades ligadas às suas atividades, principalmente à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pela renovada crença depositada; à sociedade e à comunidade financeira.

bbseguros.com.br

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 17/02/2022 13:16

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link http://valor.globo.com/valor-ri/

Hash:1645028161aa787b5079dd4f5c89989dbcfe701f31

Pra tudo que importa.

BRASILSEG
Uma empresa BB Seguros

BB MAPFRE Participações S.A.
CNPJ 03.095.453/0001-37

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Individuais da BB MAPFRE Participações S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Parecer do Conselho Fiscal.

A BB MAPFRE é uma sociedade anônima que tem por objeto exclusivo, nos termos da legislação em vigor, a participação em sociedades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e em sociedades cujo objeto social seja a participação exclusiva em sociedades autorizadas a funcionar pela SUSEP.

A BB MAPFRE controla diretamente as seguradoras Brasilseg Companhia de Seguros e Aliança do Brasil Seguros S.A. Atendendo ao disposto no artigo 243 da Lei 6.404/76 informamos que o saldo dos investimentos da BB MAPFRE nessas duas sociedades foi de R$ 2.246,7 milhões em 31 de dezembro de 2021, e que, no exercício, não houve modificações nas participações detidas pela Companhia.

Lucro líquido

Em 2021, a BB MAPFRE apresentou lucro líquido de R$ 1.443,1 milhões, obtido substancialmente da equivalência patrimonial de suas controladas, sendo R$ 1.371,9 milhões da Brasilseg Companhia de Seguros e R$ 69,5 milhões da Aliança do Brasil Seguros S.A.

Distribuição de dividendos

A política de dividendos é orientada pelos seguintes princípios:
i. cumprimento das previsões estatutárias relativas ao dividendo mínimo obrigatório, no percentual de 25% do lucro líquido, observadas as disposições do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações;
ii. prioridade para a distribuição de juros sobre capital próprio, até o limite por exercício previsto em Lei e limitado a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido da Companhia a ser distribuído, sendo que após atingir o referido limite, a distribuição deverá ser feita sob a forma de dividendos;
iii. obrigatoriedade de distribuição de juros sobre capital próprio e/ou dividendos, sempre que os resultados e legislação permitirem;
iv. distribuição aos acionistas, via dividendos ou juros sobre capital próprio, dos recursos próprios excedentes que não sejam razoavelmente necessários para novos projetos, evitando o acúmulo de fundos próprios ociosos, sem prejuízo da manutenção do nível de solvência de acordo com o parâmetro mínimo de solvência na Companhia; e
v. pagamento de 50% do lucro líquido, em caso de divergência entre os Acionistas acerca do montante de juros sobre capital próprio e/ou dividendos a distribuir.

No exercício foi deliberado pela Diretoria, conforme delegação de alçada da Assembleia Geral de 23 de dezembro de 2015, o pagamento de dividendos no montante de R$ 1.196,2 milhões, em reuniões realizadas em 20 de janeiro, 19 de fevereiro, 19 de março, 21 de maio, 17 de junho, 23 de julho, 27 de agosto, 30 de setembro, 29 de outubro, 18 de novembro e 23 de dezembro de 2021. Em relação aos lucros de 2021 foram distribuídos R$ 666,4 milhões.

Conforme previsto no Estatuto da BB MAPFRE uma parcela de seu lucro, por proposta dos órgãos da administração, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reserva de Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia, o aumento de capital nas sociedades das quais participa como acionista, a aquisição de sociedades congêneres e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2022.
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
Ativo				**Passivo**			
Circulante		**190.474**	**91.168**	**Circulante**		**1.085**	**239**
Outros investimentos	**5**	**3.267**	**89.872**	**Contas a pagar**		**1.085**	**239**
Títulos e créditos a receber		**187.066**	**1.158**	Obrigações a pagar	**8**	570	158
Créditos a receber	**6**	185.311	–	Impostos e encargos sociais a recolher		130	75
Créditos tributários e previdenciários	**12b**	1.755	1.158	Impostos e contribuições	**9**	385	6
Despesas antecipadas		**141**	**138**	**Patrimônio líquido**	**10**	**2.436.424**	**2.294.376**
Ativo não circulante		**2.247.035**	**2.203.447**	Capital social		1.469.848	1.469.848
Realizável a longo prazo		**373**	**492**	Reservas de lucros		1.070.673	823.793
Títulos e créditos a receber		**373**	**492**	Ajuste de avaliação patrimonial		(104.097)	735
Créditos tributários e previdenciários	**12b**	320	439				
Depósitos judiciais		53	53				
Investimentos		**2.246.662**	**2.202.955**				
Participações em empresas controladas	**7a**	2.246.662	2.202.955				
Total do ativo		**2.437.509**	**2.294.615**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**2.437.509**	**2.294.615**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

		Reservas de lucros				
	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimentos	Ajuste com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	**1.469.848**	**293.970**	**206.786**	**15.935**	**–**	**1.986.539**
Títulos e valores mobiliários (controladas)	–	–	–	(15.200)	–	(15.200)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 17 de janeiro de 2020	–	–	(108.400)	–	–	(108.400)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 19 de fevereiro de 2020	–	–	(98.387)	–	–	(98.387)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	1.467.237	1.467.237
Proposta para distribuição do resultado:						
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 19 de fevereiro de 2020	–	–	–	–	(80.613)	(80.613)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 18 de março de 2020	–	–	–	–	(110.000)	(110.000)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 16 de abril de 2020	–	–	–	–	(61.200)	(61.200)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 20 de maio de 2020	–	–	–	–	(83.200)	(83.200)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 17 de junho de 2020	–	–	–	–	(88.400)	(88.400)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 15 de julho de 2020	–	–	–	–	(152.300)	(152.300)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 19 de agosto de 2020	–	–	–	–	(179.000)	(179.000)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 16 de setembro de 2020	–	–	–	–	(79.200)	(79.200)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 16 de outubro de 2020	–	–	–	–	(35.400)	(35.400)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 18 de novembro de 2020	–	–	–	–	(17.400)	(17.400)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 16 de dezembro de 2020	–	–	–	–	(50.700)	(50.700)
Reserva de investimentos	–	–	529.824	–	(529.824)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.469.848**	**293.970**	**529.823**	**735**	**–**	**2.294.376**
Títulos e valores mobiliários (controladas)	–	–	–	(104.832)	–	(104.832)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 20 de janeiro de 2021	–	–	(135.800)	–	–	(135.800)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 19 de fevereiro de 2021	–	–	(199.000)	–	–	(199.000)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 19 de março de 2021	–	–	(27.400)	–	–	(27.400)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 21 de maio de 2021	–	–	(79.404)	–	–	(79.404)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 17 de junho de 2021	–	–	(69.800)	–	–	(69.800)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 23 de julho de 2021	–	–	(18.420)	–	–	(18.420)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	1.443.084	1.443.084
Proposta para distribuição do resultado:						
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 23 de julho de 2021	–	–	–	–	(19.080)	(19.080)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 27 de agosto de 2021	–	–	–	–	(32.000)	(32.000)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 30 de setembro de 2021	–	–	–	–	(113.000)	(113.000)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 29 de outubro de 2021	–	–	–	–	(98.200)	(98.200)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 18 de novembro de 2021	–	–	–	–	(127.400)	(127.400)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 23 de dezembro de 2021	–	–	–	–	(276.700)	(276.700)
Reserva de investimentos	–	–	776.704	–	(776.704)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.469.848**	**293.970**	**776.703**	**(104.097)**	**–**	**2.436.424**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2021	2020
Receitas		**1.441.444**	**1.468.583**
Resultado de equivalência em investimentos em controladas	**7a**	1.441.444	1.468.583
Outras despesas		**(889)**	**(4.045)**
(–) Despesas administrativas	**11b**	(889)	(4.045)
(=) Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**1.440.555**	**1.464.538**
(+) Resultado financeiro	11a	3.318	2.274
(=) Resultado antes dos impostos		**1.443.873**	**1.466.812**
(–) Imposto de renda	**12a**	(568)	266
(–) Contribuição social	**12a**	(221)	159
(=) Lucro líquido do exercício		**1.443.084**	**1.467.237**
Atribuível aos acionistas:			
BB Seguros Participações S.A. - 74,99%		1.082.169	1.100.281
MAPFRE Brasil Participações S.A. - 25,01%		360.915	366.956

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**1.443.084**	**1.467.237**
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Ajuste a valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	**(104.832)**	**(15.200)**
Controladas	(158.836)	(23.031)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	54.004	7.831
Resultado abrangente do exercício	**1.338.252**	**1.452.037**
Atribuível aos acionistas:		
BB Seguros Participações S.A. - 74,99%	1.003.555	1.088.883
MAPFRE Brasil Participações S.A. - 25,01%	334.697	363.154

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

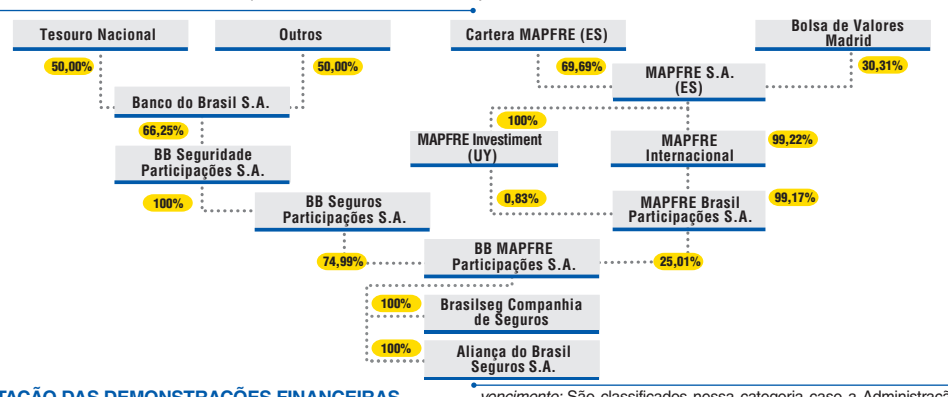
ATIVIDADES OPERACIONAIS	2021	2020
Lucro líquido do exercício	1.443.084	1.467.237
Ajustes para:	**(1.441.444)**	**(1.468.583)**
Resultado de equivalência patrimonial	(1.441.444)	(1.468.583)
Variação nas contas patrimoniais:	**86.893**	**(654)**
Outros investimentos	86.605	255
Créditos a receber	(384)	–
Créditos tributários	(478)	(852)
Despesas antecipadas	(3)	(95)
Obrigações a pagar	412	38
Impostos e encargos sociais	362	9
Impostos e contribuições	379	(9)
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas operações	**88.533**	**(2.000)**
Dividendos recebidos	1.107.978	1.146.200
Imposto de renda sobre o lucro - pago	(151)	–
Contribuição social sobre o lucro - pago	(156)	–
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**1.196.204**	**1.144.200**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(1.196.204)	(1.144.200)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(1.196.204)**	**(1.144.200)**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**–**	**–**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**–**	**–**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**–**	**–**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A BB MAPFRE Participações S.A. (doravante designada por "BB MAPFRE"), é uma sociedade anônima que tem por objeto exclusivo, nos termos da legislação em vigor, a participação em sociedades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e em sociedades cujo objeto social seja a participação exclusiva em sociedades autorizadas a funcionar pela SUSEP. A BB MAPFRE está sediada na Avenida das Nações Unidas, 14.261, 29º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 03.095.453/0001-37. A BB MAPFRE Participações S.A. controla as seguradoras Brasilseg Companhia de Seguros e Aliança do Brasil Seguros S.A. As participações da BB MAPFRE nas empresas controladas, em 31 de dezembro de 2021, cujo controle acionário foi aprovado pelas Portarias SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012, nº 1.287 de 26 de fevereiro de 2019 e nº 1.298 de 26 de março de 2019, são as seguintes:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A BB MAPFRE está dispensada da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com o CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, considerando os seguintes fatores: *i.* Não há objeção dos acionistas quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; *ii.* A BB MAPFRE não possui instrumentos de dívidas patrimoniais negociadas no mercado aberto; *iii.* A BB MAPFRE não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras individuais na Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e *iv.* A controladora direta da BB MAPFRE, que é a MAPFRE Brasil Participações S.A., disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras individuais de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. Essas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 04 de fevereiro de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b) Continuidade:** A Administração considera que a BB MAPFRE possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **c) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A moeda funcional da BB MAPFRE é o Real. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas 5 - Outros investimentos e 7 - Participações em empresas controladas - Ágio incluem: ***(i)*** informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais; ***(ii)*** informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. **e) Segregação entre circulante e não circulante:** A BB MAPFRE efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. **f) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia, encontram-se: **CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9):** Substitui as orientações existentes no CPC 38 (IAS 39) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo, novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38. O CPC 48 (IFRS 9) entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, todavia as alterações à IFRS 4, emitidas em setembro de 2016, pelo IASB, permitem para as entidades que atendam determinados critérios, aplicar isenção temporária à IFRS 9 (CPC 48), de forma que a entidade mantenha a aplicação do IAS 39 (CPC 38) para os períodos anuais até 31 de dezembro de 2022. Tal tratativa foi divulgada pelo CPC por meio do Pronunciamento Revisão CPC nº 12 emitida em 21 de dezembro de 2017. A Companhia optou por aplicar a isenção temporária do CPC 48, pois participa como Acionista em sociedades seguradoras, que possuem atividades predominantemente relacionadas com seguros, de acordo com o requisito 20 (d) da Revisão CPC nº 12 emitida em 21 de dezembro de 2017. O CPC 48 será adotado para períodos anuais com início a partir de 1° de janeiro de 2023 e para fins de comparabilidade serão utilizados os saldos apurados em 1º de janeiro de 2022, de acordo com as regras de transição. **CPC 50 - Contratos de seguros (IFRS 17):** O CPC 50 (IFRS 17) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da norma é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas seguradoras. O CPC 50 (IFRS 17) entra em vigor para períodos anuais com início a partir de 1° de janeiro de 2023 e para fins de comparabilidade serão utilizados os saldos apurados em 1º de janeiro de 2022, de acordo com as regras de transição. O projeto de implementação nas seguradoras controladas pela Companhia está em fase de definição do modelo de mensuração e avaliação de agrupamento de carteira e, em paralelo estruturando o modelo de dados para correspondente apuração, bem como simulações de cenários. Os possíveis impactos decorrentes de sua adoção nas empresas controladas pela Companhia serão avaliados e concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Instrumentos financeiros: a.1) Ativos financeiros:** A BB MAPFRE classifica seus ativos financeiros (outros investimentos) nas seguintes categorias: *i. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado:* São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período. *ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:* São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. *iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:* Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa n° 5. **a.2) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Compreendem substancialmente fornecedores e contas a pagar. **b) Redução do valor recuperável:** *i. Ativos financeiros:* Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. *ii. Ativos não financeiros:* Os valores dos ativos não financeiros são revistos, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **c) Investimentos:** A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, o que incluem os ajustes de harmonização de práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), para todos os investimentos. As demonstrações financeiras individuais das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que a BB MAPFRE. **d) Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a BB MAPFRE tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação que possa ser feita. **e) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados por meio do resultado a valor justo que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização das variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, que estão reconhecidos no resultado. **f) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos.

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

A BB MAPFRE atua como uma *holding* e, no conjunto com suas investidas, define em sua política os seguintes temas relevantes para foco de análise e gestão de riscos de maneira a proteger o alcance de seus objetivos e sua sustentabilidade: • Risco de subscrição; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de capital; • Risco de mercado; • Risco operacional; • Risco cibernético; • Risco de estratégia; • Risco legal e de compliance; • Risco de reputação; e • Risco socioambiental. Esses riscos englobam os temas de maior relevância considerando os aspectos internos e externos, regulamentares, do segmento segurador, de características de negócios e operações. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** A BB MAPFRE, em conjunto com suas investidas, possui uma Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) integrada com seu Sistema de Controles Internos (SCI), organizada para: concepção, implementação, operacionalização, monitoramento, análise crítica e melhoria contínua e governança da gestão de riscos e do ambiente de controles, de forma compatível com o seu modelo de negócios e seu porte. Utiliza metodologias de avaliação de risco com referências quantitativas e qualitativas, organizadas, integradas e baseadas nas melhores práticas e *frameworks* reconhecidos mundialmente. Tais avaliações são executadas em sistema com tecnologia de mercado especializada em Gestão de Riscos e *Compliance* (GRC). O modelo de governança de riscos envolve todos os níveis hierárquicos da organização e órgãos de governança, aplicando o conceito das três linhas do Instituto de Auditores Internos, com designação clara de papéis e responsabilidades, segregação de funções, monitoramentos, comunicações e reportes. Essa abordagem multicamadas proporciona o envolvimento e comprometimento de todos com a prevenção e o aprimoramento contínuo da gestão de riscos, minimizando a existência de lacunas e a possibilidade de ocorrências imprevistas ou indesejadas. Para assegurar a robustez do processo de governança de riscos contamos com avaliações especializadas e acompanhamento pelos órgãos colegiados de assessoramento, tais como: Comitê de Riscos, Comitê de Auditoria, Comitê Financeiro e Comissão de Riscos e Segurança. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita a política de alçadas e competências e o funcionamento está formalmente definido em regimentos internos específicos, garantindo assim a adequação, capacitação, função e o nível de independência necessários ou requeridos a cada um desses colegiados. Demais detalhamentos sobre a gestão de riscos e seus indicadores podem ser verificados nas demonstrações financeiras das investidas.

5. OUTROS INVESTIMENTOS

a) Composição por prazo e por nível hierárquico: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo.

		Vencimento	Ativos					Total
Títulos	Nível	Sem vencimento	Valor contábil	2021	%	2020	%
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado							
Fundos de investimentos							
Quotas de fundos de investimentos **(*)**	2	3.267	3.267	3.267	100%	89.872	100%
Total		**3.267**	**3.267**	**3.267**	**100%**	**89.872**	**100%**

(*) Trata-se de fundo de investimento não exclusivo, cuja a carteira é composta por títulos públicos e operações compromissadas, com baixo risco de mercado e de crédito, com a finalidade de cumprir os objetivos de negócios da Companhia.

b) Hierarquia ao valor justo: Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos. • Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 houveram transferências de ativos entre níveis de 1 para 2 devido a transferência de recursos para um fundo não exclusivo. O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) ou por meio da utilização de metodologia de precificação definida pela BB Gestão de Recursos DTVM S.A. (BB-DTVM).

c) Movimentação:	Saldo em 2020	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Impostos	Saldo em 2021
Valor justo por meio do resultado	**89.872**	4.116	(93.312)	3.267	(676)	**3.267**

6. CRÉDITOS A RECEBER

É composto, principalmente, por dividendos a receber no valor de R$ 184.927 e compartilhamento de despesas no montante de R$ 384.

7. PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS CONTROLADAS

a) Movimentações em controladas:	Brasilseg Companhia de Seguros	Aliança do Brasil Seguros S.A.	Total
Dados das investidas			
Capital social	655.745	128.856	784.601
Quantidade de ações possuídas:	**–**	–	–
ON	380.763	18.201	–
PN	318.000	160	–
Percentual de participação	100%	100%	–
Total de ativos	18.109.746	1.044.544	19.154.290
Total de passivos líquido de provisões judiciais	15.712.494	818.158	16.530.652
Total de provisões judiciais	674.043	15.977	690.020
Patrimônio líquido	1.723.209	210.409	1.933.618
Total de receitas	9.805.423	781.468	10.586.891
Lucro líquido do exercício	1.387.306	69.533	1.456.839
Saldo em 1º de janeiro de 2021	**2.026.570**	**176.385**	**2.202.955**
Dividendos e juros sobre capital próprio	(1.255.122)	(37.783)	(1.292.905)
Ajuste com títulos e valores mobiliários	(104.948)	116	(104.832)
Resultado de equivalência patrimonial (*)	1.371.971	69.473	1.441.444
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.038.471**	**208.191**	**2.246.662**
Saldo em 1º de janeiro de 2020	**1.705.134**	**190.638**	**1.895.772**
Dividendos e juros sobre capital próprio	(1.085.200)	(61.000)	(1.146.200)
Ajuste com títulos e valores mobiliários	(15.145)	(55)	(15.200)
Resultado de equivalência patrimonial (*)	1.421.781	46.802	1.468.583
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.026.570**	**176.385**	**2.202.955**

(*) Contempla ajustes de práticas contábeis.

A Companhia possui participação societária na Brasilseg Companhia de Seguros e Aliança do Brasil Seguros S.A., que são sociedades anônimas de capital fechado autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em todos os ramos de seguros, em todo o território nacional. **b) Ágio:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi realizada a reorganização societária com a cisão total do acervo dos patrimônios líquidos das empresas BB Aliança Participações S.A. e MAPFRE Participações S.A., ambas controladas pela BB MAPFRE, com versão dos patrimônios para a Brasilseg Companhia de Seguros e para a MAPFRE Vida S.A., respectivamente. Adicionalmente, houve a recomposição dos ágios na BB MAPFRE, originalmente registrados nas incorporadas. O ágio relativo ao investimento na Brasilseg Companhia de Seguros é alocado a unidade geradora para fins de teste anual de *"impairment"* (valor recuperável), as quais se beneficiam da combinação de negócios que originaram o ágio. **Redução ao valor recuperável do ágio:** A BB MAPFRE realiza anualmente o teste de valor recuperável, ou sempre que houver indicativos de perda em qualquer unidade geradora de caixa, sendo o teste realizado de forma consistente nos períodos de fechamento das demonstrações financeiras individuais anuais. Em 31 de dezembro de 2021 foi realizado o teste de recuperabilidade para o ágio registrado no total de R$ 365.075 relativo à investida Brasilseg Companhia de Seguros que é unidade geradora de caixa, sendo considerada, entre outros fatores, a relação entre resultado do fluxo de caixa descontado e seu valor contábil do ágio e ativos líquidos da investida. **Unidade geradora de caixa:** O valor recuperável destes investimentos foi superior ao saldo contábil do ágio e ativos líquidos da unidade geradora de caixa registrados em 31 de dezembro de 2021. A apuração desse valor também é determinada com base nas projeções do fluxo de caixa descontado a partir de estimativas financeiras elaboradas pela Administração, mais perpetuidade. A taxa de desconto, antes dos

Pra tudo que importa.

BB MAPFRE Participações S.A.
CNPJ 03.095.453/0001-37

BRASILSEG
Uma empresa BB Seguros

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

8. OBRIGAÇÕES A PAGAR

Refere-se, basicamente, a participação nos lucros no montante de R$ 554.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

O saldo da rubrica impostos e contribuições está composto por:

	2021	2020
Imposto de renda	329	–
Contribuição social	34	–
COFINS	19	5
PIS/PASEP	3	1
Total	**385**	**6**

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 1.469.848 (R$ 1.469.848 em 31 de dezembro de 2020) e está representado por 3.779.434.137 (3.779.434.137 em 31 de dezembro de 2020) ações nominativas e sem valor nominal, sendo 1.890.094.939 são ações ordinárias e 1.889.339.198 ações preferenciais. **b) Dividendos e remunerações aos acionistas:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pela diretoria, o que ocorrer primeiro. Para fins de distribuição de juros sobre o capital próprio, deverá ser observado o limite de 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, bem como sua dedução do valor do dividendo mínimo obrigatório.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**1.443.084**	**1.467.237**
Dividendos pagos relativos ao lucro do exercício	666.380	937.413
Dividendos pagos relativos ao lucro de anos anteriores	529.824	206.787
Total de dividendos distribuídos	**1.196.204**	**1.144.200**
Distribuição dos dividendos:		
Dividendos distribuídos para as ações ordinárias	598.222	572.214
Dividendos distribuídos para as ações preferenciais	597.982	571.986
Quantidade de ações:		
Ações ordinárias	1.890.094.939	1.890.094.939
Ações preferenciais	1.889.339.198	1.889.339.198
Dividendos distribuídos por ação:		
Ações ordinárias	0,32	0,30
Ações preferenciais	0,32	0,30

c) Reserva legal: Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social. Em 2021 está limitada a 20% do capital social. **d) Reserva de investimentos:** Criada com objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, entre outros. Será constituída por parcela do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social, por proposta aos acionistas em Assembleia Geral. **e) Ajustes com títulos e valores mobiliários:** Compreende ajustes correspondentes aos Títulos e Valores Mobiliários classificados como ativos financeiros disponíveis para venda das controladas.

11. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

	2021	2020
a) Resultado financeiro	**3.318**	**2.274**
Juros sobre ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	3.267	2.267
Outras receitas financeiras	51	7
b) Despesas administrativas	**(889)**	**(4.045)**
Honorários de conselheiros	(504)	(2.577)
Despesas com tributos	(238)	(485)
Localização e funcionamento	(73)	(397)
Outras despesas administrativas	(44)	(252)
Despesas com publicações	(24)	(191)
Serviços de terceiros	(6)	(143)

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social:

	2021		2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro contábil antes dos impostos	**1.443.873**	**1.443.873**	**1.466.812**	**1.466.812**
Imposto de renda à alíquota de 15% e adicional de 10% e contribuição social à alíquota de 9%	(360.944)	(129.948)	(220.021)	(132.013)
Resultado de participação em controladas	360.361	129.730	220.287	132.172
Diferenças permanentes	(7)	(3)	–	–
Diferenças temporárias	87	31	–	–
Deduções incentivadas	23	–	–	–
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(480)**	**(190)**	**266**	**159**
Constituição/Reversão de crédito tributário	(88)	(31)	–	–
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(568)**	**(221)**	**266**	**159**
Alíquota efetiva (%)	0,02%	0,01%	0,00%	0,00%

b) Créditos tributários: O imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a compensar em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e a variação no período referem-se a:

Ativo	2020	Constituição	Reversão	2021
Tributos a compensar	1.158	1.131	(534)	1.755
Total circulante	**1.158**	**1.131**	**(534)**	**1.755**
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL (*)	439	205	(324)	320
Total não circulante	**439**	**205**	**(324)**	**320**

(*) A Companhia possui prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido reconhecidos como crédito tributário, sendo sua realização suportada por estudo técnico que demonstra a probabilidade de ocorrência de lucros tributáveis futuros que permite a realização do referido crédito.

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas à BB MAPFRE, o Banco do Brasil S.A. e empresas a ele ligadas, empresas do Grupo MAPFRE, empresas que compõem o Grupo Brasilseg, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. **a) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** É contabilizada na rubrica "Despesas Administrativas" a remuneração paga aos Administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar aos administradores remuneração baseada em ações. Os proventos de curto prazo providos aos administradores e conselheiros foram R$ 504 (R$ 2.577 em 31 de dezembro de 2020). **b) Transações com controladas:** A Companhia possui saldo de aplicações de curto prazo, no fundo BB RF CP Corporate Ágil, com o Banco do Brasil de R$ 3.267 (R$ 89.872 em 31 de dezembro de 2020). **c) Compartilhamento de despesas:** As despesas administrativas das empresas do Grupo Brasilseg são compartilhadas entre as mesmas, e rateadas através de modelo interno de alocação e rateio de custos, e contempla os gastos de gestão interna (despesas administrativas em geral). Apresentamos as principais operações com partes relacionadas:

		2021
	Coligadas	Total
Ativo circulante	**185.311**	**185.311**
Títulos e créditos a receber - Compartilhamento	**384**	**384**
Brasilseg Companhia de Seguros	191	191
Aliança do Brasil Seguros S.A.	193	193
Títulos e créditos a receber - Dividendos	**184.927**	**184.927**
Brasilseg Companhia de Seguros	167.544	167.544
Aliança do Brasil Seguros S.A.	17.383	17.383
Resultado	**3.655**	**3.655**
Despesas administrativas - Compartilhamento		
Brasilseg Companhia de Seguros	1.822	1.822
Aliança do Brasil Seguros S.A.	1.833	1.833

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Conselheiros e Diretores da
BB MAPFRE Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da BB MAPFRE Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB MAPFRE Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia, é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Companhia, e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2022.

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Érika Carvalho Ramos
Contadora - CRC 1SP224130/O-0

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da BB MAPFRE Participações S.A., é um órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, atuando de forma permanente e independente, com a finalidade precípua de revisar, previamente à sua divulgação, o conjunto das demonstrações financeiras e avaliar a efetividade do sistema de controles internos e das auditorias independente e interna.

É constituído por três membros efetivos e está instituído na empresa líder BB MAPFRE Participações S.A., em conformidade com a Resolução nº 432, de 2021, do Conselho Nacional de Seguros Privados. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral, com mandatos anuais e renováveis até o máximo de 5 (cinco) anos.

O universo de atuação do Comitê compreende a instituição líder e tem alcance sobre as seguintes empresas: Brasilseg Companhia de Seguros e Aliança do Brasil Seguros S.A.

Para o exercício de sua missão institucional, reuniu-se mensalmente no período de julho a dezembro de 2021, fez diligências e requisições de documentos e informações. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao órgão e estão adiante sintetizadas.

Sistema de Controles Internos

O Comitê reuniu-se mensalmente com a área de controles internos, para acompanhar a implementação do plano de trabalho da área. Dentre as principais atividades desempenhadas, o Comitê realizou o acompanhamento do plano de ação para melhorias do Sistema de Controles Internos, em cumprimento a demanda do Conselho de Administração.

Conclui-se que o sistema de controles internos da empresa líder e de suas subsidiárias alcançadas pelo Comitê apresentou melhorias nos processos da Companhia decorrentes do compromisso da Administração.

Auditoria Contábil Independente

O Comitê avalia como satisfatória a qualidade das informações fornecidas pela KPMG Auditores Independentes, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.

Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria acompanhou as atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna e avalia como adequada a cobertura, a independência e a qualidade dos trabalhos realizados.

Demonstrações Financeiras

Ao longo do segundo semestre de 2021, o Comitê acompanhou a evolução dos procedimentos de preparação das demonstrações financeiras, das notas explicativas e dos relatórios de administração. A respeito, debateu com a KPMG Auditores Independentes e com os executivos responsáveis. Foi também examinado o resumo das principais práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria revisou, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras da Brasilseg Companhia de Seguros e da Aliança do Brasil Seguros S.A., inclusive notas explicativas, relatórios da Administração e da KPMG Auditores Independentes desta data. O Comitê concluiu que se apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das empresas em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2022.

Claudemiro Gomes da Silva Junior – Coordenador
Ronaldo Simon Ferreira – Membro Titular
Heloisa Belotti Bedicks – Membro Titular

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da BB MAPFRE Participações S.A., instituição líder das subsidiárias Brasilseg Companhia de Seguros e Aliança do Brasil Seguros S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e, considerando ainda os pareceres dos Auditores Independentes (contábil e atuarial) - KPMG Auditores Independentes e Deloitte -, nesta data expedidos, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições para encaminhamento e apreciação pela Assembleia Geral dos Acionistas.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2022.

Gerson Eduardo de Oliveira – Presidente
Mauro César Batista – Membro Titular
Denise Neves Radichi Teixeira – Membro Titular
Jorge Seif Júnior – Membro Titular

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marcelo Lopes Lourenço – Presidente
Fernando Pérez-Serrabona Garcia – Vice-Presidente
Antonio Jose Barreto de Araujo Junior
Flávio Augusto Viana Rocha
Maria Leticia de Freitas Costa
Odair Lucietto
Sidney Rodrigues

DIRETORIA

Rogério Aparecido Idino – Diretor Presidente
Sidney Rodrigues – Diretor Vice-Presidente

CONTADORA

Simone Pieretti Gonçalves
CRC 1SP 183717/O-5

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 17/02/2022 13:16
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link http://valor.globo.com/valor-ri/

Hash:1645028161aa787b5079dd4f5c89989dbcfe701f31

Pra tudo que importa.

BRASILSEG
Uma empresa BB Seguros

Brasilseg Companhia de Seguros
CNPJ 28.196.889/0001-43

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Brasilseg Companhia de Seguros, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer dos Atuários Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.

Durante o exercício de 2021, a Companhia estabeleceu acompanhamento tempestivo dos efeitos da pandemia da COVID-19 nos negócios, de maneira a resguardar a gestão de forma prudencial, contínua e proativa, visando mitigar riscos e eventuais impactos relevantes em capital e liquidez da Companhia. O desempenho da Brasilseg foi impactado por sinistros relacionados a COVID-19, substancialmente relativos às operações de Vida, Prestamista e Vida Agrícola. A Administração entende a gravidade do momento e pretende manter o acompanhamento enquanto perdurar a atual conjuntura.

A Brasilseg Companhia de Seguros atua nos segmentos de seguros de pessoas, habitacionais e rurais, em todas as suas formas.

Prêmios emitidos

Em 2021, a Companhia apresentou prêmios emitidos de R$ 11.206,2 milhões, crescimento de 15,4% em relação ao exercício anterior.

Esse desempenho foi impulsionado, principalmente, pelo crescimento do segmento de agronegócios e da carteira de vida, que cresceram 35,5% e 17,0%, respectivamente, em comparação ao exercício de 2020.

A Companhia manteve a liderança no segmento de agronegócios, com 54,4% do mercado e em Seguro de Pessoas, ocupamos a 2ª colocação no ranking, com 13,6% de participação (Fonte SUSEP - dados disponíveis até novembro de 2021, considerando prêmios sem acumulação).

Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou R$ 221,2 milhões, com redução de 19,0% em relação ao ano anterior. As aplicações financeiras totalizaram uma receita de R$ 317,6 milhões no período, porém o resultado financeiro foi impactado pelo aumento expressivo das despesas financeiras de atualização monetária e juros de provisões técnicas de sinistros a liquidar judiciais e com o impacto dos juros relativos aos contratos de arrendamento mercantil, registrados pela adoção do CPC06.

Em atendimento à Circular SUSEP n° 517/2015 com alterações subsequentes (revogada pela Circular n° 648/2021, vigente a partir de 03 de janeiro de 2022), a Companhia declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R$ 814,0 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.

Índice combinado

O índice combinado no exercício de 2021 foi de 83,4%, com aumento de 3,1 p.p. em relação ao ano anterior, explicado substancialmente pelos sinistros relacionados a COVID-19.

Lucro líquido e por ação

A Companhia apresentou lucro líquido de R$ 1.387,3 milhões, redução de 3,0% em relação ao ano anterior, impactado principalmente pela sinistralidade devido a pandemia do COVID-19, compensada parcialmente pelo melhor desempenho de prêmios ganhos. O lucro líquido por ação foi de R$ 1.985,37 no exercício de 2021, ante R$ 2.045,90 no ano anterior.

Investimentos e novos negócios

A Companhia fez investimentos no exercício de 2021 no montante de R$ 97,2 milhões, destinados, basicamente, à aquisição de sistemas de informática.

Distribuição de dividendos

A política de dividendos é orientada pelos seguintes princípios:

i. cumprimento das previsões estatutárias relativas ao dividendo mínimo obrigatório, no percentual de 25% do lucro líquido, observadas as disposições do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações;

ii. prioridade para a distribuição de juros sobre capital próprio, até o limite por exercício previsto em Lei e limitado a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido da Companhia a ser distribuído, sendo que após atingir o referido limite, a distribuição deverá ser feita sob a forma de dividendos;

iii. obrigatoriedade de distribuição de juros sobre capital próprio e/ou dividendos, sempre que os resultados e legislação permitirem; e

iv. distribuição à Acionistas, via dividendos ou juros sobre capital próprio, dos recursos próprios excedentes que não sejam razoavelmente necessários para novos projetos, evitando o acúmulo de fundos próprios ociosos, sem prejuízo da manutenção do nível de solvência de acordo com o parâmetro mínimo de solvência na Companhia.

Em 2021 foi deliberada pela Diretoria, conforme delegação de alçada da Assembleia Geral de 23 de dezembro de 2015, a distribuição de lucros no total de R$ 1.087,6 milhões na forma de dividendos, em reuniões realizadas em 20 de janeiro, 19 de fevereiro, 19 de março, 21 de maio, 17 de junho, 23 de julho, 27 de agosto, 30 de setembro, 29 de outubro, 18 de novembro e 23 de dezembro de 2021.

Conforme previsto no Estatuto da Brasilseg Companhia de Seguros, uma parcela de seu lucro, por proposta dos órgãos da administração, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reserva de Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia, o aumento de capital nas sociedades das quais participa como acionista, a aquisição de sociedades congêneres e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações.

Agradecimentos

Mantendo o foco no relacionamento com o cliente em todas as etapas de sua jornada, a Administração da Brasilseg agradece a todos que permitiram que esses avanços acontecessem, em especial aos acionistas, pela confiança na gestão e na estratégia de negócios; aos colaboradores, que são nosso maior orgulho e os principais responsáveis pelo crescimento da organização; à rede do Banco do Brasil, uma parceria fundamental para a distribuição de nosso portfólio e para o contato com segurados; aos clientes, nossa razão de existir; e às entidades ligadas às suas atividades, principalmente à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), pela renovada crença depositada; à sociedade e à comunidade financeira.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2022.
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante		**10.835.735**	**7.014.657**
Disponível		**770**	**5.502**
Caixa e bancos	5	770	5.502
Equivalentes de caixa	5	**1.205**	**538**
Aplicações	6	**5.740.818**	**2.960.675**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**2.074.937**	**1.894.356**
Prêmios a receber	8	1.912.859	1.851.177
Operações com seguradoras		13.287	1.501
Operações com resseguradoras	9a	148.791	41.678
Outros créditos operacionais	10	**84.455**	**162.944**
Ativos de resseguro e retrocessão	9a	**1.377.630**	**720.679**
Títulos e créditos a receber		**93.630**	**78.145**
Títulos e créditos a receber		4.262	5.414
Créditos tributários e previdenciários	28b	71.022	52.672
Outros créditos	11	18.346	20.059
Outros valores e bens		**212**	**180**
Bens a venda		-	26
Outros valores		212	154
Despesas antecipadas		**16.750**	**6.552**
Custos de aquisição diferidos	20	**1.445.328**	**1.185.086**
Seguros		1.445.328	1.185.086
Ativo não circulante		**7.274.011**	**8.905.593**
Realizável a longo prazo		**7.008.668**	**8.700.030**
Aplicações	6	**1.838.943**	**3.784.285**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**2.096.835**	**2.335.075**
Prêmios a receber	8	2.096.835	2.335.075
Ativos de resseguro e retrocessão	9a	**123.873**	**108.134**
Títulos e créditos a receber		**1.082.150**	**985.573**
Créditos tributários e previdenciários	28b	293.297	175.501
Depósitos judiciais e fiscais	24	788.853	810.072
Outros valores e bens	12	**219.447**	**-**
Custos de aquisição diferidos	20	**1.647.420**	**1.486.963**
Seguros		1.647.420	1.486.963
Investimento		**1.106**	**994**
Participações societárias		1.106	994
Imobilizado	13	**44.919**	**49.110**
Bens móveis		26.195	28.952
Outras imobilizações		18.724	20.158
Intangível	14	**219.318**	**155.459**
Outros intangíveis		219.318	155.459
Total do ativo		**18.109.746**	**15.920.250**

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante		**10.003.180**	**8.549.722**
Contas a pagar		**461.085**	**250.282**
Obrigações a pagar	15	249.582	133.290
Impostos e encargos sociais a recolher		25.670	24.248
Encargos trabalhistas		15.184	14.665
Impostos e contribuições	16	170.649	78.079
Débitos de operações com seguros e resseguros		**2.526.498**	**2.829.793**
Prêmios a restituir		19.893	34.633
Operações com seguradoras		6.164	4.242
Operações com resseguradoras	9b	484.870	442.023
Corretores de seguros e resseguros	17	1.603.370	1.816.085
Outros débitos operacionais	18	412.201	532.810
Depósitos de terceiros	19	**2.267**	**5.462**
Provisões técnicas - seguros	20	**6.999.382**	**5.464.185**
Danos		4.030.163	2.646.275
Pessoas		2.372.616	2.327.889
Vida individual		596.603	490.021
Outros débitos		**13.948**	**-**
Débitos diversos	25	13.948	-
Passivo não circulante		**6.383.357**	**5.642.435**
Provisões técnicas - seguros	20	**5.428.631**	**4.983.788**
Danos		307.828	275.411
Pessoas		5.073.662	4.679.710
Vida individual		47.141	28.667
Outros débitos		**674.043**	**658.647**
Provisões judiciais	24	674.043	658.647
Débitos diversos	25	**280.683**	**-**
Patrimônio líquido	26	**1.723.209**	**1.728.093**
Capital social		655.745	655.745
Reservas de lucros		1.171.628	1.071.564
Ajustes de avaliação patrimonial		(104.164)	784
Total do passivo e patrimônio líquido		**18.109.746**	**15.920.250**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2021	2020
Prêmios emitidos	27b	11.206.179	9.713.630
(–) Variações de provisões técnicas de prêmios		(1.400.756)	(1.379.433)
(=) Prêmios ganhos	27a	**9.805.423**	**8.334.197**
(–) Sinistros ocorridos	27c	(4.218.619)	(2.956.851)
(–) Custos de aquisição	27d	(3.004.493)	(2.765.697)
(+/–) Outras receitas e despesas operacionais	27e	(180.432)	(250.005)
(+/–) Resultado com operações de resseguro	27f	(40.375)	7.976
(+) Receita com resseguro		1.083.900	867.866
(–) Despesa com resseguro		(1.124.275)	(859.890)
(–) Despesas administrativas	27g	(436.974)	(422.682)
(–) Despesas com tributos	27h	(277.192)	(281.302)
(+) Resultado financeiro	27i	221.221	273.046
(+) Resultado patrimonial		1.666	2.040
(=) Resultado operacional		**1.870.225**	**1.940.722**
(+/–) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		189	14
(=) Resultado antes dos impostos e participações		**1.870.414**	**1.940.736**
(–) Imposto de renda	28a	(130.038)	(201.533)
(–) Contribuição social	28a	(336.101)	(289.331)
(–) Participações sobre o resultado		(16.969)	(20.274)
(=) Lucro líquido do exercício		**1.387.306**	**1.429.598**
(/) Quantidade de ações	26a	698.763	698.763
(=) Lucro líquido por ação		1.985,37	2.045,90

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**1.387.306**	**1.429.598**
Outros resultados abrangentes	**(104.948)**	**(15.145)**
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(190.695)	(25.242)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	85.747	10.097
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	**1.282.358**	**1.414.453**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	2021	2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	1.387.306	1.429.598
Ajustes para:	**4.977.480**	**3.828.373**
Depreciação e amortizações	36.828	38.573
Depreciação de direito de uso	18.904	-
Perda por redução ao valor recuperável	7.714	916
Variação dos custos de aquisição diferidos	(420.699)	(491.978)
Variações das provisões técnicas - seguros	5.531.590	4.289.552
Ativo e passivo fiscal diferido	(224.862)	(6.877)
Ganhos ou perdas	(189)	(14)
Juros sobre arrendamento	27.685	(1.698)
Outros ajustes	509	(101)
Variação nas contas patrimoniais:	**(4.752.718)**	**(3.449.837)**
Aplicações	(1.025.746)	(445.036)
Créditos das operações de seguros e resseguros	52.396	(1.618.488)
Ativos de resseguro e retrocessão	(672.690)	(154.775)
Créditos tributários e previdenciários	195.876	3.209
Despesas antecipadas	(10.198)	3.567
Outros ativos	81.210	(97.143)
Depósitos judiciais e fiscais	21.219	12.103
Impostos e contribuições	499.373	494.353
Outras contas a pagar	(51.252)	21.173
Débitos de operações com seguros e resseguros	(305.497)	968.500
Depósitos de terceiros	(3.195)	(598)
Provisões técnicas - seguros	(3.551.550)	(2.642.018)
Provisões judiciais	15.396	(3.276)
Outros passivos	1.940	8.592
Caixa gerado pelas operações	**1.612.068**	**1.808.134**
Juros pagos sobre arrendamento	(9.211)	-
Imposto de renda sobre o lucro - pago	(177.318)	(211.107)
Contribuição social sobre o lucro - pago	(229.485)	(432.176)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**1.196.054**	**1.164.851**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda:	**358**	**559**
Imobilizado	358	559
Pagamento pela compra:	**(97.174)**	**(75.762)**
Imobilizado	(7.417)	(7.638)
Intangível	(89.757)	(68.124)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(96.816)**	**(75.203)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de passivos de arrendamento	(15.724)	-
Pagamento de dividendos	(1.087.579)	(1.085.200)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(1.103.303)**	**(1.085.200)**
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(4.065)**	**4.448**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**6.040**	**1.592**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**1.975**	**6.040**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de investimentos	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	**655.745**	**131.149**	**596.017**	**15.929**	**–**	**1.398.840**
Títulos e valores mobiliários	–	–	-	(15.145)	–	(15.145)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 17 de janeiro de 2020	–	–	(95.200)	–	–	(95.200)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 19 de fevereiro de 2020	–	–	(169.600)	–	–	(169.600)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 18 de março de 2020	–	–	(111.000)	–	–	(111.000)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 16 de abril de 2020	–	–	(60.400)	–	–	(60.400)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 20 de maio de 2020	–	–	(69.500)	–	–	(69.500)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 17 de junho de 2020	–	–	(88.900)	–	–	(88.900)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 15 de julho de 2020	–	–	(1.417)	–	–	(1.417)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	1.429.598	1.429.598
Distribuição do resultado:						
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 15 de julho de 2020	–	–	–	–	(151.183)	(151.183)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 19 de agosto de 2020	–	–	–	–	(179.300)	(179.300)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 16 de setembro de 2020	–	–	–	–	(73.300)	(73.300)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 16 de outubro de 2020	–	–	–	–	(27.600)	(27.600)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 18 de novembro de 2020	–	–	–	–	(17.500)	(17.500)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 16 de dezembro de 2020	–	–	–	–	(40.300)	(40.300)
Reserva de investimentos	–	–	940.415	–	(940.415)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**655.745**	**131.149**	**940.415**	**784**	**–**	**1.728.093**
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	(104.948)	–	(104.948)
Adoção inicial - CPC 06 (R2)	–	–	(32.119)	–	–	(32.119)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 20 de janeiro de 2021	–	–	(135.900)	–	–	(135.900)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 19 de fevereiro de 2021	–	–	(199.200)	–	–	(199.200)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 19 de março de 2021	–	–	(27.500)	–	–	(27.500)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 21 de maio de 2021	–	–	(79.678)	–	–	(79.678)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 17 de junho de 2021	–	–	(62.100)	–	–	(62.100)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 23 de julho de 2021	–	–	(37.400)	–	–	(37.400)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 27 de agosto de 2021	–	–	(11.400)	–	–	(11.400)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 30 de setembro de 2021	–	–	(112.800)	–	–	(112.800)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 29 de outubro de 2021	–	–	(97.800)	–	–	(97.800)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 18 de novembro de 2021	–	–	(127.300)	–	–	(127.300)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 23 de dezembro de 2021	–	–	(17.218)	–	–	(17.218)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	1.387.306	1.387.306
Distribuição do resultado:						
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 23 de dezembro de 2021	–	–	–	–	(179.283)	(179.283)
Dividendos propostos	–	–	–	–	(167.544)	(167.544)
Reserva de investimentos	–	–	1.040.479	–	(1.040.479)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**655.745**	**131.149**	**1.040.479**	**(104.164)**	**–**	**1.723.209**

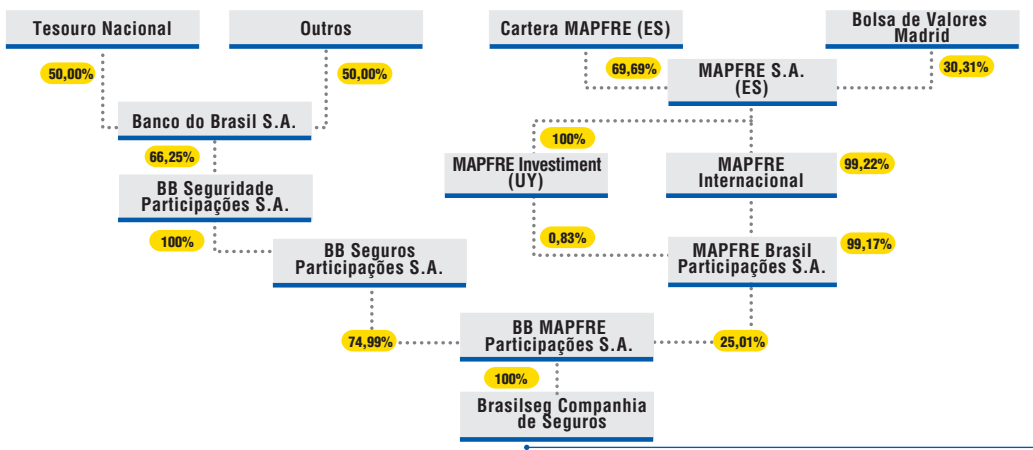
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Brasilseg Companhia de Seguros, doravante designada por "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todos os ramos de seguros, em todo o território nacional, e atua com os ramos de pessoas, seguros rurais e seguro habitacional. A Companhia está sediada na Avenida das Nações Unidas, 14.261, 29º andar, São Paulo, cadastrada no CNPJ sob o nº 28.196.889/0001-43. A Companhia, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco do Brasil (doravante referido também como "BB") e empresas a ele ligadas, mantendo com essas empresas algumas operações, as quais estão detalhadas na nota explicativa nº 29.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresentava a estrutura abaixo, sendo a MAPFRE S.A. (ES) a controladora final do Grupo. O controle acionário foi aprovado pelas Portarias SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012 e nº 1.287 de 26 de fevereiro de 2019.



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância com a Circular SUSEP n° 517/2015 e alterações subsequentes (revogada pela Circular n° 648/2021, com vigência a partir de 03 de janeiro de 2022), as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras da Companhia no qual o CPC 06 (R2) - Arrendamento foi aplicado. As mudanças relacionadas às principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 3. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 04 de fevereiro de 2022. **b) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real. **c) Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. • Nota 3i - Classificação dos contratos de seguro; • Notas 3l, 3m, 20, 21 e 23 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; • Nota 6 - Aplicações; e • Nota 24 - Provisões judiciais. **e) Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. Para os principais itens patrimoniais sem vencimento definido, foram consideradas as classificações de administrativas para circulante e judiciais para não circulante.

f) Adoção inicial do CPC 06 (R2) - Arrendamentos: A Companhia adotou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura de reserva de investimentos em 1º de janeiro de 2021. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2020 não estão reapresentadas, ou seja, são apresentadas conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06 (R1) e interpretações relacionadas. O impacto da transição da referida norma está resumido no quadro abaixo:

Balanço patrimonial	**1º de janeiro de 2021**
Ativo não circulante	
Imposto diferido	21.413
Ativo de direito de uso	185.807
Total do ativo (A)	**207.220**
Passivo circulante e não circulante	
Passivo de arrendamento	239.339
Total do passivo (B)	**239.339**
Impacto bruto no patrimônio líquido (A)-(B)	**(53.532)**
Imposto de renda e contribuição social (40%)	21.413
Impacto líquido no patrimônio líquido	**(32.119)**
Balanço patrimonial	**31 de dezembro de 2021**
Ativo não circulante	
Imposto diferido	21.318
Ativo de direito de uso	219.447
Passivo circulante e não circulante	
Passivo de arrendamento	294.631
Patrimônio líquido	
Efeitos no resultado (líquido de impostos)	142

Demonstração do resultado do exercício	**31 de dezembro de 2021**
Depreciação	(18.904)
Reversão de despesas de aluguéis (*)	46.825
Despesas financeiras	(27.685)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(95)
Total	**141**

(*) Contempla R$ 21.888 de despesa de aluguel relativa ao período de julho a dezembro, cuja liquidação ocorre no mês de janeiro subsequente.

A Companhia entende que o maior impacto produzido por esta norma está relacionado ao reconhecimento no balanço patrimonial, dos contratos de arrendamento de imóveis locados de terceiros. **g) Novas normas e interpretações ainda não adotadas: CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9):** Substitui as orientações existentes no CPC 38 (IAS 39) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo, novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38. O CPC 48 (IFRS 9) entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, todavia as alterações à IFRS 4, emitidas em setembro de 2016, pelo IASB, permitem para as entidades que atendam determinados critérios, aplicar isenção temporária à IFRS 9 (CPC 48), de forma que a entidade mantenha a aplicação do IAS 39 (CPC 38) para os períodos anuais até 31 de dezembro de 2021. Tal tratativa foi divulgada pelo CPC por meio do Pronunciamento Revisão CPC nº 12 emitido em 21 de dezembro de 2017. A Administração concluiu que suas atividades estão predominantemente relacionadas com seguro, considerando a data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e o conceito de predominância, tal como requerido pelas normas citadas no parágrafo anterior. Durante os períodos de 2016 a 2021, essa predominância em atividades de seguros foi mantida, e, em decorrência, os critérios de elegibilidade da isenção temporária da IFRS 9 (CPC 48) foram cumpridos. Diante disso, a Companhia optou por aplicar a isenção temporária da IFRS 9 (CPC 48) e continuará a aplicar o IAS 39 (CPC 48) até a data efetiva do CPC 50 (IFRS 17). **CPC 50 (IFRS 17) - Contratos de seguros:** O CPC 50 (IFRS 17) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 (IFRS 17) é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. O CPC 50 (IFRS 17) entrará em vigor para períodos anuais com início a partir de 1° de janeiro de 2023. Os normativos, CPC 48 (IFRS 9) e CPC 50 (IFRS 17), serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor das normas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. Não houve no exercício de 2021 alterações nas políticas contábeis relevantes, exceto pela adoção em 1º de janeiro de 2021 do CPC 06 (R2) - Arrendamentos. O CPC 06 (R2) consiste em reconhecer pelo valor presente os pagamentos futuros, dos contratos de arrendamentos com prazo superior a 12 meses e com valores substanciais, dentro do balanço patrimonial dos arrendatários. A norma determina que esse reconhecimento será através de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de despesa de depreciação dos ativos de arrendamento e despesa financeira oriundas dos juros sobre o passivo. Anteriormente as despesas desses contratos eram reconhecidas diretamente no resultado do período em que ocorriam. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias, com risco insignificante de mudança de seu valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos a curto prazo. **b) Aplicações e instrumentos financeiros:** A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: ***i. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:*** São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período. ***ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:*** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos

continua

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 17/02/2022 13:16

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link http://valor.globo.com/valor-ri/

Hash:1645028161aa787b5079dd4f5c89989dbcfe701f31

Pra tudo que importa.

Brasilseg Companhia de Seguros
CNPJ 28.196.889/0001-43

BRASILSEG
Uma empresa BB Seguros

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. ***iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:*** Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. ***iv. Empréstimos e recebíveis:*** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Crédito das operações com seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. ***v. Determinação do valor justo:*** Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa n° 6c. **c) Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do período e estão classificados na categoria ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado. **d) Redução ao valor recuperável:** ***i. Ativos financeiros:*** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, recuperação judicial ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. ***ii. Operações de seguros e resseguros:*** A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável (RVR), conforme determina a Circular SUSEP nº 544/2016 artigo 6º incisos 3º e 7º e artigo 7º, baseada em estudo técnico, que considera o histórico de perdas e os riscos de inadimplência segregados por faixas de vencimento. O percentual de RVR por *aging* é calculado por meio da soma dos percentuais de inadimplência com os percentuais de cancelamento. A aplicação desse fator é feita nos *agings* de prêmios vencidos e, conforme orientação da SUSEP na Circular nº 544/2016, a metodologia faz tratamento para as parcelas vincendas de um devedor em atraso (arrasto). Vale ressaltar que o estudo acima mencionado não se aplica para as operações de cosseguro aceito e, sendo assim, a RVR para esses riscos é calculada seguindo a Circular SUSEP. A redução ao valor recuperável (RVR) sobre os créditos a recuperar com resseguradores é baseada na Circular SUSEP nº 544/2016 artigo 6°, que considera o total dos créditos vencidos superiores a 180 dias. ***iii. Ativos não financeiros:*** Os valores dos ativos não financeiros são revistos, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **e) Ativos de direito de uso - outros valores e bens:** Os ativos de direito de uso, registrados na rubrica de outros valores e bens no ativo não circulante, conforme Circular SUSEP n° 615 de 22 de setembro de 2020, substancialmente aluguéis de imóveis, locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente, sendo adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do imóvel. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. **f) Custos de aquisição diferidos:** É composto substancialmente por valores referentes a comissões e agenciamentos relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método "*pro rata-die*" tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado, com prazo médio de diferimento de 12 meses. **g) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando os prazos divulgados na nota explicativa n° 13. **h) Ativos intangíveis:** Compreende, basicamente, os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica, apresentados na nota explicativa nº 14. As despesas relacionadas à manutenção de *"softwares"* são reconhecidas no resultado no período quando incorridas. **i) Classificação dos contratos de seguros:** A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. **j) Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativos aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "Receitas financeiras" em base "*pro rata-die*" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **k) Resseguro:** Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação a Companhia objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e cede a um ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. Os prêmios de resseguros relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados ao resultado simultaneamente aos respectivos prêmios de seguros, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência das apólices de seguros. Os prêmios relativos aos contratos da modalidade "não proporcional" são registrados ao resultado no início de vigência do contrato de resseguro, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência do contrato de resseguro. As baixas das operações de resseguro mantidas com os resseguradores, são contabilizadas com base em prestações de contas nos contratos automáticos da modalidade "proporcional" e caso a caso nos contratos facultativos e nos contratos automáticos da modalidade "não proporcional". Os valores a receber, relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem recuperados, nos termos dos contratos de transferência de riscos, e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável levando-se em consideração o descrito na nota explicativa n° 3d *ii*. Os valores a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. **l) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio comercial, incluindo as operações de cosseguro aceito, bruto das operações de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido, correspondente ao período de risco a decorrer e calculada pelo método "*pro rata-die*" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de *run-off* de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída para os contratos que possuem a previsão contratual de distribuição de excedentes decorrentes de superavit técnico de apólice. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro ou notificação do processo judicial, bruta de resseguros e líquidos de recuperação de cosseguro cedido, até a data do balanço patrimonial e atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente. Inclui o ajuste do Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados (IBNeR), com objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados e processos judiciais sofrerão ao longo do período de análise até a respectiva liquidação. A IBNeR é calculada através de método estatístico e atuarial, com triângulos de *run-off* de 48 trimestres, com base no desenvolvimento histórico de sinistros. A partir dos triângulos projetamos o total de sinistros incorridos e deduzimos os sinistros pagos, chegando no valor do *Incurred But Not Paid (IBNP).* O IBNeR é a diferença entre o IBNP, a PSL e o IBNR. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e também as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. A PDR é calculada através de método estatístico e atuarial, como triângulos de *run-off* com base no desenvolvimento histórico das despesas incorridas. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR) representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de *run-off* de 48 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro. **m) Teste de adequação dos passivos (TAP):** A Companhia elabora o teste de adequação de passivos semestralmente para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de Seguro e que estão vigentes na data de execução do teste. O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocáveis relacionadas aos sinistros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados a Companhia utilizou a Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer, incluindo as despesas administrativas e outras despesas e receitas referentes a todos os riscos assumidos até a data-base do teste foi comparado a soma das provisões técnicas PPNG e PPNG-RVNE. Para a projeção da sinistralidade dos sinistros a ocorrer, foi considerada a experiência histórica da Companhia ou dada as características de determinados produtos foi utilizada a tábua de mortalidade (BR-EMS 2021), resultando na sinistralidade de 47,60% para a Companhia. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo as despesas alocáveis a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, PET, IBNR e IBNeR. Os contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT e SFH/SH não foram objetos de análise neste teste, conforme previsto na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações subsequentes. O resultado do teste de adequação de passivos realizados de acordo com os critérios acima descritos não revelou a necessidade de constituição de PCC na data-base de 31 de dezembro de 2021, dessa forma não havendo a necessidade de efetuar o cálculo para os respectivos ativos de resseguro conforme Circular SUSEP n° 648/2021. **n) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma puder ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, com relação às probabilidades de perda que leva em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados. **o) Passivos de arrendamento - débitos diversos:** O passivo de arrendamento, compreendido nas rubricas de débitos diversos no passivo circulante e não circulante, conforme Circular SUSEP nº 615 de 22 de setembro de 2020, são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, reconhecidos na rubrica outros valores e bens, por sua vez, será mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos. O valor presente dos pagamentos de arrendamentos é calculado, de acordo com uma taxa incremental de financiamento. A taxa incremental sobre o financiamento do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **p) Benefícios aos empregados:** ***i. Obrigações de curto prazo:*** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. ***ii. Obrigações com aposentadorias:*** A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) administrado pela Brasilprev Seguros e Previdência S.A. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Companhia, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário-base de contribuição do participante e a Companhia não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. ***iii. Outros benefícios de curto prazo:*** Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. **q) Outras receitas e despesas operacionais:** Compreendem, substancialmente, as despesas oriundas das contribuições ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR) provisionadas mensalmente. **r) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros designados por meio do resultado a valor justo e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **s) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. De acordo com o inciso I do Artigo 3º, da Lei nº 14.183/2021, a alíquota da contribuição social será de 20% para o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, voltando a 15% a partir de janeiro de 2022. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. Em relação ao aumento temporário de alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido, de 15% para 20% no período de julho a dezembro de 2021, o efeito sobre os créditos tributários diferidos em dezembro de 2021 é imaterial, de acordo com estudo de expectativa de realização dos créditos tributários. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. **t) Participações nos lucros:** A Companhia registra mensalmente a participação nos lucros com base nos critérios de pagamento referentes ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, define em sua política os seguintes temas relevantes para foco de análise e gestão de riscos de maneira a proteger o alcance de seus objetivos e sua sustentabilidade: • Risco de subscrição; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de capital; • Risco de mercado; • Risco operacional; • Risco cibernético; • Risco de estratégia; • Risco legal e de compliance; • Risco de reputação; e • Risco socioambiental. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de seus riscos. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** A Companhia possui uma Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) organizada para concepção, implementação, operacionalização, monitoramento, análise crítica e melhoria contínua da gestão de riscos, de forma compatível com o seu modelo de negócios e a seu porte. Utiliza metodologias de avaliação de risco com referências quantitativas e qualitativas, organizadas, integradas e baseadas nas melhores práticas e *frameworks* reconhecidos mundialmente. Tais avaliações são executadas em sistema com tecnologia de mercado especializada em Gestão de Riscos e Compliance (GRC). O modelo de governança de riscos, envolve todos os níveis hierárquicos da organização e órgãos de governança, aplicando o conceito das três linhas de defesa do Instituto de Auditores Internos, com designação clara de papéis e responsabilidades. A Alta Administração zela pela efetividade da Estrutura de Gerenciamento de Riscos (EGR) e do Sistema de Controles Internos (SCI) e utiliza-se de órgãos de assessoramento para auxiliá-la na execução de suas responsabilidades. Os gestores administram os riscos de seus processos e os colaboradores são orientados para a execução das atividades, aplicação adequada dos controles, a mitigação dos riscos e a melhoria contínua. As áreas de Riscos e Controles Internos atuam junto ao Gestor de Riscos para fortalecer a gestão de riscos e o ambiente de controle. A Auditoria Interna atua de forma independente na avaliação do EGR e do SCI, bem como nos aspectos relacionados à conformidade e à governança. Essa abordagem multicamadas proporciona o envolvimento e comprometimento de todos com a prevenção e o aprimoramento contínuo da gestão de riscos, minimizando a existência de lacunas e a possibilidade de ocorrências inesperadas. A gestão dos riscos é sustentada por modelos quantitativos que aplicam fundamentos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *"Value at Risk"* (VaR), indicadores de suficiência de capital e liquidez, indicadores de banco de perdas operacionais dentre outros. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa, com os resultados das avaliações, análise de materializações, resultados de testes e controles e auditorias. Para assegurar robustez ao processo de gerenciamento de riscos e cumprimento das atribuições estabelecidas na EGR e SCI, temos os seguintes órgãos colegiados de assessoramento: • **Comitê financeiro**: sua principal competência é assessorar o Conselho de Administração na missão de coordenar e acompanhar o desempenho financeiro e o cumprimento da Política de Investimentos. • **Comissão de riscos e segurança**: constituída como órgão de apoio vinculado à Diretoria, no âmbito da estrutura de governança corporativa, avalia, acompanha e apoia a Alta Direção na implementação, operacionalização da EGR e do SCI, incluindo privacidade de dados entre outros temas, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Companhia. • **Comitê de auditoria**: sua principal competência é assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização, em consonância com as atribuições previstas na legislação e no Estatuto Social. • **Comitê de riscos**: sua principal competência é assessorar ao Conselho de Administração na análise e acompanhamento de matérias relacionadas a controles internos, conformidade, atuarial e gerenciamento de riscos. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição de suas atribuições e nível de reporte. Na sequência estão descritas as formas de gerenciamento para cada categoria de risco relevante. **Risco de subscrição:** A Companhia define risco de subscrição como a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas associadas, diretamente ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições, quotas e provisões técnicas. **Gerenciamento do risco de subscrição:** São estabelecidas bases técnicas para fixar preços adequadamente, calcular e propor os valores de limites de retenção, calcular e constituir as provisões técnicas e realizar os testes de adequação de passivos, e outras definições relativas à aceitação ou recusa de riscos. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Companhia possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional aos seus segurados em cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de, certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Companhia entende que o principal risco é de que os sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Companhia incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Companhia utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuam *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que os resultados adversos de eventos atípicos e vultosos sejam minimizados e pelo estabelecimento de reservas técnicas. **Concentração de riscos:** A concentração de riscos é monitorada analisando as áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

	Bruto de resseguro (*)								Líquido de resseguro (**)							
Região geográfica								**2021**								**2021**
	Vida	**%**	**Rural**	**%**	**Demais**	**%**	**Total**	**%**	**Vida**	**%**	**Rural**	**%**	**Demais**	**%**	**Total**	**%**
Centro Oeste	970.903	8%	1.641.487	15%	40.171	0%	2.652.561	23%	970.903	10%	1.127.595	11%	40.171	0%	2.138.669	21%
Nordeste	1.037.872	9%	399.158	4%	60.505	1%	1.497.535	14%	1.037.872	11%	292.025	3%	60.505	1%	1.390.402	15%
Norte	368.679	3%	254.392	2%	14.462	0%	637.533	5%	368.530	4%	203.360	2%	14.462	0%	586.352	6%
Sudeste	2.303.397	21%	1.292.396	12%	121.829	1%	3.717.622	34%	2.282.046	23%	1.117.640	11%	118.787	1%	3.518.473	35%
Sul	988.037	9%	1.655.865	15%	55.818	0%	2.699.720	24%	988.037	10%	1.186.924	12%	55.818	1%	2.230.779	23%
Total	**5.668.888**	**50%**	**5.243.298**	**48%**	**292.785**	**2%**	**11.204.971**	**100%**	**5.647.388**	**58%**	**3.927.544**	**39%**	**289.743**	**3%**	**9.864.675**	**100%**

	Bruto de resseguro (*)								Líquido de resseguro (**)							
Região geográfica								**2020**								**2020**
	Vida	**%**	**Rural**	**%**	**Demais**	**%**	**Total**	**%**	**Vida**	**%**	**Rural**	**%**	**Demais**	**%**	**Total**	**%**
Centro Oeste	915.874	9%	1.208.503	12%	39.440	0%	2.163.817	21%	915.874	10%	841.456	10%	39.423	0%	1.796.753	20%
Nordeste	993.870	10%	295.679	3%	60.736	1%	1.350.285	14%	993.870	11%	228.286	3%	60.736	1%	1.282.892	15%
Norte	334.733	3%	184.317	2%	14.670	0%	533.720	5%	334.733	4%	151.130	2%	14.670	0%	500.533	6%
Sudeste	2.387.286	25%	946.493	10%	123.965	1%	3.457.744	36%	2.379.288	27%	817.717	9%	121.836	1%	3.318.841	37%
Sul	977.966	10%	1.221.909	13%	55.274	1%	2.255.149	24%	977.966	11%	896.484	10%	55.274	1%	1.929.724	22%
Total	**5.609.729**	**57%**	**3.856.901**	**40%**	**294.085**	**3%**	**9.760.715**	**100%**	**5.601.731**	**63%**	**2.935.073**	**34%**	**291.939**	**3%**	**8.828.743**	**100%**

(*) As operações estão líquidas de RVNE, no montante de R$ 1.208 (R$ (47.085) em 31 de dezembro de 2020). (**) As operações estão líquidas de RVNE de resseguro no montante de R$ (5.658) (R$ 2.840 em 31 de dezembro de 2020).

Sensibilidade do risco de subscrição: O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros da Companhia com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **a) Provisões técnicas:** Provisão de IBNR (a1): Simulamos como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência poderia afetar o saldo da provisão de IBNR e consequentemente o Resultado e Patrimônio Líquido. O agravamento considerado baseia-se na elevação de 5% nos valores de sinistros em atraso. **b) Sinistralidade**: Simulamos como uma elevação de 5% na sinistralidade da carteira. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados de possíveis variações para 2021 são:

			2021
Fator de risco		**Sensibilidade**	**Impacto no resultado/patrimônio (bruto líquido de impostos)**
a. Provisões técnicas		Alteração das principais premissas das provisões técnicas	**(22.721)**
a1. IBNR	Aumento	Elevação de 5% do IBNR	(22.721)
b. Sinistralidade	Aumento	Elevação de 5% na sinistralidade	(159.147)

Risco de crédito: Risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, das suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ou da desvalorização dos recebíveis, decorrente de piora de risco do tomador ou contraparte, refletida em sua classificação de risco. **Gerenciamento do risco de crédito:** A Administração possui políticas e controles para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidas para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares, além de levar em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações, bem como análise dos fatores dinâmicos de mercado que possam alterar as conclusões das análises efetuadas. O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados e de recuperação de sinistros por parte do ressegurador; • Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou de amortizações previstas para cada título; e • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas. **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os riscos a decorrer e os riscos decorridos. Os ramos de riscos decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Companhia opera com diversos tipos de produtos, o que proporciona a diversificação e pulverização dos riscos. Em relação às operações de resseguro, a Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro. A Companhia adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletidas nos *ratings* atribuídos por agências classificadoras. No caso das resseguradoras MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguro e MAPFRE RE Compañia de Reaseguros S.A. foi considerado o *rating* da MAPFRE RE Compañia de Reaseguros S.A.

Prêmio cedido aos resseguradores:

			2021			**2020**
Rating(*)	**Local**	**Admitida**	**Total**	**Local**	**Admitida**	**Total**
AA-	246.028	2.084	**248.112**	73.520	-	**73.520**
AA+	-	53.563	**53.563**	8.022	236.420	**244.442**
A+	13.823	397.733	**411.556**	-	-	**-**
A-	627.065	-	**627.065**	614.010	-	**614.010**
Total	**886.916**	**453.380**	**1.340.296**	**695.552**	**236.420**	**931.972**

(*) As operações estão líquidas de RVNE de resseguro no montante de R$ (5.658) (R$ 2.840 em 31 de dezembro de 2020).

O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente as operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor´s, AM Best e Moody´s*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de crédito sejam atingidos. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: evitar a concentração de negócios em resseguradores ou até mesmo em um mesmo grupo econômico. As diretrizes de resseguros também col

Pra tudo que importa.

Brasilseg Companhia de Seguros
CNPJ 28.196.889/0001-43

BRASILSEG
Uma empresa BB Seguros

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Fundo	VaR	2021 Patrimônio
Liquidez	305	4.227.460
Rentabilidade	573	709.785
Multimercado	107	30.634

A metodologia de *Macaulay Duration* é aplicada às Carteiras de *ALM* (*Asset & Liability Management*) da Companhia, que contempla as carteiras administradas e os fundos com ativos mantidos até o vencimento. O prazo médio apresentado para as carteiras é de 1,93 anos (2,75 em 31 de dezembro de 2020) frente a um patrimônio de R$ 2.724.030 (R$ 3.818.288 em 31 de dezembro de 2020) e está de acordo com as diretrizes de ALM do Grupo Brasilseg, sendo revisado, periodicamente, pelo Comitê Financeiro. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. **Sensibilidade a taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: ***i.*** taxa de juros e ***ii.*** cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA), em função da relevância dos mesmos nas posições ativas da Companhia. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Do total das aplicações de R$ 7.579.761 (R$ 6.744.960 em 31 de dezembro de 2020), incluindo as operações compromissadas e excluindo R$ 1.136 (R$ 1.048 em 31 de dezembro de 2020) da base da análise de sensibilidade relativos a outros investimentos (contas poupança referentes a bloqueios judiciais), dessa forma a análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R$ 7.482.297 (R$ 6.743.912 em 31 de dezembro de 2020). Para a análise de sensibilidade, todos os ativos em carteira da Companhia foram considerados a valor de mercado, independentemente de sua classificação contábil.

Fator de risco	2021 Impacto no patrimônio líquido/ (bruto de impostos)
Taxa de juros e cupons	
a) Elevação de taxas	(108.341)
b) Redução de taxas	113.254

Parâmetro: 100 *basis points* nas estruturas de taxas de juros e cupons vigentes. **Limitações da análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Companhia de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Risco operacional:** Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos incluindo-se as provisões e perdas com ações judiciais ou penalidades aplicadas por órgãos de controle e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição. **Gerenciamento do risco operacional:** É utilizada metodologia para a identificação e avaliação de criticidade de cada risco, bem como a sua adequação à Declaração de Apetite por Riscos definida pela Alta Administração. A Companhia adota, em todos os níveis hierárquicos, mecanismos que incentivem comportamentos orientados para a observância dos elementos da gestão de riscos operacionais e a avalição dos riscos de todas as atividades. Cada colaborador é responsável por riscos dentro de sua responsabilidade: conhecer, manter-se atualizado e estar em conformidade com as normas internas, procedimentos e demais regulamentos internos e externos inerentes às atividades desenvolvidas; executar corretamente os controles em suas atividades; comunicar prontamente ao gestor eventuais ocorrências, perdas ou deficiências; e colaborar com informações sobre as atividades, riscos e oportunidades de melhoria. Essa responsabilidade é apoiada e acompanhada pelos gestores que administram os riscos, controles e resultados, os quais são orientados no desenvolvimento de melhores práticas pela área de riscos, dentre elas: • segregação de funções; • indicadores e monitoramento das operações; • cumprimento com exigências regulatórias e legais; • formalização de regras e procedimentos em documentação normativa; • identificação, avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos operacionais; • controles ágeis e eficazes ou planos de ação para melhoria e mitigação de riscos; • registro de perdas no Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) e análise para aprimoramento e prevenção de ocorrências futuras; • atualização periódica e aprimoramento do Plano de Continuidade de Negócios (PCN); • treinamento e capacitação para riscos e controles internos específicos; e • padrões éticos. Dentro desse cenário, que traduz as operações diárias, são executados ciclos de avaliação dos riscos operacionais, com elaboração de matriz de riscos, avaliação de resultados e reportes aos órgãos de governança . **Risco cibernético:** O risco cibernético é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes do comprometimento da confidencialidade, integridade ou disponibilidade de dados ou informações corporativas, de clientes ou colaboradores em suporte digital, em decorrência da sua manipulação indevida ou de danos a equipamentos ou sistemas utilizados para seu armazenamento, processamento ou transmissão, por falha ou atuação maliciosa de terceiros. **Gerenciamento do risco cibernético:** A Companhia aprimora constantemente seu parque tecnológico com ferramentas que auxiliem na proteção dos seus ativos. Executa ações e investimentos para o correto tratamento de dados pessoais em aderência à Lei Geral de Proteção à Dados. Áreas e equipes especializadas são responsáveis pelo gerenciamento das ferramentas de segurança bem como pela aplicação de melhores práticas e pelo monitoramento e tratamento de acessos as aplicações e tentativas de invasão. O parque tecnológico, o monitoramento das indisponibilidades e os planos de continuidade ligadas à tecnologia são temas tratados em comitês e alvo de investimentos constantes da Companhia. **Risco de estratégia:** O risco de estratégia é a possibilidade de desvio no resultado esperado, por conta de mudanças no ambiente de negócios, alterações macroeconômicas, movimentos externos ou posicionamentos internos, que afetem de forma significativa a estratégia definida e o desempenho da Companhia. **Gerenciamento do risco de estratégia:** A Companhia realiza ciclos de planejamento estratégico com revisão anual, ou sempre que identificadas mudanças e movimentações que possam impactar de forma relevante o ambiente em que a Companhia está inserida. Além disso, monitora periodicamente indicadores e metas para adoção de medidas corretivas, bem como para identificação e aproveitamento de oportunidades no ambiente de negócios. Além da clara definição de visão, missão e valores, os ciclos de construção do planejamento estratégico contam com a participação dos gestores, de forma estruturada e direcionada para que as decisões tenham conexão com as estratégias empresariais e alinhado aos objetivos dos acionistas. Durante esses ciclos são aplicadas análises SWOT, a identificação de riscos, a análise e o fechamento de metas e projetos. O andamento e resultados são acompanhados periodicamente ao longo do ano e reportados aos órgãos de governança da Companhia. A Companhia adota melhores práticas e metodologias reconhecidas para a gestão de estratégia assim como monitoramentos de mercado, de resultado e revisões periódicas de andamento e direcionamento das ações estratégicas. **Risco legal e de compliance:** O risco legal e de compliance é associado ao nível de adequação da Companhia aos requisitos regulatórios internos e externos, incluindo perdas com multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle ou de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos. **Gerenciamento do risco legal e de compliance:** São adotados mecanismos de monitoramento do atendimento às exigências regulatórias, regras ou políticas internas. A Companhia possui equipe especializada nos assuntos de conformidade, que geram análises e indicadores de aderência assim como movimentos para adaptações que forem necessárias ao atendimento às novas regulamentações. O risco legal é gerenciado pelo entendimento dos fatos que dão origens as ações judiciais, permitindo uma análise das operações e direcionamento de melhorias. **Risco de reputação:** Risco de reputação é o risco decorrente de percepção negativa ou imagem distorcida sobre a Companhia, por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores, supervisores, órgãos governamentais ou a sociedade. **Gerenciamento do risco de reputação:** A Companhia monitora os principais promotores e detratores de imagem por meio de indicadores de reclamações e de satisfação dos clientes, por jornada, e possui estratégia de comunicação com os públicos de interesse, utilizando mídias sociais e outros canais. Além disso, analisa as ocorrências relativas à sua reputação e de seus dirigentes, sócios e demais pessoas ligadas, incluindo o Canal de Conduta Ética. É disponibilizado o Canal de Conduta Ética, gerido por empresa independente e especializada para que realize o recebimentos de informações e denúncias, bem como o correto encaminhamento para tratamento junto à Companhia. Também são monitoradas as informações de mídia com estrutura de encaminhamento e resposta em casos de situações adversas ou de crise. **Risco socioambiental:** Risco socioambiental é a possibilidade de perdas decorrentes, direta e indiretamente, de impactos sociais e ambientais adversos resultantes das práticas relacionadas às operações e aos negócios da Companhia. **Gerenciamento do risco socioambiental:** São adotados os mecanismos da norma ISO 14.001 para tratar dos impactos ambientais e sociais oriundos de seus processos e operações, inclusive os originados nos investimentos em projetos sociais. Além disso, possui procedimento específico para homologar, contratar e avaliar fornecedores críticos. A Companhia tem o compromisso com o desenvolvimento sustentável, alinhando iniciativas de responsabilidade socioambiental às melhores práticas de mercado e na avaliação de tendências nacionais e intranacionais de sustentabilidade. Possui certificação ISO 14.001 e o relatório de sustentabilidade está divulgado ao público no site. São direcionados trabalhos para o entendimento e análise das questões ambientais, sociais e de governança (ASG) e os impactos positivos e negativos para o negócio e sociedade. Integra as questões ASG ao cotidiano, com o objetivo de orientar as decisões de negócios, atividades e processos internos, promovendo a conscientização em todos os níveis da organização, o engajamento e a conscientização.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Caixa e banco	770	5.502
Equivalentes de caixa	1.205	538
Total de caixa e equivalentes de caixa	**1.975**	**6.040**

6. APLICAÇÕES

a) Composição por prazo e por nível hierárquico: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante.

		Vencimento				Ativos				Total			
Títulos	**Hierarquia de valor justo**	**Até 1 ano (A)**	**De 1 a 5 anos (B)**	**Acima de 5 anos (C)**	**Sem vencimento (D)**	**Valor contábil (E = A + B + C + D)**	**Valor de curva (F)**	**Valor justo (G)**	**Ajuste a valor justo (G - F)**	**2021**	**% (E)**	**2020**	**% (H)**
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		**3.979.086**	**764.380**	**231.647**	**106.741**	**5.081.854**	**5.082.068**	**5.081.854**	**(214)**	**5.081.854**	**67%**	**2.959.627**	**44%**
Fundos de investimentos		**3.979.086**	**764.380**	**231.647**	**106.741**	**5.081.854**	**5.082.068**	**5.081.854**	**(214)**	**5.081.854**	**100%**	**2.959.627**	**100%**
Debêntures	1	14.229	110.561	-	-	124.790	125.072	124.790	(282)	124.790	2%	145.406	5%
Letras financeiras (LF)	2	187.968	220.493	-	-	408.461	408.767	408.461	(306)	408.461	8%	296.357	10%
Depósito a prazo com garantia especial (DPGE)	2	42.334	10.262	-	-	52.596	52.411	52.596	185	52.596	1%	48.597	2%
Letras financeiras do tesouro (LFT)	1	-	423.064	231.647	-	654.711	654.522	654.711	189	654.711	13%	136.290	5%
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	37.563	1%
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	124.907	4%
Letras do tesouro nacional (LTN)	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	9.204	0%
Operações compromissadas (*) (**)	2	3.734.246	-	-	-	3.734.246	3.734.246	3.734.246	-	3.734.246	74%	2.106.562	71%
Cotas de fundos de investimentos	2	-	-	-	106.741	106.741	106.741	106.741	-	106.741	2%	54.656	2%
Caixa/contas a pagar/contas a receber	1	309	-	-	-	309	309	309	-	309	0%	102	0%
Outros	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	(17)	0%
Ativos financeiros disponíveis para venda		**-**	**1.677.696**	**5.041**	**-**	**1.682.737**	**1.872.127**	**1.682.737**	**(189.390)**	**1.682.737**	**22%**	**3.030.702**	**45%**
Carteira administrada		**-**	**1.677.696**	**5.041**	**-**	**1.682.737**	**1.872.127**	**1.682.737**	**(189.390)**	**1.682.737**	**100%**	**3.030.702**	**100%**
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	1	-	862.150	-	-	862.150	980.236	862.150	(118.086)	862.150	51%	1.006.368	33%
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	1	-	199.917	-	-	199.917	200.055	199.917	(138)	199.917	12%	-	-
Letras do tesouro nacional (LTN)	1	-	615.629	-	-	615.629	686.795	615.629	(71.166)	615.629	37%	2.019.463	67%
Debêntures	2	-	-	5.041	-	5.041	5.041	5.041	-	5.041	0%	4.871	0%
Ativos mantidos até o vencimento		**657.828**	**156.206**	**-**	**-**	**814.034**	**814.034**	**812.208**	**(1.826)**	**814.034**	**11%**	**753.583**	**11%**
Fundo de investimento		**657.828**	**156.206**	**-**	**-**	**814.034**	**814.034**	**812.208**	**(1.826)**	**814.034**	**100%**	**753.583**	**100%**
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	1	657.828	-	-	-	657.828	657.828	657.323	(505)	657.828	81%	598.316	79%
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	1	-	156.206	-	-	156.206	156.206	154.885	(1.321)	156.206	19%	155.267	21%
Outras aplicações		**-**	**-**	**-**	**1.136**	**1.136**	**-**	**-**	**-**	**1.136**	**0%**	**1.048**	**0%**
Total		**4.636.914**	**2.598.282**	**236.688**	**107.877**	**7.579.761**	**7.768.229**	**7.576.799**	**(191.430)**	**7.579.761**	**100%**	**6.744.960**	**100%**

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos. (**) Contém R$ 35.788 de bloqueio judicial (R$ 34.313 em 31 de dezembro de 2020).

b) Hierarquia de valor justo: Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos. • Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **c) Determinação do valor justo:** O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) ou por meio da utilização de metodologia de precificação definida pela BB Gestão de Recursos DTVM S.A. (BB-DTVM). Os títulos de renda fixa (debêntures) tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Para os demais títulos de renda fixa ativos, sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria - "*Market to Model*" do administrador, com o uso máximo de informações observáveis no mercado. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão para cálculos e apreçamento constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). O valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

d) Taxa de juros contratada:

	2021 Maior taxa	2021 Menor taxa	2020 Maior taxa	2020 Menor taxa
NTN-F	11,88%	4,99%	11,88%	4,99%
LTN	5,85%	5,07%	6,13%	4,08%
DPGE	118,25% do CDI	115,39% do CDI	200,29% do CDI	108% do CDI
NTN-B	IPCA + 5,64%	IPCA + 5,05%	IPCA + 5,64%	IPCA + 0,82%
LFT	100% do CDI	100% do CDI	100% do CDI	100% do CDI
Debênture	120,88% do CDI	80% do CDI	193,86% do CDI	80% do CDI
Letra financeira	114,91% do CDI	102,55% do CDI	124,13% do CDI	102,55% do CDI
Operações compromissadas	100% do CDI	100% do CDI	100% do CDI	100% do CDI

e) Movimentação das aplicações financeiras:

	2020	Aplicações	Resgates	Ajuste valor justo	Redução ao valor recuperável	Rendimentos	2021
Valor justo por meio do resultado	**2.959.627**	9.451.033	(7.521.612)	-	-	192.806	**5.081.854**
Disponíveis para venda	**3.030.702**	199.888	(1.378.418)	(190.696)	(249)	21.510	**1.682.737**
Mantidos até o vencimento (*)	**753.583**	-	(42.804)	-	-	103.255	**814.034**
Outras aplicações	**1.048**	88	-	-	-	-	**1.136**
Total	**6.744.960**	**9.651.009**	**(8.942.834)**	**(190.696)**	**(249)**	**317.571**	**7.579.761**

	2019	Aplicações	Resgates	Ajuste valor justo	Redução ao valor recuperável	Rendimentos	2020
Valor justo por meio do resultado	**3.752.260**	8.982.890	(9.869.544)	-	-	94.021	**2.959.627**
Disponíveis para venda	**1.731.626**	4.011.258	(2.839.410)	(25.242)	(154)	152.624	**3.030.702**
Mantidos até o vencimento (*)	**830.378**	-	(153.043)	-	-	76.248	**753.583**
Outras aplicações	**959**	89	-	-	-	-	**1.048**
Total	**6.315.223**	**12.994.237**	**(12.861.997)**	**(25.242)**	**(154)**	**322.893**	**6.744.960**

(*) O valor de resgate na categoria "Mantidos até o Vencimento" refere-se a recebimento de juros.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía contratos futuros de DI e contratos de índice Bovespa Futuro, conforme apresentados na tabela abaixo. O objetivo de atuação no mercado de derivativos é de proteção, visando minimizar a exposição a riscos de mercado, neste caso de taxa de juros, no caso de contratos de índice Bovespa trate-se de exposição sintética alocados no fundo exclusivo multimercado da Companhia. A utilização de derivativos está condicionada a avaliação do cenário macroeconômico.

2021 Derivativos	Quantidade	Posição	Valor de referência	Valor justo	Valor a receber/pagar	Vencimento
Contratos de DI Futuro - DI FUT	5	Comprada	(500)	500	-	Até 180 dias
Contratos de Índice Bovespa Futuro	19	Comprada	(1.900)	2.010	12	Até 180 dias
Total	**24**		**(2.400)**	**2.510**	**12**	

2020 Derivativos	Quantidade	Posição	Valor de referência	Valor justo	Valor a receber/ pagar	Vencimento
Contratos de DI Futuro - DI FUT	2.339	Comprada	(233.947)	(201.750)	254	Acima 360 dias
Contratos de DI Futuro - DI FUT	(494)	Comprada	49.373	42.578	(54)	Acima 360 dias
Contratos de DI Futuro - DI FUT	(1.846)	Comprada	184.574	159.172	(200)	Acima 360 dias
Contratos de DI Futuro - DI FUT	(1.435)	Comprada	143.506	98.898	(17)	Acima 360 dias
Total	**(1.436)**		**143.506**	**98.898**	**(17)**	

8. PRÊMIOS A RECEBER

a) Prêmios por segmento:

	2021			2020		
Ramos agrupados	**Prêmios a receber**	**Redução ao valor recuperável (*)**	**Prêmios a receber líquido**	**Prêmios a receber**	**Redução ao valor recuperável (*)**	**Prêmios a receber líquido**
Prestamista	2.831.254	(21.927)	2.809.327	2.934.700	(10.157)	2.924.543
Vida individual	479.104	(9.961)	469.143	385.658	(9.830)	375.828
Seguro de vida do produtor rural	202.174	(592)	201.582	270.975	(2.020)	268.955
Vida em grupo	152.262	(11.395)	140.867	126.003	(6.799)	119.204
Seguro agrícola sem cobertura do FESR	65.988	(717)	65.271	99.518	(7.157)	92.361
Seguro agrícola com cobertura do FESR	14.928	-	14.928	96.857	(4.324)	92.533
Demais ramos	318.594	(10.018)	308.576	321.989	(9.161)	312.828
Total	**4.064.304**	**(54.610)**	**4.009.694**	**4.235.700**	**(49.448)**	**4.186.252**

(*) Redução ao valor recuperável calculada conforme nota explicativa n° 3d ii.

b) Movimentação de prêmios a receber:

	2021	2020
Saldo inicial	**4.186.252**	**2.515.995**
(+) Prêmios emitidos	16.131.938	14.011.356
(+) IOF	29.422	30.973
(+) Adicional de fracionamento	208	97
(–) Prêmios cancelados	(3.445.977)	(2.864.978)
(+) Reclassificação de prêmio de cosseguro aceito vencido	203	(204)
(–) Recebimentos	(12.887.190)	(9.505.997)
Redução ao valor recuperável (constituição)	(5.162)	(990)
Saldo final	**4.009.694**	**4.186.252**

c) Composição por prazo de vencimento:	2021	2020
A vencer até 30 dias	661.024	608.467
A vencer de 31 a 60 dias	155.344	129.007
A vencer de 61 a 120 dias	241.239	201.778
A vencer de 121 a 180 dias	223.878	186.764
A vencer de 181 a 365 dias	451.536	367.079
A vencer acima de 365 dias	2.096.835	2.335.075
Total a vencer	**3.829.856**	**3.828.170**
Vencidos até 30 dias	149.969	258.693
Vencidos de 31 a 60 dias	16.111	75.580
Vencidos de 61 a 120 dias	11.063	21.786
Vencidos de 121 a 180 dias	2.399	1.516
Vencidos de 181 a 365 dias	237	388
Vencidos acima de 365 dias	59	119
Total vencidos	**179.838**	**358.082**
Total	**4.009.694**	**4.186.252**

O período médio de parcelamento para liquidação dos prêmios pelos segurados é de 185 dias.

9. OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS E ATIVOS DE RESSEGURO E RETROCESSÃO

a) Ativo	2021	2020
Recuperação de sinistros	148.788	41.674
Outros créditos com ressegurador	3	4
Total	**148.791**	**41.678**
Provisão de sinistros a liquidar - PSL/IBNeR	688.615	258.558
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	688.421	471.750
Sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	83.465	72.089
Risco vigente não emitido - RVNE	28.287	22.070
Provisão de despesas relacionadas - PDR	12.715	4.346
Total	**1.501.503**	**828.813**
b) Passivo	**2021**	**2020**
Prêmios cedidos a liquidar	621.300	576.084
Comissão a recuperar	(136.430)	(134.061)
Total	**484.870**	**442.023**

c) Composição de prêmio emitido por grupo de ramos:

	2021			2020		
Grupo de ramos	**Prêmio emitido líquido (*) (nota 27b)**	**Prêmio de resseguro cedido (**) (nota 27f)**	**% Retenção**	**Prêmio emitido líquido (*) (nota 27b)**	**Prêmio de resseguro cedido (**) (nota 27f)**	**% Retenção**
Pessoas	5.668.888	21.500	99,62%	5.609.729	7.998	99,86%
Rural	5.243.298	1.315.754	74,91%	3.856.901	921.828	76,10%
Outros	292.785	3.042	98,96%	294.085	2.146	99,27%
Total	**11.204.971**	**1.340.296**	**88,04%**	**9.760.715**	**931.972**	**90,45%**

(*) Não inclui RVNE no valor de R$ 1.208 (R$ (47.085) em 31 de dezembro de 2020). (**) Não inclui RVNE no valor de R$ (5.658) (R$ 2.840 em 31 de dezembro de 2020).

10. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

É composto, basicamente, por ordem de pagamentos de sinistros aguardando a compensação bancária, para a devida baixa na provisão técnica de sinistros a liquidar no montante de R$ 62.683 (R$ 43.374 em 31 de dezembro de 2020) e corretores e estipulantes, no montante de R$ 21.277 (R$ 7.931 em 31 de dezembro de 2020). Em 2020 outros créditos no montante de R$ 111.179 relativos à prêmios recebidos dos segurados, com repasse financeiro no 1º dia útil de janeiro/2021.

11. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

Outros créditos é composto, principalmente, por bloqueios judiciais de sinistros no valor de R$ 10.195 (R$ 10.199 em 31 de dezembro de 2020) e adiantamento de PLR no valor de R$ 7.392 (R$ 7.296 em 31 de dezembro de 2020).

12. OUTROS VALORES E BENS - ATIVOS DE DIREITOS DE USO

A Companhia mantém firmados Instrumentos Particulares de Contratos de Locação Atípica de Imóveis não Residenciais e Outras Avenças, que são: • Edifício Torre Alfa: 8 pavimentos e mezanino da ALA A. O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 19 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em agosto de 2015; • Call Center localizado na cidade de Franca: O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 12 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em maio de 2015.

	Taxa anual de depreciação	01/01/2021	Remensuração	Depreciação	31/12/2021
Direito de uso	5,22% e 11,88%	185.807	52.543	(18.903)	219.447

13. IMOBILIZADO

	Taxa anual depreciação	Saldo em 2020	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 2021
Equipamentos	20%	**15.332**	5.433	(46)	(6.937)	**13.782**
Móveis, máquinas e utensílios	10%	**12.371**	777	(76)	(2.209)	**10.863**
Veículos	20%	**1.249**	1.245	(406)	(538)	**1.550**
Outras imobilizações	5,26%	**20.158**	(38)	-	(1.396)	**18.724**
Total		**49.110**	**7.417**	**(528)**	**(11.080)**	**44.919**

	Taxa anual depreciação	Saldo em 2019	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 2020
Equipamentos	20%	**15.827**	7.282	(60)	(7.717)	**15.332**
Móveis, máquinas e utensílios.	10%	**13.470**	1.067	(12)	(2.154)	**12.371**
Veículos	20%	**1.399**	872	(559)	(463)	**1.249**
Outras imobilizações	5,26%	**22.717**	4.347	(5.717)	(1.189)	**20.158**
Total		**53.413**	**13.568**	**(6.348)**	**(11.523)**	**49.110**

14. INTANGÍVEL

	Taxa anual amortização	Saldo em 2020	Adições	Baixa	Amortização	Saldo em 2021
Desenvolvimento de sistemas	14% e 20%	**155.459**	89.757	(150)	(25.748)	**219.318**

	Taxa anual amortização	Saldo em 2019	Adições	Baixa	Amortização	Saldo em 2020
Desenvolvimento de sistemas	14% e 20%	**114.411**	68.337	(239)	(27.050)	**155.459**

15. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	2021	2020
Dividendos a pagar	167.544	-
Fornecedores	56.832	108.413
Participações nos lucros a pagar	24.660	24.536
Despesas compartilhadas a pagar	192	-
Honorários e remunerações	89	76
Outras obrigações	265	265
Total	**249.582**	**133.290**

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2021	2020
Imposto de renda	144.724	202.174
Antecipação de imposto de renda (*)	(144.724)	(179.986)
Contribuição social	343.651	289.715
Antecipação de contribuição social (*)	(196.726)	(256.956)
COFINS	20.408	19.898
PIS/PASEP	3.316	3.233
Outros	-	1
Total	**170.649**	**78.079**

(*) As antecipações são temporariamente registradas em contas redutoras no passivo sendo reclassificadas para contas do ativo, caso necessário, no encerramento do exercício.

17. CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

É composto, substancialmente, por comissões a pagar e comissões sobre prêmios emitidos pendentes de R$ 1.312.787 (R$ 1.345.681 em 31 de dezembro de 2020) e comissões adicionais a serem pagas à BB Corretora de R$ 290.580 (R$ 463.577 em 31 de dezembro de 2020). Conforme acordo operacional firmado em 30 de novembro de 2018, entre a Companhia, BB Corretora e os acionistas BB Seguros e MAPFRE, está previsto o pagamento, por parte da Companhia, de comissões adicionais à BB Corretora, caso determinados patamares de desempenho comercial sejam superados para determinados produtos.

18. OUTROS DÉBITOS OPERACIONAIS

Está representado, principalmente, pela provisão do FESR - Fundo de Estabilidade do Seguro Rural no montante de R$ 251.657 (R$ 254.855 em 31 de dezembro de 2020) e créditos recebidos do MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, pendentes de restituição, no montante de R$ 113.260 (R$ 228.335 em 31 de dezembro de 2020).

19. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

É composto, substancialmente, por valores efetivamente recebidos mas ainda não baixados das contas de prêmios a receber.

	2021	2020
1 a 30 dias	738	3.924
31 a 60 dias	559	205
61 a 120 dias	362	127
121 a 180 dias	405	333
181 a 365 dias	203	625
Superior a 365 dias	-	248
Total	**2.267**	**5.462**

20. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

							2021
Provisões técnicas - seguros	**Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE**	**Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)**	**Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR**	**Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR**	**Provisão de despesas relacionadas - PDR**	**Provisão de excedentes técnicos - PET**	**Total**
Saldo inicial	**8.232.524**	**1.733.095**	**5.733**	**434.101**	**42.180**	**340**	**10.447.973**
Constituições	8.997.924	-	2.537	20.214	64.850	-	9.085.525
Diferimento pelo risco decorrido	(7.598.384)	-	-	-	-	-	(7.598.384)
Aviso de sinistros	-	6.574.804	-	-	-	-	6.574.804
Pagamento de sinistros	-	(3.493.775)	-	-	(57.775)	-	(3.551.550)
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(2.579.995)	-	-	-	-	(2.579.995)
Atualização monetária e juros	-	43.898	-	-	6.013	-	49.911
Reversões	-	-	-	-	-	(271)	(271)
Saldo final	**9.632.064**	**2.278.027**	**8.270**	**454.315**	**55.268**	**69**	**12.428.013**

							2020
Provisões técnicas - seguros	**Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE**	**Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)**	**Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR**	**Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR**	**Provisão de despesas relacionadas - PDR**	**Provisão de excedentes técnicos - PET**	**Total**
Saldo inicial	**6.853.204**	**1.537.312**	**(45.437)**	**410.249**	**43.490**	**1.621**	**8.800.439**
Constituições	11.828.051	-	51.170	23.852

Pra tudo que importa.

Brasilseg Companhia de Seguros
CNPJ 28.196.889/0001-43

BRASILSEG
Uma empresa BB Seguros

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Bruto de resseguro

Montante estimado para os sinistros	Até 2016	2017	2018	2019	2020	2021	Ano do aviso do sinistro Total
No ano do aviso	14.134.333	1.991.501	2.115.472	2.616.941	2.857.547	4.268.148	4.268.148
Um ano após o aviso	11.313.641	1.882.096	2.033.047	2.538.579	2.648.398		2.648.398
Dois anos após o aviso	11.397.877	1.866.084	2.031.380	2.488.345			2.488.345
Três anos após o aviso	11.544.249	1.870.310	2.004.814				2.004.814
Quatro anos após o aviso	11.695.836	1.857.076					1.857.076
Cinco anos ou mais após o aviso	11.760.806						11.760.806
Estimativa de sinistros incorridos em 31.12.2021	11.760.806	1.857.076	2.004.814	2.488.345	2.648.398	4.268.148	25.027.587
Pagamentos efetuados até 31.12.2021	11.154.847	1.793.703	1.940.502	2.409.730	2.524.868	2.870.662	22.694.312
Provisão de sinistros a liquidar no período de análise	605.959	63.373	64.312	78.615	123.530	1.397.486	2.333.275
Provisão agregada de sinistros em 31.12.2021 (*)							462.585
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR e PDR)							2.795.860
Retrocessão							20
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR e PDR)							2.795.880

Montante de sinistros pagos	Até 2016	2017	2018	2019	2020	2021	Ano do aviso do sinistro Total
No ano do aviso	10.113.271	1.396.566	1.392.669	1.950.031	2.014.370	2.870.662	2.870.662
Um ano após o aviso	10.556.051	1.750.052	1.907.048	2.382.539	2.524.868		2.524.868
Dois anos após o aviso	10.749.391	1.773.293	1.931.723	2.409.730			2.409.730
Três anos após o aviso	10.914.739	1.783.929	1.940.502				1.940.502
Quatro anos após o aviso	11.042.995	1.793.703					1.793.703
Cinco anos ou mais após o aviso	11.154.847						11.154.847
Pagamentos efetuados até 31.12.2021	11.154.847	1.793.703	1.940.502	2.409.730	2.524.868	2.870.662	22.694.312

Líquido de resseguro

Montante estimado para os sinistros	Até 2016	2017	2018	2019	2020	2021	Ano do aviso do sinistro Total
No ano do aviso	11.240.476	1.588.586	1.598.332	1.762.039	2.022.447	3.304.583	3.304.583
Um ano após o aviso	8.667.494	1.413.517	1.357.610	1.582.207	1.818.316		1.818.316
Dois anos após o aviso	8.722.159	1.388.159	1.349.728	1.521.579			1.521.579
Três anos após o aviso	8.847.817	1.391.692	1.319.829				1.319.829
Quatro anos após o aviso	8.979.412	1.373.050					1.373.050
Cinco anos ou mais após o aviso	9.013.990						9.013.990
Estimativa de sinistros incorridos em 31.12.2021	9.013.990	1.373.050	1.319.829	1.521.579	1.818.316	3.304.583	18.351.347
Pagamentos efetuados até 31.12.2021	8.459.410	1.319.916	1.262.496	1.450.947	1.722.808	2.479.623	16.695.200
Provisão de sinistros a liquidar no período de análise	554.580	53.134	57.333	70.632	95.508	824.960	1.656.147
Provisão agregada de sinistros em 31.12.2021 (*)							354.918
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR e PDR)							2.011.065
Retrocessão							20
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR e PDR)							2.011.085

Montante de sinistros pagos	Até 2016	2017	2018	2019	2020	2021	Ano do aviso do sinistro Total
No ano do aviso	7.824.405	1.101.745	1.104.252	1.202.273	1.382.066	2.479.623	2.479.623
Um ano após o aviso	7.944.468	1.287.012	1.242.598	1.436.223	1.722.808		1.722.808
Dois anos após o aviso	8.107.758	1.301.831	1.253.760	1.450.947			1.450.947
Três anos após o aviso	8.256.760	1.311.843	1.262.496				1.262.496
Quatro anos após o aviso	8.368.513	1.319.916					1.319.916
Cinco anos ou mais após o aviso	8.459.410						8.459.410
Pagamentos efetuados até 31.12.2021	8.459.410	1.319.916	1.262.496	1.450.947	1.722.808	2.479.623	16.695.200

(*) Refere-se ao montante das provisões de IBNR e IBNeR, o qual não é possível segregar por sinistros.

22. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2021	2020
Provisões técnicas	12.428.013	10.447.973
Parcela correspondente a resseguros contratados	(1.135.376)	(532.072)
Direitos creditórios	(3.619.797)	(3.610.383)
Custos de aquisição diferidos redutores de PPNG	(1.763.006)	(1.327.000)
Total a ser coberto	**5.909.834**	**4.978.518**
Quotas e fundos de investimentos	5.858.400	3.748.380
Títulos de renda fixa - públicos	1.677.696	3.025.831
Títulos de renda fixa - privados	5.041	4.871
Total de aplicações (*)	**7.541.137**	**6.779.082**
Ativos livres	**1.631.303**	**1.800.564**

(*) Conforme Circular SUSEP n° 517/2015 e alterações subsequentes, artigo 103 § 2º para efeito de cobertura de provisões técnicas, os ativos financeiros são considerados pelo seu valor de mercado.

23. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL

a) Composição das ações judiciais de sinistro por probabilidade de perda

	2021			2020		
	Quantidade	Valor reclamado atualizado	Valor provisionado (*)	Quantidade	Valor reclamado atualizado	Valor provisionado (*)
Provável	1.410	279.337	240.458	1.626	328.854	274.017
Possível	5.317	931.137	392.892	5.315	827.134	356.550
Remota	557	129.004	-	356	86.779	-
Total	**7.284**	**1.339.478**	**633.350**	**7.297**	**1.242.767**	**630.567**

(*) Os valores estão apresentados líquidos de resseguros e acrescidos da Provisão de Despesas Relacionadas (PDRj).

A provisão para as ações judiciais relacionadas a sinistros é baseada em norma interna que considera, além das probabilidades de perda avaliadas pelos advogados, a análise dos riscos envolvidos e perdas históricas.

b) Composição das ações por ano de citação:

	2021		2020	
Ano de abertura	Quantidade	Valor provisionado (*)	Quantidade	Valor provisionado (*)
De 1997 a 2000	29	7.479	34	14.125
De 2001 a 2005	127	27.430	188	65.605
De 2006 a 2010	219	36.273	324	69.469
De 2011 a 2015	971	109.613	1.399	145.861
De 2016 a 2021	5.938	452.555	5.352	335.507
Total	**7.284**	**633.350**	**7.297**	**630.567**

(*) Os valores estão apresentados líquidos de resseguros e acrescidos da Provisão de Despesas Relacionadas (PDRj). Prazo médio para o pagamento dos sinistros judiciais é de 80 meses.

c) Demonstrativo de desempenho das provisões relacionadas a sinistros judiciais (*):

	2021	2020
Montante de ações judiciais pagas no exercício corrente e que se encontravam provisionadas	138.568	131.037
Montante provisionado de ações judiciais pagas no exercício corrente e que se encontravam provisionadas	154.179	128.671
Processos encerrados sem pagamento no exercício corrente, para os quais havia provisão constituída	684.578	727.154
Montante de ações judiciais pagas no exercício corrente e não provisionadas	13.144	22.664

(*) Os valores estão apresentados brutos de resseguros e acrescidos da Provisão de Despesas Relacionadas (PDRj).

24. PROVISÕES JUDICIAIS

a) Composição:

	Provisões judiciais		Depósitos judiciais (*)	
Natureza	2021	2020	2021	2020
Fiscal	**651.169**	**641.739**	**691.996**	**681.823**
COFINS	627.847	618.645	654.655	645.034
PIS	13.405	13.273	16.108	15.949
CSLL	9.917	9.821	10.475	10.374
Outros	–	–	10.758	10.466
Trabalhista	**4.794**	**2.765**	**2.653**	**1.705**
Cível	**18.080**	**14.143**	**10.525**	**11.941**
Outros	**–**	**–**	**85**	**1.468**
Total	**674.043**	**658.647**	**705.259**	**696.937**

(*) Depósitos judiciais referentes a sinistros em discussão judicial somam R$ 83.594 (R$ 113.135 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia possui discussões tributárias nas esferas judicial e administrativa, e amparada por seus assessores legais classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento. Os valores provisionados, assim como os depósitos judiciais que possui, são atualizados mensalmente, de acordo com a taxa SELIC, e seus saldos são informados na data base de 31 de dezembro de 2021: **PIS/COFINS Lei nº 9.718/1998 - Notas I a V:** A Companhia discute a constitucionalidade da Lei n° 9.718/1998, quanto à exigência de COFINS sobre sua atividade, e majoração da base de cálculo do PIS. Sobre a COFINS, aguarda-se julgamento de Recurso Extraordinário. Possui decisão proferida em Medida Cautelar junto ao STF, obtendo garantia de suspensão da exigibilidade. A partir de maio de 2009, passou a recolher o tributo em discussão, considerando a base de prêmio de seguros, e tem a probabilidade de perda classificada como provável. Quanto às receitas excedentes, os valores não são tributados e provisionados, a probabilidade de perda é classificada como possível. Os valores envolvidos na ação estão no quadro abaixo - itens I a III. Quanto ao PIS, possui decisão parcialmente favorável em primeira instância, autorizando o não recolhimento sobre as receitas que excedem o faturamento, porém determinando a incidência do tributo sobre as receitas de prêmios de seguros. Aguarda-se julgamento de Recurso Extraordinário e agravo de despacho denegatório de Recurso Especial. Recolheu o tributo sobre a totalidade de suas receitas até agosto de 2006, quando obteve decisão judicial para suspender a exigibilidade sobre os valores relativos às receitas financeiras e a partir de maio de 2009 recolhe o tributo sobre a base de prêmios de seguros. Os valores envolvidos na ação estão no quadro abaixo - itens IV e V. **PIS/COFINS - Lei nº 12.973/2014 - Notas VI e VII:** A partir de janeiro de 2015, com a entrada em vigor da Lei n° 12.973/2014, entende-se que a base de cálculo destes tributos está limitada aos prêmios de seguros. Discute-se judicialmente a incidência dos referidos tributos sobre as receitas financeiras decorrentes de investimentos financeiros oriundos de reservas técnicas. Diante da interpretação dada, foi proposta Ação Judicial, a qual foi julgada improcedente em primeira instância. Interposto Recurso de Apelação, a este foi negado provimento. Interpostos então Recursos Especial e Extraordinário, os quais ainda pendem de julgamento, sendo que após distribuição de pedido de tutela de urgência a este foi dado deferimento, suspendendo a exigibilidade dos valores de PIS e de COFINS incidentes sobre os rendimentos financeiros gerados pelos ativos dados em garantia às reservas técnicas. Em março de 2021, a Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região revogou de ofício a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários discutidos no referido processo. Após pedido apresentado perante à Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, houve a admissibilidade do Recurso Extraordinário interposto pela Companhia. Em razão da referida admissibilidade, foi requerido pedido de tutela de urgência perante o Supremo Tribunal Federal para concessão de efeito suspensivo ao referido Recurso Extraordinário. O Supremo Tribunal Federal concedeu no dia 27 de abril de 2021 o efeito suspensivo requerido. Portanto, atualmente, a Companhia conta com a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários. Aguarda-se julgamento de Agravo Interno interposto pela União. A probabilidade de perda é classificada como possível. Os valores envolvidos na ação estão no quadro abaixo - itens VI e VII.

Nota	Período	Probabilidade	Provisão 2021	Provisão 2020	Depósito 2021	Depósito 2020	Valor do risco 2021	Valor do risco 2020
(I) COFINS Prêmio de seguros	05/1999 a 05/2009	Provável	627.846	618.645	632.340	623.054	627.846	618.645
(II) COFINS Receita financeira	05/1999 a 05/2009	Possível	-	-	22.314	21.980	122.621	120.834
(III) COFINS Receita financeira	06/2009 a 12/2014	Possível	-	-	-	-	88.782	86.900
(IV) PIS Receita financeira	05/1999 a 05/2009	Possível	-	-	-	-	6.514	6.403
(V) PIS Receita financeira	06/2009 a 12/2014	Possível	-	-	-	-	14.427	14.121
(VI) COFINS Receita financeira	01/2015 a 12/2021	Possível	-	-	-	-	158.889	141.170
(VII) PIS Receita financeira	01/2015 a 12/2021	Possível	-	-	-	-	25.857	22.940
Total			**627.846**	**618.645**	**654.654**	**645.034**	**1.044.936**	**1.011.013**
						Total risco provável	627.846	618.645
						Total risco possível	417.090	392.368
						Subtotal	**1.044.936**	**1.011.013**

Notas I a V - Lei nº 9.718/1998 e notas VI a VII Lei nº 12.973/2014.

Demais processos:

Nota	Período	Probabilidade	Provisão 2021	Provisão 2020	Depósito 2021	Depósito 2020	Valor do risco 2021	Valor do risco 2020
(1) PIS EC 17/1997	03/1998 a 01/1999	Provável	13.405	13.273	16.108	15.949	13.405	13.273
(2) CSLL Aumento alíquota	01/1996 a 12/1998	Provável	9.917	9.821	10.475	10.374	9.917	9.821
(3) INSS sobre PLR	01/2000 a 12/2006	Possível	-	-	10.758	10.466	7.924	7.825
(4) IRPJ e CSLL sobre JCP	12/2009 a 12/2010	Possível	-	-	-	-	62.269	60.989
(5) IRPJ sobre seguro rural	01/2014 a 12/2014	Possível	-	-	-	-	294.220	286.028
Total			**23.322**	**23.094**	**37.341**	**36.789**	**387.735**	**377.936**
						Total risco provável	23.322	23.094
						Total risco possível	364.413	354.842
						Subtotal	**387.735**	**377.936**
						Total geral	**1.432.671**	**1.388.949**

Nota (1) PIS - EC n° 17/1997 - discute a exigibilidade do PIS com base na EC n° 17/1997. Obteve decisão parcialmente favorável no sentido de que seja observado o princípio da anterioridade de que trata o §6º do artigo 195 da CF/1988. O processo transitou em julgado e atualmente encontra-se em fase de apuração dos cálculos para a realização da execução do julgado. **Nota (2) CSLL -** discute a majoração da alíquota da CSLL - Leis n° 9.249/1995 e n° 13.169/2015. Sobre a Lei n° 9.249/1995, obteve resultado parcialmente favorável, apenas no aspecto de violação aos princípios da anterioridade nonagesimal e da irretroatividade. O processo transitou em julgado sendo que foi apresentada petição requerendo que os valores depositados nos autos sejam convertidos em renda em favor da União. A probabilidade de perda da ação é classificada como provável. Sobre a Lei n° 13.169/2015 - aplicável ao período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, aguarda julgamento de apelação, mantendo o recolhimento nos termos da legislação vigente. No entanto, o Supremo Tribunal Federal, em julgamento da ADI 5.485, considerou constitucional a majoração da alíquota da CSLL, portanto a probabilidade de perda é classificada como provável. **Nota (3) Contribuições Previdenciárias -** discute divergência de recolhimento de contribuições previdenciárias decorrentes de remunerações pagas a título de Participação nos Lucros e Resultados - PLR. Inicialmente foi proferido julgamento favorável em sede apelação. A União opôs embargos de declaração, os quais foram providos para fins de atribuir efeito modificativo ao acórdão. Atualmente o processo aguarda julgamento de Agravo interposto em face dos Despachos Denegatórios que negaram admissibilidade do Recurso Especial e do Recurso Extraordinário interpostos. **Nota (4) IRPJ e CSLL - Juros sobre Capital Próprio -** autuada em razão de pagamento e consequente dedução do IRPJ e CSLL de juros sobre o capital próprio retroativo. Julgado de forma desfavorável à Companhia na esfera administrativa. Diante do término do processo administrativo, foi ajuizada Ação Anulatória de Débito fiscal, sendo que foi proferida sentença julgando totalmente procedente a ação em referência. O Recurso de Apelação interposto pela União teve seu provimento negado. Aguarda-se julgamento de Recurso Especial e Recurso Extraordinário interpostos pela União. **Nota (5) IRPJ sobre o resultado de Seguro Rural -** autuada em razão da dedução do resultado de Seguros Rurais da base de cálculo do IRPJ, no ano-calendário de 2014. A impugnação apresentada foi julgada improcedente. Atualmente o processo aguarda julgamento de recurso voluntário. **Trabalhistas** - a Companhia responde a processos de natureza trabalhista, cujos objetos variam de acordo com a relação entre a Seguradora e a outra parte (contrato de trabalho ou prestação de serviços através de empresa interposta), que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos advogados externos e ratificada pelos advogados internos . **Cível** - a Companhia possui processos judiciais de natureza cível, não relacionados a sinistro, e, amparada por seus assessores legais classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento. Os valores provisionados são atualizados mensalmente pelo INPC e juros de 1% (a.m). Seus saldos são informados na data base de 31 de dezembro de 2021: As contingências cíveis são tratadas internamente como Provisão de Outras Contingências Cíveis - POCC e compreendem: **i)** Pedidos de indenização de danos morais não coberto pelo contrato e os eventos relacionados à ausência de; e, **ii)** Pedidos com conteúdo econômico, formulados nas demais ações cíveis não relacionadas a sinistros;

b) Movimentação:

	2021				2020			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	**641.739**	**2.765**	**14.143**	**658.647**	**647.008**	**768**	**14.147**	**661.923**
Constituições/reversões	-	2.527	7.756	10.283	-	1.850	4.873	6.723
Atualização monetária	9.430	1.176	4.476	15.082	7.386	765	3.393	11.544
Baixas/pagamentos	-	(1.674)	(8.295)	(9.969)	(12.655)	(618)	(8.270)	(21.543)
Saldo final	**651.169**	**4.794**	**18.080**	**674.043**	**641.739**	**2.765**	**14.143**	**658.647**

c) Composição das ações judiciais de natureza fiscal, trabalhista e cível por probabilidade de perda:

	2021			2020		
	Quantidade	Valor reclamado atualizado	Valor provisionado	Quantidade	Valor reclamado atualizado	Valor provisionado
Fiscais	**9**	**1.122.901**	**651.169**	**9**	**1.103.094**	**641.739**
Provável	3	651.168	651.169	3	641.739	641.739
Possível	6	471.733	-	6	461.355	-
Trabalhistas	**260**	**24.902**	**4.794**	**181**	**12.325**	**2.765**
Provável	77	4.794	4.794	52	2.774	2.765
Possível	65	2.891	-	42	1.852	-
Remota	118	17.217	-	87	7.699	-
Cíveis	**5.013**	**159.132**	**18.080**	**5.524**	**155.654**	**14.143**
Provável	510	20.264	18.080	785	16.868	14.143
Possível	4.041	117.605	-	4.510	119.685	-
Remota	462	21.263	-	229	19.101	-
Total	**5.282**	**1.306.935**	**674.043**	**5.714**	**1.271.073**	**658.647**

25. OUTROS DÉBITOS - PASSIVO DE ARRENDAMENTO

O passivo de arrendamento está mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato:

	2021
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	**239.339**
Pagamentos	(24.936)
Remensuração	52.543
Apropriação juros	27.685
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	**294.631**

A taxa média ponderada utilizada para o desconto a valor presente dos pagamentos mínimos de arredamento é de 10,27% a.a. em 31 de dezembro de 2021.

Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamentos:

Até 1 ano	De 1 ano a 2 anos	De 2 anos a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
13.948	32.838	105.071	142.774	**294.631**

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado, já homologado pela SUSEP, é de R$ 655.745 (R$ 655.745 em 31 de dezembro de 2020) e está representado por 698.763 ações nominativas sem valor nominal (698.763 ações em 31 de dezembro de 2020), sendo 380.763 ordinárias e 318.000 preferenciais, estas sem direito a voto e não conversíveis em ações ordinárias. **b) Dividendos e remunerações aos acionistas:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pela diretoria, o que ocorrer primeiro. Para fins de distribuição de juros sobre o capital próprio, deverá ser observado o limite de 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, bem como sua dedução do valor do dividendo mínimo obrigatório. Foi deliberada na Assembleia Geral Extraordinária de 23 de dezembro de 2015 a aprovação de distribuição mensal de dividendos ou o pagamento de juros sobre capital próprio, pelos administradores, respeitando o limite de disponibilidade de recursos, sem comprometimento da solvência da Companhia.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	1.387.306	1.429.598
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	167.544	-
Dividendos pagos relativos ao lucro do exercício	179.283	489.183
Dividendos pagos relativos a lucros de anos anteriores	908.296	596.017
Total de dividendos distribuídos e juros sobre o capital próprio pagos	**1.087.579**	**1.085.200**
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	**25%**	**34%**
Distribuição dos dividendos:		
Dividendos distribuídos para as ações ordinárias	592.633	591.336
Dividendos distribuídos para as ações preferenciais	494.946	493.864
Quantidade de ações:		
Ações ordinárias	380.763	380.763
Ações preferenciais	318.000	318.000
Dividendos distribuídos por ação:		
Ações ordinárias	1,55643	1,55303
Ações preferenciais	1,55643	1,55303

c) Reserva legal: Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social. O saldo apresentado nas demonstrações financeiras está limitado a 20% do capital social. **d) Reserva de investimentos:** Criada com objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, entre outros. Será constituída por parcela do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social, por proposta aos acionistas em Assembleia Geral. A Administração irá propor aos acionistas que delibere pelo aumento de capital ou por pagamento de dividendos em montante equivalente à parcela de reserva de lucros que exceder o valor do capital social. **e) Ajustes com títulos e valores mobiliários:** Compreende o ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, líquido dos efeitos tributários.

27. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

a) Principais ramos de atuação

Ramo	Prêmios ganhos 2021	Prêmios ganhos 2020	Sinistralidade 2021	Sinistralidade 2020	Custo de aquisição 2021	Custo de aquisição 2020
Prestamista	1.727.759	1.597.516	50,75%	31,94%	45,11%	56,81%
Vida em grupo	1.586.974	1.460.227	52,91%	41,77%	33,58%	33,42%
Seguro de vida do produtor rural	1.551.482	1.201.367	33,03%	21,29%	29,30%	28,32%
Seguro agrícola sem cobertura do FESR	1.175.218	556.669	52,52%	55,03%	8,07%	8,15%
Penhor rural instituições financeiras privadas	1.057.734	839.973	29,92%	28,51%	30,06%	25,28%
Vida individual	750.662	611.436	26,65%	18,47%	49,02%	54,69%
Seguro agrícola com cobertura do FESR	647.910	860.700	103,15%	84,69%	8,09%	8,09%
Acidentes pessoais - coletivo	523.332	480.376	3,83%	8,18%	32,31%	31,78%
Demais ramos	784.352	725.933	21,36%	21,21%	30,00%	29,67%
Total	**9.805.423**	**8.334.197**	**43,02%**	**35,48%**	**30,64%**	**33,18%**

	2021	2020
b) Prêmios emitidos líquidos	**11.206.179**	**9.713.630**
Prêmios diretos	10.938.245	9.480.698
Prêmios de cosseguros aceitos	300.883	239.361
Prêmios de cosseguros cedido	(32.949)	(6.429)
c) Sinistros ocorridos	**(4.218.619)**	**(2.956.851)**
Sinistros	(4.067.563)	(2.793.784)
Provisão de despesas relacionadas - PDR	(83.765)	(54.462)
Serviço de assistência	(52.495)	(37.428)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	(20.214)	(23.852)
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	(2.537)	(51.170)
Salvados	4.774	3.438
Ressarcimentos	3.181	407
d) Custo de aquisição	**(3.004.493)**	**(2.765.697)**
Comissões	(3.016.089)	(2.681.195)
Comissão adicional (**)	(290.580)	(451.976)
Outros custos de aquisição	(118.523)	(124.504)
Variação das despesas de comercialização diferidas	420.699	491.978
e) Outras receitas e despesas operacionais	**(180.432)**	**(250.005)**
Contribuição ao FESR	(94.675)	(185.597)
Endomarketing	(51.805)	(44.188)
Outras	(18.731)	(12.892)
Redução ao valor recuperável - RVR (*)	(7.465)	(2.455)
Contingências cíveis	(7.756)	(4.873)
f) Resultado com operações de resseguro	**(40.375)**	**7.976**
Receitas com resseguro	**1.083.900**	**867.866**
Recuperação de indenização	1.072.200	863.573
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	11.376	3.702
Recuperação de indenização - PDR IBNR	324	591
Despesas com resseguro	**(1.124.275)**	**(859.890)**
Prêmios de resseguro	(1.367.687)	(976.467)
Salvados e ressarcimentos	(1.209)	117
Variação das provisões de resseguro	222.888	69.125
Prêmios de resseguro cancelados	19.807	43.465
Prêmios de resseguro restituídos	1.926	3.870
g) Despesas administrativas	**(436.974)**	**(422.682)**
Pessoal próprio	(190.762)	(185.701)
Serviços de terceiros	(157.633)	(125.993)
Localização e funcionamento	(76.742)	(94.760)
Outras despesas administrativas	(11.837)	(16.228)
h) Despesas com tributos	**(277.192)**	**(281.302)**
COFINS	(235.482)	(228.127)
COFINS - Crédito tributário	4.452	(6.236)
PIS	(38.689)	(37.284)
PIS - Crédito tributário	723	(1.013)
Taxa de fiscalização	(4.547)	(4.335)
Outras despesas com tributos	(3.649)	(4.307)
i) Resultado financeiro	**221.221**	**273.046**
Receitas financeiras	**340.061**	**352.584**
Juros sobre ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado	192.806	94.021
Juros sobre ativos financeiros mantidos até o vencimento	103.255	76.248
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	21.510	152.624
Atualização monetária sobre provisões de sinistros a liquidar - resseguro	10.021	9.634
Outras receitas financeiras	12.469	20.057
Despesas financeiras	**(118.840)**	**(79.538)**
Atualização monetária sobre provisões de sinistros a liquidar	(49.911)	(36.310)
Juros de arrendamento mercantil (***)	(27.685)	-
Atualização monetária sobre provisões judiciais	(15.082)	(8.894)
Taxa de administração	(14.236)	(32.199)
Operações de seguros	(9.302)	(1.971)
Redução ao valor recuperável - aplicações	(249)	(153)
Outras despesas financeiras	(2.375)	(11)

(*) Refere-se ao valor recuperável de prêmios a receber e sinistros a recuperar.
(**) Conforme detalhado na nota explicativa nº 17.
(***) Conforme detalhado na nota explicativa nº 25.

28. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2021		2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos impostos e após participações	**1.853.445**	**1.853.445**	**1.920.462**	**1.920.462**
Imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 15%	(463.337)	(278.017)	(480.091)	(288.069)
Diferenças temporárias	(5.781)	(3.467)	(641)	(385)
Diferenças permanentes	2.852	(1.390)	3.465	(1.261)
Efeito - aumento da CSLL 15% para 20%	–	(60.776)	–	–
Resultados do ramo rural	313.503	–	266.637	–
Deduções incentivadas	8.038	–	8.456	–
Imposto de renda e contribuição social correntes	**(144.725)**	**(343.650)**	**(202.174)**	**(289.715)**
Constituição/reversão de crédito tributário	5.781	3.468	641	384
Outros ajustes	8.906	4.081	–	–
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(130.038)**	**(336.101)**	**(201.533)**	**(289.331)**
Alíquota efetiva (%)	7%	18%	10%	15%

b) Créditos tributários e previdenciários

	2020	Constituições	Reversões	2021
Tributos a compensar	460	27.296	(12.627)	15.129
PIS/COFINS sobre PSL/IBNR	52.067	31.728	(27.940)	55.855
Tributos retidos na fonte	145	25	(132)	38
Total circulante	**52.672**	**59.049**	**(40.699)**	**71.022**
Diferenças temporárias:				
Processos tributários e atualizações monetárias	108.220	3.771	(4.069)	107.922
Contingências cíveis	5.659	13.165	(11.590)	7.234
Provisão para riscos de crédito	14.963	28.246	(21.459)	21.750
Provisão para participação nos lucros	9.813	9.864	(9.814)	9.863
Contingências trabalhistas	1.105	1.711	(899)	1.917
Outras provisões	3.228	77.265	(76.847)	3.646
Ajuste de títulos a valor de mercado	(522)	1.004.437	(918.690)	85.225
Arrendamentos CPC 06 (R2)	-	21.634	(316)	21.318
PIS/COFINS sobre PSL/IBNR	33.035	4.987	(3.600)	34.422
Total não circulante	**175.501**	**1.165.080**	**(1.047.284)**	**293.297**

c) Estimativa de realização dos créditos tributários: A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários existentes em 31 de dezembro de 2021, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

Ano	Valor	%
2022	55.061	36,15%
2023	26.798	17,59%
2024	23.634	15,51%
2025	23.418	15,37%
2026 em diante	23.421	15,38%
Total	**152.332**	**100,00%**

29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas à Companhia, o Banco do Brasil S.A. e empresas a ele ligadas, empresas do Grupo MAPFRE, empresas que compõem o Grupo Brasilseg, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Essas operações referem-se, basicamente, a contratação de seguros e resseguros, a intermediação e suporte na venda de

Pra tudo que importa.

Brasilseg Companhia de Seguros
CNPJ 28.196.889/0001-43

BRASILSEG
Uma empresa BB Seguros

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

(1) Referem-se, principalmente, a Aliança do Brasil Seguros S.A., BV Financeira S.A. Crédito Financiamento e Investimento, BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A., Banco do Brasil S.A., BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BB DTVM, Brasilprev Seguros e Previdência S.A., Banco Votorantim S.A., Livelo S.A., Federação Nacional das Associações Atléticas do Banco do Brasil, BB Seguridade Participações S.A., BB MAPFRE Participações S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A., MAPFRE RE Compañia de Reaseguros S.A., MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros, MAPFRE TECH, MAPFRE Vida S.A. e MAPFRE Assistência Ltda; (2) Diretoria Executiva; e (3) Referem-se a membros próximos da família ligados aos Administradores. **b) Compartilhamento de despesas:** As despesas administrativas das empresas operacionais do Grupo Brasilseg são compartilhadas entre as mesmas, e rateadas através de modelo interno de alocação e rateio de custos. O rateio contempla os gastos de gestão interna (despesas administrativas em geral), gastos de comercialização (despesas comerciais da rede e canais) e comunicação institucional (despesas de propaganda e marketing).

30. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia proporciona plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições do exercício totalizaram R$ 90 (R$ 906 em 31 de dezembro de 2020).

31. COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria está instituído na empresa líder BB MAPFRE Participações S.A., nos termos da Resolução CNSP nº 423/2021, tendo alcance sobre a Companhia.

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Brasilseg Companhia de Seguros
São Paulo - SP.

Examinamos as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção, sendo que o "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R$1.455.947 (em 30 de junho de 2021) e R$1.901.737 (em 31 de dezembro de 2021) não fizeram parte do escopo desta auditoria atuarial, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Brasilseg Companhia de Seguros ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2021, elaborados sob a responsabilidade da Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA, com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA, com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, sendo que o "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R$1.455.947 (em 30 de junho de 2021) e R$1.901.737 (em 31 de dezembro de 2021) não fizeram parte do escopo desta auditoria atuarial, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, sendo que o "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R$1.455.947 (em 30 de junho de 2021) e R$1.901.737 (em 31 de dezembro de 2021) não fizeram parte do escopo desta auditoria atuarial, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA, com as normas da SUSEP e do CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes. Adicionalmente informamos os limites de Retenção da Companhia referentes a 31/12/2021:

Grupo - Ramo de Seguro	Limite de Retenção
01 - 14 - Compreensivo Residencial	5 000 000.00
01 -18 - Compreensivo Empresarial	7.500.000,00
09 - 29 - Funeral	2.400.000,00
09 - 77 - Prestamista (exceto Habit e Rural)	5.000.000,00
09 - 82 - Acidentes Pessoais	3 000 000,00
09 - 84 - Doenças Graves ou Doença Terminal	3.000.000,00
09 - 90 - Eventos Aleatórios	800.000,00
09 - 93 - VIDA EM GRUPO	5.000.000,00
10 - 61 - Seg.Habit. Apól. Merc. - Prestamista	3 000.000,00
10 - 65 - Seg.Habit. Apól.Merc.-Demais Cobert.	3.000.000,00
11 - 01 - Seguro Agrícola sem cob. do FESR	2.500.000,00
11 - 02 - Seguro Agrícola com cob. do FESR	3.200.000,00
11 - 03 - Seguro Pecuário sem cob. do FESR	500.000,00
11 - 07 - Seguro Florestas sem cob. do FESR	2.500.000,00
11 - 30 - Seguro Benf. e Prod. Agropecuários	3.000.000,00
11 - 62 - Penhor Rural	3.000.000,00
11 - 98 - Seguro de Vida do Produtor Rural	5.000.000,00
13 - 29 - Funeral	1.100.000,00
13 - 81 - Acidentes Pessoais	3.000.000,00
13 - 84 - Doenças Graves ou Doença Terminal	200 000,00
13 - 90 - Eventos Aleatórios	800 000,00
13 - 91 - Vida	5.000.000,00
16 - 01 - Microsseguros de Pessoas	24 000,00
22 - 93 - VIDA EFPC	3.200.000,00
Total	**70.724.000,00**

São Paulo, 04 de fevereiro de 2022.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Consultores Ltda.
CNPJ 02.189.924/0001-03
CIBA 45
João Batista da Costa Pinto
MIBA 944

Deloitte.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da
Brasilseg Companhia de Seguros
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Brasilseg Companhia de Seguros ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasilseg Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração das Provisões técnicas de seguros (PSL, IBNR, IBNeR e PPNG-RVNE) e do Teste de adequação de passivos	
Veja as Notas nºs 3(l), 3(m), 20, 21 e 23 das demonstrações financeiras	
Principal assunto de auditoria	**Como auditoria endereçou esse assunto**
A Companhia mantêm provisões técnicas relacionadas aos contratos de seguros nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021. Para calcular o teste de adequação de passivos e mensurar certas provisões técnicas, tais como provisões de sinistros a liquidar (PSL), provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR) e provisão de prêmios não ganhos com riscos vigentes não emitidos (PPNG-RVNE), a Companhia utiliza-se de técnicas e métodos atuariais que envolvem julgamento na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outros, expectativa de sinistros, taxas de desconto e análise da evolução dos prêmios emitidos. Consideramos a avaliação da mensuração do teste de adequação de passivos e das provisões técnicas de contratos de seguros citados, como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos valores envolvidos e o julgamento envolvido na determinação da metodologia e premissas relevantes relacionadas.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo de mensuração, aprovação e revisão dos cálculos do teste de adequação de passivos e das provisões técnicas de PSL, IBNR, IBNeR e PPNG-RVNE. (ii) envolvimento de nossos especialistas atuariais com conhecimento e experiência no setor que nos auxiliaram: - na avaliação das metodologias e das premissas, tais como expectativa de sinistros, taxas de desconto e análise da evolução de prêmios emitidos, utilizadas na mensuração das provisões técnicas de IBNR, IBNeR e PPNG-RVNE e do teste de adequação de passivos, por meio do estabelecimento de um intervalo de melhor estimativa com base em premissas independentes ou derivadas das próprias informações históricas da Companhia; - na conferência da exatidão matemática das provisões técnicas de PSL, IBNR, IBNeR e PPNG-RVNE e do teste de adequação de passivos, com base em amostragem; e - no recálculo independente, por meio de utilização de métodos atuariais e ferramenta estatística, das estimativas das provisões de IBNeR, IBNR e PPNG-RVNE, incluindo a utilização de premissas independentes e técnicas atuariais geralmente aceitas. (iii) testes de precisão e integridade das base de dados de prêmios emitidos, sinistros avisados e sinistros pagos, utilizadas para mensuração dessas provisões, conforme aplicável, incluindo o confronto com as bases analíticas suporte aos registros contábeis. (iv) testes, com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas, como valores, ramos de seguros, datas de registro, período de vigência, entre outros, por meio do confronto com as respectivas documentações suportes, incluindo comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável; e (v) avaliação ainda se, as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. - A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. - Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. - A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2022.

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Érika Carvalho Ramos
Contadora - CRC 1SP224130/O-0

DIRETORIA

Rogério Aparecido Idino
Diretor Presidente

Adilson José Cardoso Pereira

João Francisco Fruet Junior

Julien Clausse

Tiago de Freitas Vieira

CONTADORA

Simone Pieretti Gonçalves
CRC 1SP 183717/O-5

ATUÁRIA

Adriana Nery Osassa Okada
MIBA 1031

Pra tudo que importa.

BRASILSEG
Uma empresa BB Seguros

Aliança do Brasil Seguros S.A.
CNPJ 01.378.407/0001-10

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Aliança do Brasil Seguros S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP e acompanhadas Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer dos Atuários Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.

Durante o exercício de 2021, a Seguradora estabeleceu acompanhamento tempestivo dos efeitos da pandemia da COVID-19 nos negócios, de maneira a resguardar a gestão de forma prudencial, contínua e proativa, visando mitigar riscos e eventuais impactos relevantes em capital e liquidez da Seguradora. A Administração entende a gravidade do momento e pretende manter o acompanhamento enquanto perdurar a atual conjuntura.

A Aliança do Brasil Seguros S.A. atua no segmento de seguros de danos, exceto automóveis, e seguros rurais.

Prêmios emitidos

Em 2021, a Seguradora apresentou prêmios emitidos de R$ 857,6 milhões, crescimento de 27,5% em relação ao exercício anterior.

Deste montante, R$ 755,6 milhões foram emitidos no segmento de massificados, que compreende, entre outros negócios, seguros residenciais, empresariais e quebra de garantia.

Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou R$ 44,8 milhões, com aumento de 238,7% em relação ao ano anterior. Esse resultado positivo está representado substancialmente pelo rendimento das aplicações financeiras, no total de R$ 9,0 milhões, bem como pelo impacto de atualização monetária e juros relativos à reversão das provisões técnicas de sinistros a liquidar judiciais, principalmente pela revisão dos valores em risco e estimativa das perdas esperadas, bem como encerramentos de processos.

Em atendimento à Circular SUSEP n° 517/2015 com alterações subsequentes (revogada pela Circular n° 648/2021, vigente a partir de 03 de janeiro de 2022), a Seguradora declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R$ 77,4 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.

Índice combinado

O índice combinado no exercício de 2021 foi de 91,3%, redução de 1,7 p.p. em relação ao ano anterior.

Lucro líquido e por ação

A Seguradora apresentou lucro líquido de R$ 69,5 milhões, aumento de 47,4% em relação ao ano anterior, representado substancialmente pelo resultado positivo do segmento de massificados, que compreende, entre outros negócios, seguros residenciais, empresariais e quebra de garantia e pelo resultado financeiro. O lucro líquido por ação foi de R$ 3.786,99 no exercício de 2021, ante R$ 2.569,74 no ano anterior.

Investimentos e novos negócios

A Seguradora fez investimentos no montante de R$ 1,1 milhão em 2021, destinados, basicamente, a equipamentos e sistemas de informática.

Distribuição de dividendos

A política de dividendos é orientada pelos seguintes princípios:

i. cumprimento das previsões estatutárias relativas ao dividendo mínimo obrigatório, no percentual de 25% do lucro líquido, observadas as disposições do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações;

ii. prioridade para a distribuição de juros sobre capital próprio, até o limite por exercício previsto em lei e limitado a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido da Seguradora a ser distribuído, sendo que após atingir o referido limite, a distribuição deverá ser feita sob a forma de dividendos;

iii. obrigatoriedade de distribuição de juros sobre capital próprio e/ou dividendos, sempre que os resultados e legislação permitirem; e

iv. distribuição à Acionista, via dividendos ou juros sobre capital próprio, dos recursos próprios excedentes que não sejam razoavelmente necessários para novos projetos, evitando o acúmulo de fundos próprios ociosos, sem prejuízo da manutenção do nível de solvência de acordo com o parâmetro mínimo de solvência na Seguradora.

Em 2021 foi deliberada pela Diretoria, conforme delegação de alçada da Assembleia Geral de 23 de dezembro de 2015, a distribuição de lucros no total de R$ 20,4 milhões na forma de dividendos, em reunião realizada em 27 de agosto de 2021.

Conforme previsto no Estatuto da Aliança do Brasil Seguros uma parcela de seu lucro, por proposta dos órgãos da administração, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reserva de Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Seguradora, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Seguradora, o aumento de capital nas sociedades das quais participa como acionista, a aquisição de sociedades congêneres e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações.

Agradecimentos

Mantendo o foco no relacionamento com o cliente em todas as etapas de sua jornada, a Administração da Aliança do Brasil agradece a todos que permitiram que esses avanços acontecessem, em especial aos acionistas, pela confiança na gestão e na estratégia de negócios; aos colaboradores, que são nosso maior orgulho e os principais responsáveis pelo crescimento da organização; à rede do Banco do Brasil, uma parceria fundamental para a distribuição de nosso portfólio e para o contato com segurados; aos clientes, nossa razão de existir; e às entidades ligadas às suas atividades, principalmente à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pela renovada crença depositada; à sociedade e à comunidade financeira.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2022.
A Administração

continua

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 17/02/2022 13:16

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link http://valor.globo.com/valor-ri/

Hash:1645028161aa787b5079dd4f5c89989dbcfe701f31

Pra tudo que importa.

Aliança do Brasil Seguros S.A.
CNPJ 01.378.407/0001-10

BRASILSEG
Uma empresa BB Seguros

continuação

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante		**833.966**	**696.068**
Disponível	**5**	**834**	**3.236**
Caixa e bancos		834	3.236
Equivalentes de caixa	**5**	**166**	**263**
Aplicações	**6**	**352.736**	**344.980**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**261.773**	**162.280**
Prêmios a receber	**7**	235.290	147.061
Operações com seguradoras		1.344	94
Operações com resseguradoras	**8a**	25.139	15.125
Outros créditos operacionais		**1.531**	**9.003**
Ativos de resseguro - provisões técnicas	**8a**	**117.594**	**86.943**
Títulos e créditos a receber		**11.209**	**15.587**
Títulos e créditos a receber		5	3
Créditos tributários e previdenciários	**24b**	10.630	15.030
Outros créditos		574	554
Outros valores e bens		**35**	**–**
Bens a venda		35	–
Despesas antecipadas		**1.168**	**125**
Custos de aquisição diferidos	**17**	**86.920**	**73.651**
Seguros		86.920	73.651
Ativo não circulante		**210.578**	**155.666**
Realizável a longo prazo		**200.115**	**141.320**
Aplicações	**6**	**101.847**	**70.370**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**18.918**	**1.127**
Prêmios a receber	**7**	18.918	1.127
Ativos de resseguro - provisões técnicas	**8a**	**23.172**	**22.699**
Títulos e créditos a receber		**43.425**	**42.402**
Créditos tributários e previdenciários	**24b**	10.395	9.902
Depósitos judiciais e fiscais	**21a**	33.030	32.500
Custos de aquisição diferidos	**17**	**12.753**	**4.722**
Seguros		12.753	4.722
Investimento		**343**	**354**
Participações societárias		343	354
Imobilizado	**9**	**1.013**	**491**
Bens móveis		707	121
Outras imobilizações		306	370
Intangível	**10**	**9.107**	**13.501**
Outros intangíveis		9.107	13.501
Total do ativo		**1.044.544**	**851.734**

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante		**674.411**	**523.812**
Contas a pagar		**50.438**	**24.407**
Obrigações a pagar	**11**	27.075	7.178
Impostos e encargos sociais a recolher	**12**	18.200	10.217
Encargos trabalhistas		691	680
Impostos e contribuições	**13**	4.472	6.332
Débitos de operações com seguros e resseguros		**130.426**	**95.064**
Prêmios a restituir		1.258	1.165
Operações com seguradoras		21	8
Operações com resseguradoras	**8b**	34.866	32.687
Corretores de seguros e resseguros	**14**	65.780	40.960
Outros débitos operacionais	**15**	28.501	20.244
Depósitos de terceiros	**16**	**3.615**	**2.071**
Provisões técnicas - seguros	**17**	**489.932**	**402.270**
Danos		489.932	402.270
Passivo não circulante		**159.724**	**149.379**
Provisões técnicas - seguros	**17**	**143.747**	**133.739**
Danos		143.747	133.739
Outros débitos		**15.977**	**15.640**
Provisões judiciais	**21**	15.977	15.640
Patrimônio líquido	**22**	**210.409**	**178.543**
Capital social		128.856	128.856
Reservas de lucros		81.486	49.736
Ajustes com títulos e valores mobiliários		67	(49)
Total do passivo e do patrimônio líquido		**1.044.544**	**851.734**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2021	2020
Prêmios emitidos	**23b**	857.559	672.534
(–) Variações de provisões técnicas de prêmios		(76.091)	(57.381)
(=) Prêmios ganhos	**23a**	**781.468**	**615.153**
(–) Sinistros ocorridos	**23c**	(481.915)	(354.982)
(–) Custos de aquisição	**23d**	(209.165)	(170.712)
(+/–) Outras receitas e despesas operacionais	**23e**	(3.520)	(3.250)
(+) Resultado com resseguro	**23f**	55.799	44.552
(+) Receita com resseguro		122.450	81.661
(–) Despesa com resseguro		(66.651)	(37.109)
(–) Despesas administrativas	**23g**	(50.104)	(41.718)
(–) Despesas com tributos	**23h**	(23.694)	(23.600)
(–) Resultado financeiro	**23i**	44.781	13.221
(=) Resultado operacional		**113.650**	**78.664**
(+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(13)	(242)
(=) Resultado antes dos impostos e participações		**113.637**	**78.422**
(–) Imposto de renda	**24a**	(25.101)	(18.529)
(–) Contribuição social	**24a**	(18.220)	(11.616)
(–) Participações sobre o resultado		(783)	(1.094)
(=) Lucro líquido do exercício		**69.533**	**47.183**
(/) Quantidade de ações		18.361	18.361
(=) Lucro líquido por ação		3.786,99	2.569,74

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**69.533**	**47.183**
Outros resultados abrangentes	**116**	**(55)**
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	204	(92)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	(88)	37
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	**69.649**	**47.128**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de investimentos	Ajuste com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	**128.856**	**25.771**	**37.782**	**6**	**–**	**192.415**
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	(55)	–	(55)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 17 de janeiro de 2020	–	–	(14.600)	–	–	(14.600)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 19 de fevereiro de 2020	–	–	(7.800)	–	–	(7.800)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 20 de maio de 2020	–	–	(13.800)	–	–	(13.800)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 16 de setembro de 2020	–	–	(1.582)	–	–	(1.582)
Lucro do exercício	–	–	–	–	47.183	47.183
Proposta para distribuição do resultado:						
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 16 de setembro de 2020	–	–	–	–	(4.518)	(4.518)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 16 de outubro de 2020	–	–	–	–	(8.000)	(8.000)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 16 de dezembro de 2020	–	–	–	–	(10.700)	(10.700)
Reserva de investimentos	–	–	23.965	–	(23.965)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**128.856**	**25.771**	**23.965**	**(49)**	**–**	**178.543**
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	116	–	116
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 27 de agosto de 2021	–	–	(20.400)	–	–	(20.400)
Lucro do exercício	–	–	–	–	69.533	69.533
Proposta para distribuição do resultado:						
Dividendos propostos	–	–	–	–	(17.383)	(17.383)
Reserva de investimentos	–	–	52.150	–	(52.150)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**128.856**	**25.771**	**55.715**	**67**	**–**	**210.409**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

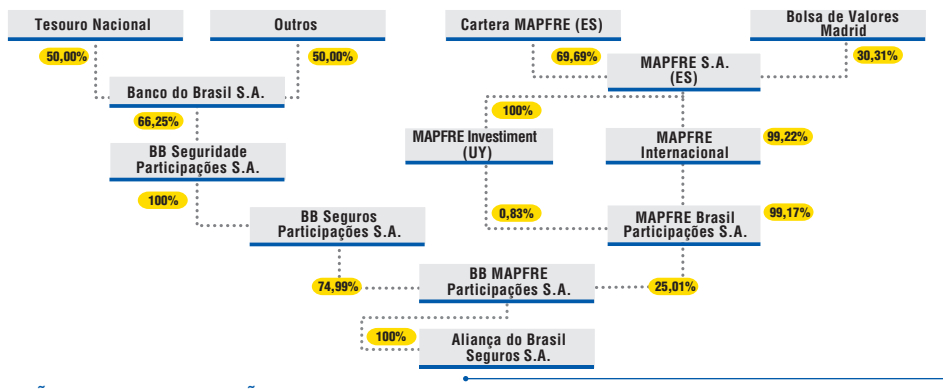
	2021	2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	69.533	47.183
Ajustes para:	**510.630**	**393.779**
Depreciação e amortizações	4.933	5.170
Perda por redução ao valor recuperável	1.865	(5.376)
Variação dos custos de aquisição diferidos	(21.300)	(9.770)
Variações das provisões técnicas	525.525	402.396
Ativo e passivo fiscal diferido	(406)	1.116
Ganhos ou perdas	13	242
Outros ajustes	–	1
Variação nas contas patrimoniais:	**(512.588)**	**(358.629)**
Aplicações	(39.029)	(50.327)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(122.547)	(30.954)
Ativos de resseguro e retrocessão	(31.124)	(41.909)
Créditos tributários e previdenciários	4.225	13.214
Despesas antecipadas	(1.043)	34
Outros ativos	7.426	(7.038)
Depósitos judiciais e fiscais	(530)	4.630
Impostos e contribuições	46.740	30.164
Outras contas a pagar	2.514	125
Débitos de operações com seguros e resseguros	38.760	38.591
Depósitos de terceiros	1.544	827
Provisões técnicas - seguros	(427.855)	(315.844)
Provisões judiciais	337	(1.105)
Outros passivos	7.994	963
Caixa gerado pelas operações	**67.575**	**82.333**
Imposto de renda sobre o lucro - pago	(27.845)	(18.818)
Contribuição social sobre o lucro - pago	(20.755)	(11.091)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**18.975**	**52.424**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda:	**370**	**–**
Imobilizado	370	–
Pagamento pela compra:	**(1.444)**	**(1.264)**
Imobilizado	(989)	–
Intangível	(455)	(1.264)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(1.074)**	**(1.264)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos	(20.400)	(61.000)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(20.400)**	**(61.000)**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(2.499)**	**(9.840)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**3.499**	**13.339**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**1.000**	**3.499**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Aliança do Brasil Seguros S.A. (doravante designada por "Seguradora"), é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todos os ramos de seguros, em todo o território nacional, e atua com os ramos de danos e seguros rurais. A Seguradora está sediada em São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 14.261, 29º andar, e cadastrada no CNPJ sob o nº 01.378.407/0001-10. A Seguradora, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco do Brasil (doravante designado por "BB") e empresas a ele ligadas, mantendo com essas empresas algumas operações, as quais estão detalhadas na nota explicativa nº 25. Em 31 de dezembro de 2021, a Seguradora apresentava a estrutura abaixo, sendo a MAPFRE S.A. (ES) a controladora final do Grupo. O controle acionário foi aprovado pelas Portarias SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012 e nº 1.287 de 26 de fevereiro de 2019.



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância com a Circular SUSEP n° 517/2015 com alterações subsequentes (revogada pela Circular n° 648/2021, vigente a partir de 03 de janeiro de 2022), as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 04 de fevereiro de 2022. **b) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Seguradora é o Real. **c) Continuidade:** A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendado pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: *i.* informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; *ii.* informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. • Nota 3g - Classificação dos contratos de seguro; • Nota 3j, 3k, 17, 18 e 20 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; • Nota 6 - Aplicações; e • Nota 21 - Provisões judiciais. **e) Segregação entre circulante e não circulante:** A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. Para os principais itens patrimoniais sem vencimento definido, foram consideradas as classificações de administrativas para circulante e judiciais para não circulante. **f) Novas normas e interpretações ainda não adotadas: CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9):** Substitui as orientações existentes no CPC 38 (IAS 39) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo, novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38. O CPC 48 (IFRS 9) entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, todavia as alterações à IFRS 4, emitidas em setembro de 2016, pelo IASB, permitem para as entidades que atendam determinados critérios, aplicar isenção temporária à IFRS 9 (CPC 48), de forma que a entidade mantenha a aplicação do IAS 39 (CPC 38) para os períodos anuais até 31 de dezembro de 2021. Tal tratativa foi divulgada pelo CPC por meio do Pronunciamento Revisão CPC nº 12 emitido em 21 de dezembro de 2017. A Administração concluiu que suas atividades estão predominantemente relacionadas com seguro, considerando a data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e o conceito de predominância, tal como requerido pelas normas citadas no parágrafo anterior. Durante os períodos de 2016 a 2021, essa predominância em atividades de seguros foi mantida, e, em decorrência, os critérios de elegibilidade da isenção temporária da IFRS 9 (CPC 48) foram cumpridos. Diante disso, a Seguradora optou por aplicar a isenção temporária da IFRS 9 (CPC 48) e continuará a aplicar o IAS 39 (CPC 48) até a data efetiva do CPC 50 (IFRS 17). **CPC 50 (IFRS 17) - Contratos de seguros:** O CPC 50 (IFRS 17) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 (IFRS 17) é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. O CPC 50 (IFRS 17) entrará em vigor para períodos anuais com início a partir de 1° de janeiro de 2023. Os normativos, CPC 48 (IFRS 9) e CPC 50 (IFRS 17), serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor das normas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias com risco insignificante de mudança de valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Seguradora para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Aplicações e instrumentos financeiros:** A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: ***i. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:*** São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período. ***ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:*** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. ***iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:*** Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. ***iv. Empréstimos recebíveis:*** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamento determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguro e resseguro", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. ***v. Determinação do valor justo:*** Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa n° 6c. **c) Redução ao valor recuperável:** ***i. Ativos financeiros:*** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, recuperação judicial, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. ***ii. Operações de seguros e resseguros:*** A Seguradora reconhece uma redução ao valor recuperável, conforme determina a Circular SUSEP n° 544/2016 artigo 6º parágrafos 3º e 7º e artigo 7º é reconhecido a redução ao valor recuperável quando o período de inadimplência superar 60 (sessenta) dias da data do vencimento do crédito. Ainda, o montante da redução ao valor recuperável corresponde à totalidade dos valores a receber de determinado segurado, independentemente de existirem outros valores a vencer deste mesmo segurado. A redução ao valor recuperável (RVR) sobre os créditos a recuperar com resseguradores é baseada na Circular SUSEP nº 544/2016 artigo 6°, que considera o total dos créditos vencidos superiores a 180 dias. ***iii. Ativos não financeiros:*** Os valores dos ativos não financeiros são revistos, para fins de recuperabilidade, no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda considerada permanente, que é reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **d) Custos de aquisição diferidos:** É composto substancialmente por valores referentes a comissões relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método "*pro rata-die*" tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado, com prazo médio de diferimento de 18 meses. **e) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa n° 9. **f) Ativos intangíveis:** Compreende, basicamente, os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica, apresentados na nota explicativa nº 10. As despesas relacionadas à manutenção de "*softwares*" são reconhecidas no resultado no período quando incorridas. **g) Classificação dos contratos de seguro:** A Seguradora classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. **h) Mensuração dos contratos de seguro:** Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativos aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidos ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "Receitas financeiras" em base "*pro rata-die*" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **i) Resseguro:** Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação a Seguradora objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e cede a um ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. Os prêmios de resseguros relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados ao resultado simultaneamente aos respectivos prêmios de seguros, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência das apólices de seguros. Os prêmios relativos aos contratos da modalidade "não proporcional" são registrados ao resultado no início de vigência do contrato de resseguro, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência do contrato de resseguro. As baixas das operações de resseguro mantidas com os resseguradores, são contabilizadas com base em prestações de contas nos contratos automáticos e caso a caso nos contratos facultativos e nos contratos automáticos da modalidade "não proporcional". Os valores a receber, relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem recuperados, nos termos dos contratos de transferência de riscos, e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável levando-se em consideração o descrito na nota 3d *ii.* Os valores a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. **j) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio comercial, incluindo as operações de cosseguro aceito, bruto das operações de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido, correspondente ao período de risco a decorrer e calculada pelo método "*pro rata-die*" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. A Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de *run-off* de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída para os contratos que possuem a previsão contratual de distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico de apólice. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro ou notificação do processo judicial, bruta de resseguros e líquidos de recuperação de cosseguro cedido, até a data do balanço patrimonial e atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente. Inclui o ajuste do Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados (IBNeR), com objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados e processos judiciais sofrerão ao longo do período de análise até a respectiva liquidação. A IBNeR é calculada através de método estatístico e atuarial, com triângulos de *run-off* de 48 trimestres, com base no desenvolvimento histórico de sinistros. A partir dos triângulos projetamos o total de sinistros incorridos e deduzimos os sinistros pagos, chegando no valor do *Incurred But Not Paid (IBNP).* O IBNeR é a diferença entre o IBNP, a PSL e o IBNR. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e também as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. A PDR é calculada através de método estatístico e atuarial, como triângulos de *run-off* com base no desenvolvimento histórico das despesas incorridas. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR) representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de *run-off* de 48 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro. **k) Teste de adequação dos passivos (TAP):** A Seguradora elabora o teste de adequação de passivos semestralmente para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11- Contratos de Seguro e que estão vigentes na data de execução do teste. O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocáveis relacionadas aos sinistros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados a Seguradora utilizou estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer, incluindo as despesas administrativas e outras despesas e receitas referentes a todos os riscos assumidos até a data-base do teste foi comparado a soma das provisões técnicas PPNG e PPNG-RVNE. Para a projeção da sinistralidade dos sinistros a ocorrer, foi considerada a melhor estimativa da série histórica em diversos períodos compreendidos entre o último mês e até os últimos 36 meses de análise, resultando na sinistralidade de 66,49% para a Seguradora. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo as despesas alocáveis a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, PET, IBNR e IBNeR. Os contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT e SFH/SH não foram objetos de análise neste teste, conforme previsto na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações subsequentes. O resultado do teste de adequação de passivos realizados de acordo com os critérios acima descritos não revelou a necessidade de constituição de PCC na data-base de 31 de dezembro de 2021, dessa forma não havendo a necessidade de efetuar o cálculo para os respectivos ativos de resseguro conforme Circular SUSEP nº 648/2021. **l) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma puder ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Seguradora, com relação às probabilidades de perda que leva em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados. **m) Benefícios aos empregados:** ***i. Obrigações de curto prazo:*** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. ***ii. Obrigações com aposentadorias:*** A Seguradora é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) administrado pela Brasilprev Seguros e Previdência S.A. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Seguradora, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário base de contribuição do participante e a Seguradora não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. ***iii. Outros benefícios de curto prazo:*** Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. **n) Outras receitas e despesas operacionais:** Compreendem substancialmente as despesas com apólices e contratos, reconhecidas no resultado à medida que são incorridas e as despesas oriundas da provisão da contribuição ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR). **o) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado.

Pra tudo que importa.

Aliança do Brasil Seguros S.A.
CNPJ 01.378.407/0001-10

BRASILSEG
Uma empresa BB Seguros

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

A Auditoria Interna atua de forma independente na avaliação do EGR e do SCI, bem como nos aspectos relacionados à conformidade e à governança. Essa abordagem multicamadas proporciona o envolvimento e comprometimento de todos com a prevenção e o aprimoramento contínuo da gestão de riscos, minimizando a existência de lacunas e a possibilidade de ocorrências inesperadas. A gestão dos riscos é sustentada por modelos quantitativos que aplicam fundamentos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *"Value at Risk" (VaR),* indicadores de suficiência de capital e liquidez, indicadores de banco de perdas operacionais dentre outros. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa, com os resultados das avaliações, análise de materializações, resultados de testes e controles e auditorias. Para assegurar robustez ao processo de gerenciamento de riscos e cumprimento das atribuições estabelecidas na EGR e SCI, temos os seguintes órgãos colegiados de assessoramento: **• Comitê financeiro***:* sua principal competência é assessorar o Conselho de Administração na missão de coordenar e acompanhar o desempenho financeiro e o cumprimento da Política de Investimentos. **• Comissão de riscos e segurança***:* constituída como órgão de apoio vinculado à Diretoria, no âmbito da estrutura de governança corporativa, avalia, acompanha e apoia a Alta Direção na implementação, operacionalização da EGR e do SCI, incluindo privacidade de dados entre outros temas, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Seguradora. **• Comitê de auditoria***:* sua principal competência é assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização, em consonância com as atribuições previstas na legislação e no Estatuto Social. **• Comitê de riscos:** sua principal competência é assessorar ao Conselho de Administração na análise e acompanhamento de matérias relacionadas a controles internos, conformidade, atuarial e gerenciamento de riscos. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição de suas atribuições e nível de reporte. Na sequência estão descritas as formas de gerenciamento para cada categoria de risco relevante. **Risco de subscrição:** A Seguradora define risco de subscrição como a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas associadas, diretamente ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições, quotas e provisões técnicas. **Gerenciamento do risco de subscrição:** São estabelecidas bases técnicas para fixar preços adequadamente, calcular e propor os valores de limites de retenção, calcular e constituir as provisões técnicas e realizar os testes de adequação de passivos, e outras definições relativas à aceitação ou recusa de riscos. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional aos seus segurados em cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco é de que os sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuam *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que os resultados adversos de eventos atípicos e vultosos sejam minimizados e pelo estabelecimento de reservas técnicas. **Concentração de riscos:** A concentração de riscos é monitorada analisando as áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

	Bruto de resseguro (*)						Líquido de resseguro (**)					
Região						**2021**						**2021**
geográfica	**Rural**	**%**	**Danos**	**%**	**Total**	**%**	**Rural**	**%**	**Danos**	**%**	**Total**	**%**
Centro Oeste	24.584	3%	113.376	13%	137.960	16%	9.874	1%	112.319	14%	122.193	15%
Nordeste	1.624	0%	133.083	16%	134.707	16%	625	0%	133.083	18%	133.708	18%
Norte	681	0%	39.198	5%	39.879	5%	264	0%	39.198	5%	39.462	5%
Sudeste	12.615	1%	339.209	40%	351.824	41%	4.828	1%	330.945	42%	335.773	43%
Sul	62.565	7%	126.025	15%	188.590	22%	24.982	3%	126.163	16%	151.145	19%
Total	**102.069**	**11%**	**750.891**	**89%**	**852.960**	**100%**	**40.573**	**5%**	**741.708**	**95%**	**782.281**	**100%**
	Bruto de resseguro (*)						**Líquido de resseguro (**)**					
Região						**2020**						**2020**
geográfica	**Rural**	**%**	**Danos**	**%**	**Total**	**%**	**Rural**	**%**	**Danos**	**%**	**Total**	**%**
Centro Oeste	25.531	4%	87.535	13%	113.066	17%	10.422	2%	87.233	14%	97.655	16%
Nordeste	3.234	0%	105.728	16%	108.962	16%	1.251	0%	105.862	17%	107.113	17%
Norte	639	0%	32.179	4%	32.818	4%	267	0%	32.299	5%	32.566	5%
Sudeste	10.303	2%	245.819	36%	256.122	38%	3.914	1%	241.445	39%	245.359	40%
Sul	52.824	8%	113.842	17%	166.666	25%	21.736	3%	116.161	19%	137.897	22%
Total	**92.531**	**14%**	**585.103**	**86%**	**677.634**	**100%**	**37.590**	**6%**	**583.000**	**94%**	**620.590**	**100%**

(*) As operações estão liquídas de RVNE no montante de R$ 4.599 (R$ (5.100) em 31 de dezembro de 2020).

(**) As operações estão líquidas de RVNE de resseguro no montante de R$ (824) (R$ 1.096 em 31 de dezembro de 2020).

Sensibilidade do risco de subscrição: O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros da Seguradora com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **a) Provisões técnicas:** Provisão de IBNR (a1): Simulamos como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros e a respectiva data de aviso à Seguradora poderia afetar o saldo da provisão de IBNR. O agravamento considerado baseia-se na elevação de 5% nos valores de atraso. **b) Sinistralidade:** Simulamos como uma elevação de 5% na sinistralidade da carteira. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

			2021
Fator de risco		**Sensibilidade**	**Impacto no resultado/ patrimônio líquido (bruto de impostos)**
a. Provisões técnicas		Alteração das principais premissas das provisões	**(3.658)**
a1. IBNR	Aumento	Elevação de 5% do IBNR	(3.658)
b. Sinistralidade	Aumento	Elevação de 5% na sinistralidade	**(17.153)**

Risco de crédito: Risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, das suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ou da desvalorização dos recebíveis, decorrente de piora de risco do tomador ou contraparte, refletida em sua classificação de risco. **Gerenciamento do risco de crédito:** A Administração possui políticas e controles para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidas para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares, além de levar em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações, bem como análise dos fatores dinâmicos de mercado que possam alterar as conclusões das análises efetuadas. O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados e de recuperação de sinistros por parte do ressegurador; • Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou de amortizações previstas para cada título; e • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas. **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os riscos a decorrer e os riscos decorridos. Os ramos de riscos decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Seguradora opera com diversos tipos de produtos, o que proporciona a diversificação e pulverização dos riscos. Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletidas nos *ratings* atribuídos por agências classificadoras. No caso das resseguradoras MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros, MAPFRE RE Compañia de Reaseguros S.A. e MAPFRE Global Risks Compañia Internacional de Seguros y Reaseguros S.A. foi considerado o *rating* da MAPFRE RE Compañia de Reaseguros S.A.

Prêmio cedido aos resseguradores:

			2021				**2020**
Rating	**Local**	**Admitida**	**Total (*)**	**Local**	**Admitida**	**Eventual (**)**	**Total (*)**
AA-	14.859	127	14.986	5.852	14	–	5.866
A+	4.220	18.204	22.424	1.233	14.589	(417)	15.405
A	–	–	–	–	(8)	–	(8)
A-	30.053	–	30.053	35.864	(7)	–	35.857
A+	–	3.310	3.310	–	–	–	–
AA	–	–	–	–	(31)	–	(31)
BrAAA	–	–	–	(47)	–	–	(47)
Sem *rating*	–	–	–	2	–	–	2
Total	**49.132**	**21.641**	**70.773**	**42.904**	**14.557**	**(417)**	**57.044**

(*) Não inclui RVNE no montante de R$ (824) (R$ 1.096 em 31 de dezembro de 2020).

(**) Refere-se a prêmios a restituir com o ressegurador.

O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente as operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Am Best, Fitch Ratings, Standard & Poor´s e Moody´s*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: evitar a concentração de negócios em resseguradores ou até mesmo em um grupo econômico. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas através de norma interna. **Gerenciamento do risco de crédito nos investimentos:** A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de *rating* mínimo "A" ou equivalente para alocação. No caso de rebaixamento do *rating* abaixo do mínimo estabelecido a Administração avalia a manutenção da posição de acordo com os critérios e parâmetros definidos em sua Política Corporativa bem como no alinhamento ao Apetite de Risco. Além disso, eventuais exceções a esses parâmetros devem ser avaliados pelo Comitê Financeiro. Abaixo quadro demonstrativo das classificações de *rating* em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

							2021
Ativos financeiros - *rating*	**AAA**	**AA+**	**AA**	**AA-**	**A+**	**BBB-**	**Total**
Títulos de renda fixa públicos (*)	439.811	–	–	–	–	–	**439.811**
Debêntures	1.888	837	310	–	112	–	**3.147**
Depósito a prazo com garantia especial	536	–	–	–	791	–	**1.327**
Letras financeiras	9.309	989	–	–	–	–	**10.298**
Total	**451.544**	**1.826**	**310**	**–**	**903**	**–**	**454.583**
							2020
Ativos financeiros - *rating*	**AAA**	**AA+**	**AA**	**AA-**	**A+**	**BBB-**	**Total**
Títulos de renda fixa públicos (*)	401.453	–	–	–	–	–	**401.453**
Debêntures	2.224	869	685	–	343	–	**4.121**
Depósito a prazo com garantia especial	574	–	–	76	572	155	**1.377**
Letras financeiras	1.306	6.576	517	–	–	–	**8.399**
Total	**405.557**	**7.445**	**1.202**	**76**	**915**	**155**	**415.350**

(*) Inclui operações compromissadas no montante de R$ 196.572 (R$ 173.649 em 31 de dezembro de 2020) com lastro em títulos públicos.

A Administração classificou os títulos públicos na categoria de *rating* "AAA", uma vez que a contraparte é o Governo Federal. O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais e em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor´s e Moody´s*. A Seguradora efetua diversas análises de sensibilidade e testes de *stress,* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de *stress*. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado, previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é a possibilidade da Seguradora não ser capaz de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos bem como colchões de contingências que são requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atinjam o seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para a sua gestão, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Diretoria Financeira e Administrativa e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. Os limites técnicos de liquidez são definidos e acompanhados mensalmente pelo Comitê Financeiro da Seguradora, onde são monitorados, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Seguradora, avaliando a sobra de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas. Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporção significante dos contratos de seguros dos ramos nos quais o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. Para os demais contratos de seguros, o objetivo é selecionar ativos com prazos e valores com vencimento equivalente ao fluxo de caixa esperado para os sinistros/benefícios destes ramos. Para estimar os fluxos de caixa dos ativos foram utilizadas as suas taxas contratadas levando-se em consideração as características de papel e o cenário macroeconômico vigente. O passivo foi calculado através de premissas atuariais de acordo com as características de cada produto e seguindo a legislação aplicada ao TAP - Teste de Adequação de Passivos, regulamentado pela SUSEP. Os fluxos de caixa apresentados utilizam o conceito de *run-off*, não considerando renovação de apólice e novas vendas. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o equilíbrio de ativos e passivos.

	2021		**2020**	
	Fluxo dos Ativos (*)	**Fluxo dos Passivos (**)**	**Fluxo dos Ativos (*)**	**Fluxo dos Passivos (**)**
Até 1 ano	319.717	205.743	316.617	241.970
De 1 a 5 anos	152.387	62.759	100.264	47.504
Acima de 5 anos	19.386	11.860	14.605	2.449
Total	**491.490**	**280.362**	**431.486**	**291.923**

(*) Os fluxos do ativo são compostos em sua maioria por títulos públicos na categoria disponível para negociação que, em eventual necessidade de liquidez, podem ser alienados para cumprir as necessidades de caixa de curto prazo.

(**) O fluxo do passivo considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocáveis relacionadas aos sinistros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros.

Risco de capital: O risco de capital é a possibilidade de insuficiência de recursos destinados a honrar os compromissos e obrigações assumidos pelas seguradoras, contemplando o conjunto dos riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional. **Gerenciamento do risco de capital:** O principal objetivo da Seguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retorno sobre capital para os acionistas. **Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital:** Em atendimento à Resolução SUSEP nº 321/2015 (alterada pela Resolução nº 432/2021), as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado: a. no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1; b. no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e c. no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	2021
Patrimônio líquido (a)	**210.409**
Participação em sociedades financeiras e não financeiras, nacionais ou no exterior	(343)
Despesas antecipadas	(1.168)
Ativos intangíveis	(9.107)
1. Ajustes contábeis (b)	**(10.618)**
Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	(28)
Superávit de fluxos de prêmios/contribuições não registrados apurados no TAP	65
Superávit entre as provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	48.317
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos (c)	**48.354**
PLA - nível I (*)	192.753
PLA - nível II	48.382
PLA - nível III	7.010
Subtotal PLA - nível (d)	248.145
Limitador CMR - PLA nível I	192.753
Limitador CMR - PLA nível II	48.382
Limitador CMR - PLA nível III	7.010
Subtotal PLA - limitador (e)	248.145
3. PLA (total) = PL + ajus. cont.+ ajus. econ. + ajus. do exc. de nível 2 e 3 (f = a+b+c)	**248.145**
4. Capital mínimo requerido	**124.601**
Capital base (CB)	15.000
Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR)	**124.601**
Capital de risco de subscrição	111.507
Capital de risco de crédito	9.711
Capital de risco operacional	5.938
Capital de risco de mercado	6.954
Correlação entre os riscos	(9.509)
Capital mínimo requerido (g)	**124.601**
Suficiência de capital (h = f - g)	**123.544**
Suficiência de capital (h/g)	**0,99**
Índice de solvência (i = f/g)	**1,99**

(*) Inclui os ajustes determinados no parágrafo 13 no artigo 56 da Resolução CNSP nº 432.

***Buffer* de liquidez:** A Circular SUSEP nº 634/2021 estabelece novo critério para o Risco de Liquidez, devendo cada Seguradora desenvolver metodologia específica para cálculo, com implementação a partir de dezembro de 2021. A metodologia utilizada pela Seguradora considera cenários adversos para as principais variáveis patrimoniais e de fluxo de caixa e seus respectivos efeitos na liquidez das seguradoras. Com base nos resultados, apuramos a liquidez adicional em cenários adversos e apuramos o que determinamos como *buffer* de liquidez. A suficiência de liquidez está segregada numa escala de medição por nível de tolerância, sendo o fator calculado decomposto conforme tabela abaixo, considerando as classificações: aceitável, alerta e crítico.

Nível *buffer* de liquidez	
>= 100%	Cumprimento total
< = 25%	Nível aceitável
25% - 75%	Nível alerta
75% - 100%	Nível crítico

Ativos livres		454.583
Total a ser coberto considerando o valor do *buffer* de liquidez		365.177
Provisão a cobrir **(a)**		290.417
Ativos garantidores **(b)**		454.583
Capital mínimo requerido **(c)**		**124.601**
Valor do *buffer* de liquidez **(d)**		**74.760**
Nível aceitável	<= 25%	18.690
Nível alerta	25% - 75%	56.070
Nível crítico	75% - 100%	74.760
Provisão a cobrir + valor do *buffer* de liquidez **(e)=(a)+(d)**		**365.177**
Índice do *buffer* liquidez **(d)/(c)**		**60%**
Suficiência **(b)-(e)**		**89.406**
Classificação nível de cumprimento da liquidez		**Nível aceitável**

O percentual do *buffer* de liquidez foi aprovado nos órgãos de governança da Seguradora. **Risco de mercado:** Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações dos mercados financeiros, que causam mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos. **Gerenciamento do risco de mercado:** A Seguradora adota boas práticas e metodologias de monitoramento do mercado, bem como prioriza a seleção de parceiro(s) especializado(s) para a gestão de recursos de forma a garantir o melhor resultado financeiro possível, considerando o segmento de seguros e a situação do ambiente macroeconômico. A Seguradora monitora as suas exposições a prazos, moedas, taxas e indexadores, bem como o equilíbrio entre os seus ativos e passivos, através do *Asset Liability Management (ALM)*, de acordo com os limites estabelecidos em sua Política de Investimento, observado o seu Mandato de Gestão. A política da Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o de risco de mercado é calculado pela Diretoria de Risco do Banco do Brasil com base em cenários de *stress*, histórico e nas metodologias de *Value at Risk (VaR)* e *Macaulay Duration*. O modelo de *VaR* é aplicado aos fundos de investimentos de Liquidez e da Rentabilidade, utilizando-se de série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do *VaR*, para o intervalo de 1 dia é:

		2021
Fundo	***VaR***	**Patrimônio**
Liquidez	16	225.536
Rentabilidade	14	17.896

A metodologia de *Macaulay Duration* é aplicada às Carteiras de *ALM* (*Asset & Liability Management*) da Seguradora, que contempla as carteiras administradas e os fundos com ativos mantidos até o vencimento. O prazo médio apresentado para as carteiras é de 0,26 anos (0,55 em 31 de dezembro de 2020), frente a um patrimônio de R$ 179.410 (R$ 198.734 em 31 de dezembro de 2020) e está de acordo com as diretrizes de *ALM* do Grupo Brasilseg, sendo revisado, periodicamente, pelo Comitê Financeiro. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. **Sensibilidade à taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: ***i.*** taxa de juros e ***ii.*** cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA), em função da relevância dos mesmos nas posições ativas da Seguradora. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação), teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. A análise de sensibilidade foi realizada para o total de aplicações de R$ 454.583 (R$ 415.350 em 31 de dezembro de 2020), incluindo as operações compromissadas. Para a análise de sensibilidade, todos os ativos em carteira da Seguradora foram considerados a valor de mercado, independentemente de sua classificação contábil.

	2021
	Impacto no patrimônio líquido (bruto de impostos)
Fator de risco	
Taxa de juros e cupons	
a) Elevação de taxas	(3.561)
b) Redução de taxas	3.645

Parâmetros: 100 *basis points* nas estruturas de taxas de juros e cupons vigentes. **Limitações da análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Seguradora de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Risco operacional:** Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos incluindo-se as provisões e perdas com ações judiciais ou penalidades aplicadas por órgãos de controle e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição. **Gerenciamento do risco operacional:** É utilizada metodologia para a identificação e avaliação de criticidade de cada risco, bem como a sua adequação à Declaração de Apetite por Riscos definida pela Alta Administração. A Seguradora adota, em todos os níveis hierárquicos, mecanismos que incentivem comportamentos orientados para a observância dos elementos da gestão de riscos operacionais e a avaliação dos riscos de todas as atividades. Cada colaborador é responsável por riscos dentro de sua responsabilidade: conhecer, manter-se atualizado e estar em conformidade com as normas internas, procedimentos e demais regulamentos internos e externos inerentes às atividades desenvolvidas; executar corretamente os controles em suas atividades; comunicar prontamente ao gestor eventuais ocorrências, perdas ou deficiências; e colaborar com informações sobre as atividades, riscos e oportunidades de melhoria. Essa responsabilidade é apoiada e acompanhada pelos gestores que administram os riscos, controles e resultados, os quais são orientados no desenvolvimento de melhores práticas pela área de riscos, dentre elas: • segregação de funções; • indicadores e monitoramento das operações; • cumprimento com exigências regulatórias e legais; • formalização de regras e procedimentos em documentação normativa; • identificação, avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos operacionais; • controles ágeis e eficazes ou planos de ação para melhoria e mitigação de riscos; • registro de perdas no Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) e análise para aprimoramento e prevenção de ocorrências futuras; • atualização periódica e aprimoramento do Plano de Continuidade de Negócios (PCN); • treinamento e capacitação para riscos e controles internos específicos; e • padrões éticos. Dentro desse cenário, que traduz as operações diárias, são executados ciclos de avaliação dos riscos operacionais, com elaboração de matriz de riscos, avaliação de resultados e reportes aos órgãos de governança . **Risco cibernético:** O risco cibernético é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes do comprometimento da confidencialidade, integridade ou disponibilidade de dados ou informações corporativas, de clientes ou colaboradores em suporte digital, em decorrência da sua manipulação indevida ou de danos a equipamentos ou sistemas utilizados para seu armazenamento, processamento ou transmissão, por falha ou atuação maliciosa de terceiros. **Gerenciamento do risco cibernético:** A Seguradora aprimora constantemente seu parque tecnológico com ferramentas que auxiliem na proteção dos seus ativos. Executa ações e investimentos para o correto tratamento de dados pessoais em aderência à Lei Geral de Proteção à Dados. Áreas e equipes especializadas são responsáveis pelo gerenciamento das ferramentas de segurança bem como pela aplicação de melhores práticas e pelo monitoramento e tratamento de acessos as aplicações e tentativas de invasão. O parque tecnológico, o monitoramento das indisponibilidades e os planos de continuidade ligadas à tecnologia são temas tratados em comitês e alvo de investimentos constantes da Seguradora. **Risco de estratégia:** O risco de estratégia é a possibilidade de desvio no resultado esperado, por conta de mudanças no ambiente de negócios, alterações macroeconômicas, movimentos externos ou posicionamentos internos, que afetem de forma significativa a estratégia definida e o desempenho da Seguradora. **Gerenciamento do risco de estratégia:** A Seguradora realiza ciclos de planejamento estratégico com revisão anual, ou sempre que identificadas mudanças e movimentações que possam impactar de forma relevante o ambiente em que a Seguradora está inserida. Além disso, monitora periodicamente indicadores e metas para adoção de medidas corretivas, bem como para identificação e aproveitamento de oportunidades no ambiente de negócios. Além da clara definição de visão, missão e valores, os ciclos de construção do planejamento estratégico contam com a participação dos gestores, de forma estruturada e direcionada para que as decisões tenham conexão com as estratégias empresariais e alinhado aos objetivos dos acionistas. Durante esses ciclos são aplicadas análises *SWOT*, a identificação de riscos, a análise e o fechamento de metas e projetos. O andamento e resultados são acompanhados periodicamente ao longo do ano e reportados aos órgãos de governança da Seguradora. A Seguradora adota melhores práticas e metodologias reconhecidas para a gestão de estratégia assim como monitoramentos de mercado, de resultado e revisões periódicas de andamento e direcionamento das ações estratégicas. **Risco legal e de compliance:** O risco legal e de compliance é associado ao nível de adequação da Seguradora aos requisitos regulatórios internos e externos, incluindo perdas com multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle ou de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos. **Gerenciamento do risco legal e de compliance:** São adotados mecanismos de monitoramento do atendimento às exigências regulatórias, regras ou políticas internas. A Seguradora possui equipe especializada nos assuntos de conformidade, que geram análises e indicadores de aderência assim como movimentos para adaptações que forem necessárias ao atendimento às novas regulamentações. O risco legal é gerenciado pelo entendimento dos fatos que dão origens as ações judiciais, permitindo uma análise das operações e direcionamento de melhorias. **Risco de reputação:** Risco de reputação é o risco decorrente de percepção negativa ou imagem distorcida sobre a Seguradora, por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores, supervisores, órgãos governamentais ou a sociedade. **Gerenciamento do risco de reputação:** A Seguradora monitora os principais promotores e detratores de imagem por meio de indicadores de reclamações e de satisfação dos clientes, por jornada, e possui estratégia de comunicação com os públicos de interesse, utilizando mídias sociais e outros canais. Além disso, analisa as ocorrências relativas à sua reputação e de seus dirigentes, sócios e demais pessoas ligadas, incluindo o Canal de Conduta Ética. É disponibilizado o Canal de Conduta Ética, gerido por empresa independente e especializada para que realize os recebimentos de informações e denúncias, bem como o correto encaminhamento para tratamento junto à Seguradora. Também são monitoradas as informações de mídia com estrutura de encaminhamento e resposta em casos de situações adversas ou de crise. **Risco socioambiental:** Risco socioambiental é a possibilidade de perdas decorrentes, direta e indiretamente, de impactos sociais e ambientais adversos resultantes das práticas relacionadas às operações e aos negócios da Seguradora. **Gerenciamento do risco socioambiental:** São adotados os mecanismos da norma ISO 14.001 para tratar dos impactos ambientais e sociais oriundos de seus processos e operações, inclusive os originados nos investimentos em projetos sociais. Além disso, possui procedimento específico para homologar, contratar e avaliar fornecedores críticos. A Seguradora tem o compromisso com o desenvolvimento sustentável, alinhando iniciativas de responsabilidade socioambiental às melhores práticas de mercado e na avaliação de tendências nacionais e intranacionais de sustentabilidade. Possui certificação ISO 14.001 e o relatório de sustentabilidade está divulgado ao público no site. São direcionados trabalhos para o entendimento e análise das questões ambientais, sociais e de governança (ASG) e os impactos positivos e negativos para o negócio e sociedade. Integra as questões ASG ao cotidiano, com o objetivo de orientar as decisões de negócios, atividades e processos internos, promovendo a conscientização em todos os níveis da organização, o engajamento e a conscientização.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	**2020**
Caixa e bancos	834	3.236
Equivalentes de caixa	166	263
Total de caixa e equivalentes de caixa

Pra tudo que importa.

Aliança do Brasil Seguros S.A.
CNPJ 01.378.407/0001-10

BRASILSEG
Uma empresa BB Seguros

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
Vencidos até 30 dias	14.741	5.294
Vencidos de 31 a 60 dias	1.992	1.791
Vencidos de 61 a 120 dias	624	475
Vencidos de 121 a 180 dias	198	29
Vencidos de 181 a 365 dias	137	86
Vencidos acima de 365 dias	107	92
Total vencidos	**17.799**	**7.767**
Total	**254.208**	**148.188**

O período médio de parcelamento para liquidação dos prêmios pelos segurados é de aproximadamente 270 dias.

8. OPERAÇÕES COM RESSEGURADORA E ATIVOS DE RESSEGURO E RETROCESSÃO

a) Ativo	2021	2020
Sinistros a recuperar com resseguradores	25.139	15.724
(–) Provisão para riscos de créditos	–	(599)
Total	**25.139**	**15.125**
Provisão de sinistros a liquidar - PSL/IBNeR	81.420	60.522
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	35.922	32.121
Sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	19.781	13.348
Provisão de despesas relacionadas - PDR	2.191	1.463
Risco vigente não emitido - RVNE	1.452	2.188
Total	**140.766**	**109.642**
b) Passivo	**2021**	**2020**
Prêmios cedidos	38.990	39.462
Comissão a recuperar	(9.104)	(10.312)
Outros	4.980	3.537
Total	**34.866**	**32.687**

c) Composição de prêmio emitido por grupo de ramos

	2021			2020		
Grupo de ramos	Prêmio emitido líquido (*) (nota 23b)	Resseguro cedido (**) (nota 23f)	% Retenção	Prêmio emitido líquido (*) (nota 23b)	Resseguro cedido (**) (nota 23f)	% Retenção
Patrimonial	543.487	9.096	98%	450.611	3.328	99%
Riscos financeiros	203.958	–	100%	133.319	48	100%
Rural	102.069	61.496	40%	92.532	54.942	41%
Demais (***)	3.446	87	97%	1.172	(1.274)	209%
Total	**852.960**	**70.679**	**92%**	**677.634**	**57.044**	**92%**

(*) Não inclui RVNE no valor de R$ 4.599 (R$ (5.100) em 31 de dezembro de 2020).
(**) Não inclui RVNE no valor de R$ (824) (R$ 1.096 em 31 de dezembro de 2020).
(***) Saldo de R$ (1.274) em 31 de dezembro de 2020 refere-se, basicamente, a prêmios a restituir com o ressegurador.

9. IMOBILIZADO

	Taxa anual depreciação	2020	Adições	Baixa	Depreciação	2021
Imobilizado em andamento	10% a 20%	**370**	663	(370)	(23)	**640**
Veículos	20%	**121**	–	–	(54)	**67**
Outras imobilizações	5,26%	**–**	326	(13)	(7)	**306**
Total		**491**	**989**	**(383)**	**(84)**	**1.013**

	Taxa anual depreciação	2019	Baixa	Depreciação	2020
Imobilizado em andamento	10% a 20%	**371**	(1)	–	**370**
Veículos	20%	**176**	–	(55)	**121**
Total		**547**	**(1)**	**(55)**	**491**

10. INTANGÍVEL

	Taxa anual amortização	2020	Adições	Baixa	Amortização	2021
Desenvolvimento de sistemas	14% e 20%	**13.501**	455	–	(4.849)	**9.107**

	Taxa anual amortização	2019	Adições	Baixa	Amortização	2020
Desenvolvimento de sistemas	14% e 20%	**17.594**	1.264	(242)	(5.115)	**13.501**

11. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	2021	2020
Dividendos	17.383	–
Fornecedores	4.524	4.080
Compartilhamento de despesas	2.718	1.676
Honorários e remunerações	1.567	505
Participação nos lucros	883	917
Total	**27.075**	**7.178**

12. IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

É composto, basicamente, por imposto sobre operações financeiras (IOF) de R$ 17.309 (R$ 9.449 em 31 de dezembro de 2020).

13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2021	2020
Imposto de renda	26.919	18.282
Antecipação de imposto de renda	(25.925)	(16.363)
Contribuição social	19.307	11.508
Antecipação de contribuição social	(17.951)	(8.703)
COFINS	1.825	1.383
PIS/PASEP	297	225
Total	**4.472**	**6.332**

14. CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

É composto por comissões a pagar e comissões sobre prêmios emitidos pendentes.

15. OUTROS DÉBITOS OPERACIONAIS

	2021	2020
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	13.623	13.622
Estipulantes de seguros	9.070	4.661
FESR - Fundo de Estabilidade do Seguro Rural	4.788	1.179
Outros débitos	1.020	782
Total	**28.501**	**20.244**

16. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

É composto substancialmente, por valores efetivamente recebidos mas ainda não baixados das contas de prêmios a receber.

	2021	2020
1 a 30 dias	3.065	1.887
31 a 60 dias	216	7
61 a 120 dias	55	24
121 a 180 dias	214	35
181 a 365 dias	65	110
Superior a 365 dias	–	8
Total	**3.615**	**2.071**

17. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

							2021
Provisões técnicas - seguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedentes técnicos - PET	Total
Saldo inicial	**283.878**	**171.499**	**43.221**	**24.447**	**12.786**	**178**	**536.009**
Constituições	373.547	–	25.352	–	8.084	977	407.960
Diferimento pelo risco decorrido	(299.063)	–	–	–	–	–	(299.063)
Aviso de sinistros	–	546.009	–	–	–	–	546.009
Pagamento de sinistros	–	(419.915)	–	–	(7.940)	–	(427.855)
Ajuste de estimativa de sinistros	–	(112.408)	–	–	–	–	(112.408)
Atualização monetária e juros	–	(12.263)	–	–	(3.435)	–	(15.698)
Reversões	–	–	–	(1.275)	–	–	(1.275)
Saldo final	**358.362**	**172.922**	**68.573**	**23.172**	**9.495**	**1.155**	**633.679**

							2020
Provisões técnicas - seguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedentes técnicos - PET	Total
Saldo inicial	**226.644**	**161.537**	**36.960**	**10.528**	**12.732**	**1.056**	**449.457**
Constituições	536.925	–	6.261	13.919	6.465	–	563.570
Diferimento pelo risco decorrido	(479.691)	–	–	–	–	–	(479.691)
Aviso de sinistros	–	412.214	–	–	–	–	412.214
Pagamento de sinistros	–	(308.913)	–	–	(6.931)	–	(315.844)
Ajuste de estimativa de sinistros	–	(96.962)	–	–	–	–	(96.962)
Atualização monetária e juros	–	3.623	–	–	520	–	4.143
Reversões	–	–	–	–	–	(878)	(878)
Saldo final	**283.878**	**171.499**	**43.221**	**24.447**	**12.786**	**178**	**536.009**

						2021
Provisões técnicas - resseguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (**)	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Total
Saldo inicial	**34.309**	**52.809**	**13.348**	**7.714**	**1.462**	**109.642**
Constituições	37.817	–	6.433	–	654	44.904
Diferimento pelo risco decorrido	(34.752)	–	–	–	–	(34.752)
Aviso de sinistros	–	158.197	–	–	–	158.197
Pagamento de sinistros	–	(84.423)	–	–	–	(84.423)
Ajuste de estimativa de sinistros	–	(53.077)	–	–	–	(53.077)
Atualização monetária e juros	–	1.784	–	–	75	1.859
Reversões	–	–	–	(1.584)	–	(1.584)
Saldo final	**37.374**	**75.290**	**19.781**	**6.130**	**2.191**	**140.766**

						2020
Provisões técnicas - resseguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (**)	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Total
Saldo inicial	**12.151**	**45.046**	**4.485**	**2.732**	**3.319**	**67.733**
Constituições	57.690	–	8.863	4.982	–	71.535
Diferimento pelo risco decorrido	(35.532)	–	–	–	–	(35.532)
Aviso de sinistros	–	155.136	–	–	–	155.136
Pagamento de sinistros	–	(44.886)	–	–	–	(44.886)
Ajuste de estimativa de sinistros	–	(98.125)	–	–	–	(98.125)
Atualização monetária e juros	–	(4.362)	–	–	(1.043)	(5.405)
Reversões	–	–	–	–	(814)	(814)
Saldo final	**34.309**	**52.809**	**13.348**	**7.714**	**1.462**	**109.642**

(*) Inclui provisão de sinistros a liquidar judicial no montante de R$ 72.879 (R$ 100.944 em 31 de dezembro de 2020).
(**) Inclui provisão de sinistros a liquidar judicial de resseguro no montante de R$ 19.774 (R$ 17.474 em 31 de dezembro de 2020).

Custos de aquisição diferidos	2021	2020
Saldo no início do exercício	**78.373**	**68.603**
Constituições	103.343	163.646
Diferimento pelo risco decorrido	(82.043)	(153.876)
Saldo no final do exercício	**99.673**	**78.373**

18. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros avisados na data de encerramento das demonstrações financeiras. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado e o montante estimado neste mesmo exercício, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Seguradora. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de aviso e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis. Este quadro contempla as operações de seguros direto, cosseguro aceito, deduzido o cosseguro e resseguro cedido.

Bruto de resseguros

Montante estimado para os sinistros	Ano de aviso do sinistro						
	Até 2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
No ano do aviso	2.372.733	238.744	208.582	275.186	249.450	306.512	306.512
Um ano após o aviso	1.830.229	229.406	196.633	270.593	241.702		241.702
Dois anos após o aviso	1.772.876	230.071	196.699	272.171			272.171
Três anos após o aviso	1.757.660	230.864	194.525				194.525
Quatro anos após o aviso	1.749.085	231.072					231.072
Cinco anos ou mais após o aviso	1.740.714						1.740.714
Estimativa de sinistros incorridos em 31.12.2021	1.740.714	231.072	194.525	272.171	241.702	306.512	2.986.696
Pagamentos efetuados até 31.12.2021	1.618.050	223.159	187.106	266.823	237.248	274.206	2.806.592
Provisão de sinistros a liquidar no período de análise	122.664	7.913	7.419	5.348	4.454	32.306	180.104
Provisão agregada de sinistros em 31.12.2021 (*)							91.746
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR e PDR sem DPVAT)							271.850
Retrocessão							2.313
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR e PDR)							274.163

Montante de sinistros pagos	Ano de aviso do sinistro						
	Até 2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
No ano do aviso	1.467.515	181.590	142.635	243.248	217.696	274.206	274.206
Um ano após o aviso	1.539.151	217.950	180.760	264.808	237.248		237.248
Dois anos após o aviso	1.559.134	220.703	186.471	266.823			266.823
Três anos após o aviso	1.592.876	222.671	187.106				187.106
Quatro anos após o aviso	1.607.322	223.159					223.159
Cinco anos ou mais após o aviso	1.618.050						1.618.050
Pagamentos efetuados até 31.12.2021	1.618.050	223.159	187.106	266.823	237.248	274.206	2.806.592

Líquido de resseguro

Montante estimado para os sinistros	Ano de aviso do sinistro						
	Até 2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
No ano do aviso	1.577.135	215.178	163.311	213.446	239.545	297.141	297.141
Um ano após o aviso	1.157.610	198.978	151.897	207.161	231.744		231.744
Dois anos após o aviso	1.104.947	194.963	152.480	207.819			207.819
Três anos após o aviso	1.118.973	195.538	150.360				150.360
Quatro anos após o aviso	1.121.571	194.696					194.696
Cinco anos ou mais após o aviso	1.107.620						1.107.620
Estimativa de sinistros incorridos em 31.12.2021	1.107.620	194.696	150.360	207.819	231.744	297.141	2.189.380
Pagamentos efetuados até 31.12.2021	1.042.404	189.940	147.004	204.706	228.787	273.915	2.086.756
Provisão de sinistros a liquidar no período de análise	65.216	4.756	3.356	3.113	2.957	23.226	102.624
Provisão agregada de sinistros em 31.12.2021 (*)							65.834
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR e PDR sem DPVAT)							168.458
Retrocessão							2.313
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR e PDR)							170.771

Montante de sinistros pagos	Ano de aviso do sinistro						
	Até 2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
No ano do aviso	1.028.574	179.560	123.182	188.771	209.589	273.915	273.915
Um ano após o aviso	1.016.318	193.467	146.131	204.179	228.787		228.787
Dois anos após o aviso	1.005.483	188.278	148.498	204.706			204.706
Três anos após o aviso	1.019.373	189.545	147.004				147.004
Quatro anos após o aviso	1.032.803	189.940					189.940
Cinco anos ou mais após o aviso	1.042.404						1.042.404
Pagamentos efetuados até 31.12.2021	1.042.404	189.940	147.004	204.706	228.787	273.915	2.086.756

(*) Refere-se ao montante das provisões de IBNR e IBNeR, o qual não é possível segregar por sinistros.

19. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2021	2020
Provisões técnicas	633.679	536.009
Parcela correspondente a resseguros contratados	(118.132)	(85.101)
Direitos creditórios	(189.413)	(120.008)
Custos de aquisição diferidos redutores de PPNG	(35.717)	(37.103)
Total a ser coberto	**290.417**	**293.797**
Quotas e fundos de investimentos	352.685	294.027
Títulos de renda fixa - públicos	101.847	127.426
Total de aplicações (*)	**454.532**	**421.453**
Ativos livres	**164.115**	**127.656**

(*) Conforme Circular SUSEP n° 517/2015 e alterações subsequentes, artigo 103 § 2º, para efeito de cobertura de provisões técnicas, os ativos financeiros são considerados pelo valor de mercado.

20. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL

a) Composição das ações judiciais por probabilidade de perda:

	2021			2020		
	Quantidade	Valor reclamado atualizado	Valor provisionado (*)	Quantidade	Valor reclamado atualizado	Valor provisionado (*)
Provável	152	47.725	24.781	208	59.325	43.948
Possível	394	173.858	28.423	472	197.062	39.522
Remota	96	15.000	–	67	18.775	–
Total	**642**	**236.583**	**53.204**	**747**	**275.162**	**83.470**

(*) Os valores estão apresentados líquidos de resseguros e acrescidos da Provisão de Despesas Relacionadas (PDRj).

A provisão para as ações judiciais relacionadas a sinistros é baseada em norma interna que considera, além das probabilidades de perda avaliadas pelos advogados, a análise dos riscos envolvidos e perdas históricas.

b) Composição das ações por ano de citação:

	2021		2020	
Ano de abertura	Quantidade	Valor provisionado (*)	Quantidade	Valor provisionado (*)
De 1997 a 2000	4	423	6	4.681
De 2001 a 2005	28	5.570	34	12.075
De 2006 a 2010	28	2.062	52	22.632
De 2011 a 2015	83	16.243	131	17.768
De 2016 a 2021	499	28.906	524	26.314
Total	**642**	**53.204**	**747**	**83.470**

(*) Os valores estão apresentados líquidos de resseguros e acrescidos da Provisão de Despesas Relacionadas (PDRj).

O prazo médio para pagamento dos sinistros judiciais é de 66 meses.

c) Demonstrativo de desempenho das provisões de sinistros judiciais

	2021	2020
Montante de ações judiciais pagas no exercício corrente e que se encontravam provisionadas	11.766	14.869
Montante provisionado de ações judiciais pagas no exercício corrente e que se encontravam provisionadas	19.946	15.200
Processos encerrados sem pagamento no exercício corrente, para os quais havia provisão constituída	18.279	10.012
Montante de ações judiciais pagas no exercício corrente e não provisionadas	581	2.314

21. PROVISÕES JUDICIAIS - CÍVEL E FISCAL

a) Composição:

	Provisões judiciais		Depósitos judiciais (*)	
Natureza	2021	2020	2021	2020
Fiscal	**15.015**	**14.798**	**20.708**	**20.324**
COFINS	14.226	14.023	19.113	18.768
CSLL	789	775	937	920
PIS	–	–	658	636
Cível	**962**	**842**	**1.117**	**859**
Total	**15.977**	**15.640**	**21.825**	**21.183**

(*) Depósitos judiciais referentes a sinistros em discussão judicial somam R$ 11.205 (R$ 11.317 em 31 de dezembro de 2020).

A Seguradora possui discussões tributárias nas esferas judicial e administrativa, e amparada por seus assessores legais classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento. Os valores provisionados, assim como os depósitos judiciais que possui, são atualizados mensalmente, de acordo com a taxa SELIC, e seus saldos são informados na data-base de 31 de dezembro de 2021: **COFINS - Lei nº 9.718/1998 - Notas I a II:** A Seguradora discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de COFINS sobre sua atividade, e majoração da alíquota. Obteve em Recurso Extraordinário, decisão no sentido de inconstitucionalidade do alargamento de sua base de cálculo mas que manteve a majoração da alíquota. Desta decisão, a Seguradora solicitou levantamento dos depósitos realizados, e a União requereu conversão dos mesmos depósitos em pagamento definitivo, do que houve decisão favorável ao pleito da União. A Seguradora recorreu desta decisão, e atualmente os autos aguardam julgamento de Recurso Extraordinário pelo STF, sobrestado em razão da existência de repercussão geral sobre a matéria - RE 609.096. A probabilidade de perda é classificada como provável quanto às receitas de prêmios, e possível quanto às receitas excedentes. Os valores envolvidos na ação estão no quadro abaixo - itens I a II. **PIS receitas financeiras - Nota III:** Trata-se de autuação decorrente do não recolhimento do PIS sobre receitas financeiras. A Seguradora realizou o depósito do respectivo valor e apresentou impugnação na esfera administrativa, a qual se encontra aguardando julgamento. Diante do exposto, a exigibilidade do crédito da receita está suspensa. Conforme quadro, estamos considerando risco possível. **PIS/COFINS - Lei nº 12.973/2014 - Notas IV e V:** A partir de janeiro de 2015, com a entrada em vigor da Lei n° 12.973/2014, entende-se que a base de cálculo destes tributos está limitada aos prêmios de seguros. No entanto, discute-se judicialmente a incidência dos referidos tributos sobre as receitas financeiras decorrentes de investimentos financeiros oriundos de reservas técnicas. Diante da interpretação dada, foi proposta Ação Judicial, a qual foi julgada improcedente em primeira instância. Interposto Recurso de Apelação, a este foi negado provimento. Interpostos então Recursos Especial e Extraordinário, os quais ainda pendem de julgamento, sendo que após distribuição de pedido de tutela de urgência a este foi dado deferimento, suspendendo a exigibilidade dos valores de PIS e de COFINS incidentes sobre os rendimentos financeiros gerados pelos ativos dados em garantia às reservas técnicas. Em março de 2021, a Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região revogou de ofício a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários discutidos no referido processo. Após pedido apresentado perante a Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, houve a admissibilidade do Recurso Extraordinário interposto pela Seguradora. Em razão da referida admissibilidade, foi requerido pedido de tutela de urgência perante o Supremo Tribunal Federal para concessão de efeito suspensivo ao referido Recurso Extraordinário. O Supremo Tribunal Federal concedeu no dia 27 de abril de 2021 o efeito suspensivo requerido. Portanto, atualmente, a Seguradora conta com a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários. Aguarda-se julgamento de Agravo Interno interposto pela União. A probabilidade de perda é classificada como possível. Os valores envolvidos na ação estão no quadro abaixo - itens IV e V.

Nota	Período	Probabilidade	Provisão 2021	Provisão 2020	Depósito 2021	Depósito 2020	Valor do risco 2021	Valor do risco 2020
(I) COFINS prêmio de seguros	02/1999 a 12/2014	Provável	14.226	14.023	15.062	14.852	14.226	14.023
(II) COFINS receita financeira	02/1999 a 12/2014	Possível	–	–	4.051	3.916	13.142	12.866
(III) PIS receita financeira	06/2009 a 12/2014	Possível	–	–	658	636	2.129	2.083
(IV) COFINS receita financeira	01/2015 a 12/2021	Possível	–	–	–	–	13.752	12.186
(V) PIS receita financeira	01/2015 a 12/2021	Possível	–	–	–	–	2.235	1.980
Total			**14.226**	**14.023**	**19.771**	**19.404**	**45.484**	**43.138**
						Total risco provável	14.226	14.023
						Total risco possível	31.258	29.115
						Subtotal	**45.484**	**43.138**

Notas I a III - Lei nº 9.718/1998 e notas IV a V - Lei nº 12.973/2014.

Demais processos:

Nota	Período	Probabilidade	Provisão 2021	Provisão 2020	Depósito 2021	Depósito 2020	Valor do risco 2021	Valor do risco 2020
(1) CSLL aumento alíquota	06/2008 em diante	Provável	789	775	937	920	789	775
(2) PIS/COFINS juros de parcelamento	01/2013 a 07/2014	Possível	–	–	–	–	3.131	3.050
(3) PIS/COFINS juros de parcelamento	01/2015 a 12/2016	Possível	–	–	–	–	3.152	3.059
Total			**789**	**775**	**937**	**920**	**7.072**	**6.884**
						Total risco provável	789	775
						Total risco possível	6.283	6.109
						Subtotal	**7.072**	**6.884**
						Total geral	**52.556**	**50.022**

Nota (1) - CSLL - sobre a Lei nº 11.727/2008 a Seguradora discute a elevação da alíquota de 9% para 15%. O Supremo Tribunal Federal julgou a ADI 4.101, entendendo pela constitucionalidade da referida majoração de alíquota da CSLL, portanto, a probabilidade de perda da ação é classificada como provável. Possui depósito judicial e provisão para os períodos com recolhimento com alíquota de 9% (06/2008 a 03/2010). A partir de abril de 2010 passou a efetuar o recolhimento sob a alíquota de 15%. Sobre a Lei n° 13.169/2015 a Seguradora discute a majoração da alíquota de 15% para 20% - aplicável sobre o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018 - mantendo o recolhimento nos termos da legislação vigente. Aguarda decisão de Apelação. No entanto, o Supremo Tribunal Federal julgou a ADI 5.485, entendendo pela constitucionalidade da referida majoração de alíquota da CSLL, portanto a probabilidade de perda é classificada como provável. **Nota (2 e 3) - PIS/COFINS -** discute na esfera administrativa, a exigência de PIS/COFINS sobre receitas financeiras decorrentes do fracionamento do prêmio de seguro. Aguarda julgamento de primeira instância. **Cível** - a Seguradora possui processos judiciais de natureza civel, não relacionados a sinistro, e, amparada por seus assessores legais classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento. Os valores provisionados são atualizados mensalmente pelo INPC e juros de 1% (a.m.). Seus saldos são informados na data-base de 31 de dezembro de 2021: As contingências cíveis são tratadas internamente como Provisão de Outras Contingências Cíveis - POCC e compreendem: i) Pedidos de indenização de danos morais não coberto pelo contrato e os eventos relacionados à ausência de; e, ii) Pedidos com conteúdo econômico, formulados nas demais ações cíveis não relacionadas a sinistros.

b) Movimentação

	2021			2020		
	Fiscais	Cíveis	Total	Fiscais	Cíveis	Total
Saldo inicial	**14.798**	**842**	**15.640**	**14.628**	**2.117**	**16.745**
Constituições/reversões	–	327	327	–	240	240
Atualização monetária	217	83	300	170	(653)	(483)
Pagamentos	–	(290)	(290)	–	(862)	(862)
Saldo final	**15.015**	**962**	**15.977**	**14.798**	**842**	**15.640**

c) Composição das ações judiciais de natureza cível e fiscal por probabilidade de perda

	2021			2020		
	Quantidade	Valor reclamado atualizado	Valor provisionado	Quantidade	Valor reclamado atualizado	Valor provisionado
Fiscais	**3**	**42.766**	**15.015**	**3**	**41.830**	**14.798**
Provável	2	15.015	15.015	2	14.798	14.798
Possível	1	27.751	–	1	27.032	–
Trabalhistas	**1**	**49**	**–**	**1**	**35**	**–**
Possível	1	49	–	–	–	–
Remota	–	–	–	1	35	–
Cível	**517**	**37.849**	**962**	**566**	**35.823**	**842**
Provável	55	1.133	962	125	1.745	842
Possível	426	34.409	–	416	29.911	–
Remota	36	2.307	–	25	4.167	–
Total	**521**	**80.664**	**15.977**	**570**	**77.688**	**15.640**

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social subscrito é de R$ 128.856 (R$ 128.856 em 31 de dezembro de 2020 totalmente integralizado), e está representado por 18.361 ações nominativas sem valor nominal (18.361 em 31 de dezembro de 2020), sendo 18.201 ordinárias e 160 preferenciais, estas sem direito a voto. **b) Dividendos e remunerações aos acionistas:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pela diretoria, o que ocorrer primeiro. Para fins de distribuição de juros sobre o capital próprio, deverá ser observado o limite de 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, bem como sua dedução do valor do dividendo mínimo obrigatório. Foi deliberada na Assembleia Geral Extraordinária de 23 de dezembro de 2015 a aprovação de distribuição mensal de dividendos ou o pagamento de juros sobre capital próprio, pelos administradores, respeitando o limite de disponibilidade de recursos, sem comprometimento da solvência da Seguradora.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	69.533	47.183
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	17.383	–
Dividendos pagos relativos aos lucros do exercício	–	23.218
Dividendos pagos relativos a lucros de anos anteriores	20.400	37.782
Total de dividendos distribuídos e juros sobre o capital próprio pagos	**20.400**	**61.000**
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	**25%**	**49%**
Distribuição dos dividendos:		
Dividendos distribuídos para as ações ordinárias	20.222	60.468
Dividendos distribuídos para as ações preferenciais	178	532
Quantidade de ações:		
Ações ordinárias	18.201	18.201
Ações preferenciais	160	160
Dividendos distribuídos por ações:		
Ações ordinárias	1.111,05	3.322,26
Ações preferenciais	1.111,05	3.322,26

c) Reserva legal: Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social. O saldo apresentado nas demonstrações financeiras está limitado a 20% do capital social. **d) Reserva de investimentos:** Criada com objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Seguradora, entre outros. Será constituída por parcela do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social, por proposta dos acionistas em Assembleia Geral. **e) Ajustes com títulos e valores mobiliários:** Compreende o ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, líquido dos efeitos tributários.

23. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

a) Principais ramos de atuação

	Prêmios ganhos		Sinistralidade %		Custo de aquisição %	
Ramos	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Compreensivo residencial	273.120	235.235	41,27%	43,38%	30,26%	31,47%
Credito interno	210.189	133.218	83,20%	63,19%	8,83%	9,05%
Compreensivo empresarial	104.937	93.967	33,03%	38,11%	38,88%	40,07%
Seguro agrícola com cobertura do FESR	94.599	56.566	153,98%	170,83%	10,00%	10,03%
Riscos diversos	88.825	91.559	20,82%	40,83%	62,65%	42,72%
Seguro agrícola sem cobertura do FESR	4.629	20	143,42%	0,00%	10,39%	10,00%
Demais ramos	5.169	4.588	215,52%	23,19%	30,22%	47,67%
Total	**781.468**	**615.153**	**61,67%**	**57,71%**	**26,77%**	**27,75%**

	2021	2020
b) Prêmios emitidos	**857.559**	**672.534**
Prêmios diretos	860.357	675.353
Prêmios de cosseguros cedidos	(2.798)	(2.819)
c) Sinistros ocorridos	**(481.915)**	**(354.982)**
Sinistros	(433.750)	(314.514)
Serviço de assistência	(52.808)	(38.135)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	(25.352)	(6.261)
Provisão de despesas relacionadas - PDR	(9.218)	(7.708)
Salvados	11	(12)
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	1.275	(13.919)
Ressarciment

Pra tudo que importa.

Aliança do Brasil Seguros S.A.
CNPJ 01.378.407/0001-10

BRASILSEG
Uma empresa BB Seguros

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
f) Resultado com resseguro	**55.799**	**44.552**
Receita com resseguro	**122.450**	**81.661**
Recuperação de indenização	117.892	72.905
Recuperação de indenização - IBNR	6.433	8.863
Recuperação de indenização - PDR IBNR	217	(37)
Outras receitas com resseguro	(2.092)	(70)
Despesas com resseguro	**(66.651)**	**(37.109)**
Prêmios de resseguro direto	(78.713)	(68.645)
Salvados e ressarcimentos	(77)	85
Prêmios de resseguro restituídos	52	1.653
Variação das provisões de resseguro	3.063	22.158
Prêmios de resseguro cancelados	9.024	7.640
g) Despesas administrativas	**(50.104)**	**(41.718)**
Pessoal próprio	(25.607)	(21.187)
Serviços de terceiros	(12.571)	(7.509)
Localização e funcionamento	(6.516)	(9.478)
Outras despesas administrativas	(5.410)	(3.544)
h) Despesas com tributos	**(23.694)**	**(23.600)**
COFINS	(17.332)	(13.935)
Taxa de fiscalização	(3.344)	(3.189)
PIS	(2.837)	(2.268)
PIS/COFINS - crédito tributário	(92)	(4.205)
Outras despesas com tributos	(89)	(3)
i) Resultado financeiro	**44.781**	**13.221**
Receitas financeiras	**30.809**	**21.357**
Juros sobre ativos financeiros mantidos até o vencimento	11.187	7.798
Juros sobre ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado	10.204	3.693
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	4.889	3.498
Atualização monetária sobre provisões sinistros a liquidar administrativo	1.162	(2.178)
Oscilação cambial	260	3.097
Operações de seguros	974	6.140
Atualização monetária sobre provisões sinistro a liquidar judicial	697	(3.227)
Outras receitas financeiras	1.436	2.536
Despesas financeiras	**13.972**	**(8.136)**
Atualização monetária sobre provisões sinistro a liquidar administrativo	(1.360)	(256)
Taxa de administração	(892)	(960)
Oscilação cambial	(325)	(1.226)
Atualização monetária sobre provisões judiciais	(300)	483
Operações de seguros	(137)	(1.992)
Atualização monetária sobre provisões sinistro a liquidar judicial	17.058	(3.886)
Outras despesas financeiras	(72)	(299)

(*) Refere - se ao valor recuperável de prêmios a receber e sinistros a recuperar.

j) Determinação se um contrato contém um arrendamento: O Grupo Brasilseg por meio das suas entidades legais (Brasilseg Companhia de Seguros e Aliança do Brasil Seguros S.A.) e a MAPFRE por meio das suas seguradoras (MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A.), mantém firmados Instrumentos Particulares de Contrato de Locação Atípica de Imóveis não Residenciais e Outras Avenças. Em 30 de novembro de 2018 o novo acordo firmado entre os acionistas alterou os preceitos originais dos referidos contratos, estabelecendo novas condições para o Grupo Brasilseg, conforme apresentado abaixo: • Edifício Torre Alfa: 8 pavimentos e mezanino da ALA A. O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 19 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em agosto de 2015, sendo seu aluguel inicial de R$ 19.413 anual, corrigido da data do contrato até início do prazo locatício pela variação acumulada do INCC-M/FGV, e posteriormente pela variação acumulada do IGP-M/FGV. O Grupo Brasilseg avaliou os preceitos do CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e concluiu que os arrendamentos são operacionais. Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos e seus respectivos valores presentes, bem como as despesas incorridas durante o exercício de 2021, estão demonstrados a seguir:

Seguradora	Pagamentos até 1 ano	Pagamentos de 1 a 5 anos	Pagamentos acima de 5 anos	Total de pagamentos	
Arrendamento	Valor presente	Valor presente	Valor presente	Valor presente	Despesas de arrendamento
Sede Brasilseg	1.307	13.802	15.864	30.973	4.759
Total	**1.307**	**13.802**	**15.864**	**30.973**	**4.759**

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2021		2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos impostos e após participações	**112.854**	**112.854**	**77.328**	**77.328**
Imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 15%	(28.189)	(16.928)	(19.308)	(11.599)
Diferenças temporárias	(747)	(448)	416	250
Diferenças permanentes	(298)	(247)	(146)	(158)
Efeito - aumento da CSLL 15% para 20%	–	(1.684)	–	–
Resultado rural	851	–	–	–
Deduções incentivadas	1.463	–	756	–
Imposto de renda e contribuição social correntes	**(26.920)**	**(19.307)**	**(18.282)**	**(11.507)**
Constituição/reversão de crédito tributário	747	448	(417)	(250)
Ajustes relativos a exercícios anteriores	1.072	639	170	141
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(25.101)**	**(18.220)**	**(18.529)**	**(11.616)**
Alíquota efetiva (%)	22%	16%	24%	15%

b) Créditos tributários e previdenciários

	2020	Constituições	Reversões	2021
Tributos a compensar	8.359	4.250	(7.721)	4.888
PIS/COFINS sobre PSL/IBNR	3.632	2.673	(2.150)	4.155
Tributos retidos na fonte	3.039	286	(1.738)	1.587
Total circulante	**15.030**	**7.209**	**(11.609)**	**10.630**
Diferenças temporárias:				
Contingências tributárias	1.900	87	(154)	1.833
Contingências cíveis	336	460	(412)	384
Provisão para riscos de crédito	1.044	3.166	(1.948)	2.262
Provisão para participação nos lucros	367	353	(367)	353
Outras provisões	2.170	1.385	(1.375)	2.180
Ajustes de títulos a valor de mercado	33	–	(88)	(55)
PIS/COFINS sobre PSL/IBNR	4.052	827	(1.441)	3.438
Total não circulante	**9.902**	**6.278**	**(5.785)**	**10.395**

c) Estimativa de realização dos créditos tributários: A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários existentes em 31 de dezembro de 2021, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

Ano	Valor	%
2022	3.377	48,16 %
2023	909	12,96 %
2024	1.018	14,52 %
2025	854	12,18 %
2026 em diante	854	12,18 %
Total	**7.012**	**100,00 %**

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas à Seguradora, o Banco do Brasil S.A. e empresas a ele ligadas, empresas do Grupo MAPFRE, empresas que compõem o Grupo Brasilseg, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Essas operações referem-se, basicamente, à contratação de seguros e resseguros, à intermediação e suporte na venda de seguros a terceiros, plano de previdência, assistência 24 horas, título de capitalização, à administração de sua carteira de investimentos e incentivos a vendas. Existem também operações relativas à utilização da estrutura e recursos entre as empresas do Grupo Brasilseg, de forma que o montante relativo a essa utilização é rateado e ressarcido conforme estabelecido entre as partes. Nos casos em que a cobrança de prêmios de seguro é realizada pelo Banco do Brasil, o repasse dos recursos à Seguradora ocorre somente após um período definido contratualmente, conforme contrato específico para cada produto, e nas operações compromissadas das carteiras de aplicações. A Seguradora mantém operações de resseguro com a MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros e MAPFRE RE Compañía de Reaseguros S.A.. É estabelecido anualmente, por meio da Assembleia Geral Ordinária, o montante global anual da remuneração e benefícios dos Administradores. Os montantes são pagos pela Brasilseg Companhia de Seguros. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. Apresentamos as principais operações com partes relacionadas:

a) Sumário das transações com partes relacionadas:

	2021				2020			
	Coligadas (1)	Administradores (2)	Outras partes relacionadas(3)	Total	Coligadas (1)	Administradores (2)	Outras partes relacionadas(3)	Total
Ativo circulante	**329.677**	**1**	**3**	**329.681**	**277.534**	**1**	**–**	**277.535**
Bancos	834	–	–	834	3.236	–	–	3.236
Aplicações	196.572	–	–	196.572	173.650	–	–	173.650
Créditos das operações com seguros e resseguros	8.050	1	3	8.054	3.774	1	–	3.775
Provisões técnicas de ativos de resseguro	38.351	–	–	38.351	24.449	–	–	24.449
Títulos e créditos a receber - outros	2	–	–	2	2	–	–	2
Custo de aquisição diferidos	85.868	–	–	85.868	72.423	–	–	72.423
Ativo não circulante	**17.976**	**–**	**–**	**17.976**	**7.447**	**–**	**–**	**7.447**
Provisões técnicas de ativos de resseguro	5.261	–	–	5.261	2.753	–	–	2.753
Custo de aquisição diferidos	12.715	–	–	12.715	4.694	–	–	4.694
Total do ativo	**347.653**	**1**	**3**	**347.657**	**284.981**	**1**	**–**	**284.982**

	2021				2020			
	Coligadas (1)	Administradores (2)	Outras partes relacionadas(3)	Total	Coligadas (1)	Administradores (2)	Outras partes relacionadas(3)	Total
Passivo circulante	**95.078**	**–**	**3**	**95.081**	**78.735**	**1**	**4**	**78.740**
Prêmios de resseguro cedido	10.797	–	–	10.797	8.386	–	–	8.386
Obrigações a pagar - outras	2.718	–	–	2.718	1.676	–	–	1.676
Débitos de operações com seguros e resseguros	69.215	–	–	69.215	44.308	–	–	44.308
Provisões técnicas - seguros	12.083	–	3	12.086	24.365	1	4	24.370
Depósitos de terceiros	265	–	–	265	–	–	–	–
Total do passivo	**95.078**	**–**	**3**	**95.081**	**78.735**	**1**	**4**	**78.740**
Resultado								
Prêmios diretos	6	–	–	6	4.026	1	6	4.033
Prêmio cosseguro cedido	(2.793)	–	–	(2.793)	(2.846)	–	–	(2.846)
Prêmios de resseguro cedido	(21.146)	–	–	(21.146)	(9.657)	–	–	(9.657)
Sinistros ocorridos	(777)	–	–	(777)	(27.622)	–	–	(27.622)
Recuperação de sinistros ocorridos	41.471	–	–	41.471	31.640	–	–	31.640
Custo de aquisição	(204.817)	–	–	(204.817)	(164.453)	–	–	(164.453)
Outras receitas e despesas operacionais - outros	(2.706)	–	–	(2.706)	(1.594)	–	–	(1.594)
Despesas administrativas - compartilhamento	(16.450)	–	–	(16.450)	(13.653)	–	–	(13.653)
Despesas administrativas - pessoal	(84)	–	–	(84)	(81)	–	–	(81)
Despesas administrativas - outras	(19)	–	–	(19)	(30)	–	–	(30)
Despesas financeiras - taxa de administração	(787)	–	–	(787)	(694)	–	–	(694)
Receitas financeiras - outras	1	–	–	1	–	–	–	–
Despesas financeiras - outras	(422)	–	–	(422)	(1.249)	–	–	(1.249)
Total do resultado	**(208.523)**	**–**	**–**	**(208.523)**	**(186.213)**	**1**	**6**	**(186.206)**

(1) Referem-se, principalmente, a BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A., Banco do Brasil S.A., BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BB DTVM, MAPFRE RE Compañia de Reaseguros S.A., MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros, MAPFRE Assistência Ltda, MAPFRE Solutions do Brasil Ltda, Brasilprev Seguros e Previdência S.A., BV Financeira S.A. Crédito Financiamento e Investimento, Livelo S.A., Federação Nacional das Associações Atléticas do Banco do Brasil, Brasilseg Companhia de Seguros, Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, MAPFRE Seguros Gerais S.A., Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, BB MAPFRE Participações S.A., BB Administradora de Consórcios S.A., Brasilcap Capitalização S.A., BB Tecnologia S.A.;

(2) Diretoria Executiva; e

(3) Referem-se a membros próximos da família ligados aos Administradores.

b) Compartilhamento de despesas: As despesas administrativas das empresas operacionais do Grupo Brasilseg são compartilhadas entre as mesmas, e rateadas através de modelo interno de alocação e rateio de custos. O rateio contempla os gastos de gestão interna (despesas administrativas em geral), gastos de comercialização (despesas comerciais da rede e canais) e comunicação institucional (despesas de propaganda e *marketing*).

26. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Seguradora proporciona plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições do exercício totalizaram R$ 84 (R$ 81 em 31 de dezembro de 2020).

27. COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria está instituído na empresa líder BB MAPFRE Participações S.A., nos termos da Resolução CNSP nº 423/2021, tendo alcance sobre a Seguradora.

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Aliança do Brasil Seguros S.A.
São Paulo - SP

Escopo da auditoria

Examinamos as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, sendo que o "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R$217.844 mil (em 30 de junho de 2021) e R$248.145 mil (em 31 de dezembro de 2021) não fizeram parte do escopo desta auditoria atuarial, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Aliança do Brasil Seguros S.A. ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2021, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Seguradora é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Seguradora, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, sendo que o "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R$217.844 mil (em 30 de junho de 2021) e R$248.145 mil (em 31 de dezembro de 2021) não fizeram parte do escopo desta auditoria atuarial, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Seguradora com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras, e os demonstrativos do capital mínimo dos valores redutores, da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Seguradora estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Seguradora e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Seguradora. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Seguradora.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Aliança do Brasil Seguros S.A., em 31 de dezembro de 2021, sendo que o "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R$217.844 mil (em 30 de junho de 2021) e R$248.145 mil (em 31 de dezembro de 2021) não fizeram parte do escopo desta auditoria atuarial, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Seguradora anteriormente referidas, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Adicionalmente informamos os limites de Retenção da Seguradora referentes a 31/12/2021:

Grupo - Ramo de Seguro	Limite de Retenção
01 -14 - Compreensivo Residencial	5.000.000,00
01 -16 - Compreensivo Condomínio	7.500.000,00
01 -18 - Compreensivo Empresarial	7.500.000,00
01 - 41 - LUCROS CESSANTES	7.500.000,00
01 - 67 - RISCOS DE ENGENHARIA	7.500.000,00
01 - 71 - RISCOS DIVERSOS	7.500.000,00
01 - 96 - Riscos Nomeados e Operacionais	7.500.000,00
03 - 51 - R. C. Geral	3.000.000,00
07 - 48 - CREDITO INTERNO	3.500.000,00
07 - 75 - Garantia Segurado - Setor Público	3.500.000,00
11 - 01 - Seguro Agrícola sem cob. do FESR	2.000.000,00
11 - 02 - Seguro Agrícola com cob. do FESR	3.200.000,00
Total	**65.200.000,00**

São Paulo, 04 de fevereiro de 2022.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Consultores Ltda.
CNPJ 02.189.924/0001-03
CIBA 45
João Batista da Costa Pinto
MIBA 944

Deloitte.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da
Aliança do Brasil Seguros S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Aliança do Brasil Seguros S.A. ("Seguradora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aliança do Brasil Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos da auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração das Provisões técnicas de seguros (PSL, IBNR e IBNeR) e do Teste de adequação de passivos	
Veja as Notas nºs 3(j), 3(k), 17, 18 e 20 das demonstrações financeiras	
Principal assunto de auditoria	**Como auditoria endereçou esse assunto**
A Seguradora mantêm provisões técnicas relacionadas aos contratos de seguros nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021. Para calcular o teste de adequação de passivos e mensurar certas provisões técnicas, tais como provisões de sinistros a liquidar (PSL), provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR), a Seguradora utiliza-se de técnicas e métodos atuariais que envolvem julgamento na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outros, expectativa de sinistros e taxas de desconto. Consideramos a avaliação da mensuração do teste de adequação de passivos e das provisões técnicas de contratos de seguros citadas, como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos valores envolvidos e o julgamento envolvido na determinação da metodologia e premissas relevantes relacionadas.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo de mensuração, aprovação e revisão dos cálculos do teste de adequação de passivos e das provisões técnicas de PSL, IBNR e IBNeR; (ii) envolvimento de nossos especialistas atuariais com conhecimento e experiência no setor que nos auxiliaram: - na avaliação das metodologias e das premissas, tais como expectativa de sinistros e taxas de desconto, utilizadas na mensuração das provisões técnicas de IBNR e IBNeR, e do teste de adequação de passivos, por meio do estabelecimento de um intervalo de melhor estimativa com base em premissas independentes ou derivadas das próprias informações históricas da Seguradora; - na conferência da exatidão matemática das provisões técnicas de PSL, IBNR e IBNeR e do teste de adequação de passivos, com base em amostragem; e- no recálculo independente, por meio de utilização de métodos atuariais e ferramenta estatística, das estimativas das provisões de IBNeR e IBNR, incluindo a utilização de premissas independentes e técnicas atuariais geralmente aceitas. (iii) testes de precisão e integridade das base de dados de sinistros avisados e sinistros pagos, utilizadas para mensuração dessas provisões, conforme aplicável, incluindo o confronto com as bases analíticas suporte aos registros contábeis. (iv) testes, com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas, como valores, ramos de seguros, datas de registro, período de vigência, entre outros, por meio do confronto com as respectivas documentações suportes, incluindo comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável; e (v) avaliação ainda se, as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2022.

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Érika Carvalho Ramos
Contadora - CRC 1SP224130/O-0

DIRETORIA

Rogério Aparecido Idino
Diretor Presidente

Adilson José Cardoso Pereira
João Francisco Fruet Junior

Julien Clausse
Tiago de Freitas Vieira

CONTADORA

Simone Pieretti Gonçalves
CRC 1SP 183717/O-5

ATUÁRIA

Adriana Nery Osassa Okada
MIBA 1031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de